

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

JUVENTUDE SEM TERRA:
O COTIDIANO FORMADOR E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO COM O MST.

ESMERALDO LEAL DOS SANTOS

CAMPINA GRANDE

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

JUVENTUDE SEM TERRA:
O COTIDIANO FORMADOR E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO COM O MST.

Dissertação submetida ao mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal da Campina Grande - UFCG, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da professora Dr^a. Marilda Aparecida de Menezes.

CAMPINA GRANDE

2008



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSCG

S237j

Santos, Esmeraldo Leal dos.

Juventude sem terra : o cotidiano formador e o processo de identificação com o MST / Esmeraldo Leal dos Santos. – Campina Grande, 2008.

155 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2008.

"Orientação: Profª Drª Marilda Aparecida de Menezes".

Referências.

**1. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
2. Identidade. 3. Juventude. 4. História Oral. I. Menezes, Marilda Aparecida de. II. Título.**

CDU 316.334.55(043)

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Marilda Aparecida de Menezes
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Mércia Rejane Rangel Batista
(Examinadora interna)

Prof.^a Dr.^a Thelma Grissi Veloso
(Examinadora externa)

DEDICATÓRIA:

*Aos meus pais: **Francisco José dos Santos** (in memoriam) e **Maria Rabelo Leal**. Agradeço-os por tudo que me ensinaram e pelos sacrifícios que fizeram para que eu tivesse acesso à educação formal.*

*A minha mulher e companheira **Edilene**, pelo seu amor e orientação, sem os quais esse trabalho não seria possível.*

*A meu filho **Pablo**, pelo seu carinho e amor que tanto me fortaleceram e me ensinaram.*

*As minhas irmãs **Adriana, Claudiana e Fabiana** e a todos(as) da família que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação.*

*Aos companheiros e companheiras do **MST** e da **Via Campesina**, por me acolherem nessa luta e pelo sangue e suor derramados para construir uma sociedade mais justa e fraterna.*

AGRADECIMENTOS:

A professora Marilda A. Menezes, pela competência na orientação desta dissertação e pela amizade, apoio, paciência e incentivo.

Aos professores do PPGCS, pelo seu alto nível, principalmente Roberto Veras e Mércia Batista, que ajudaram bastante, levantando questões extremamente relevantes, no processo de qualificação.

Aos companheiros da Primeira Turma da Via Campesina Florestan Fernandes, Paulo Mansan, Felipe Campelo, Automar Guedes e Fábya Reis, pela amizade e companheirismo.

Aos companheiros do Setor Nacional de Formação e do MST do Estado de Paraíba que se empenharam na articulação do curso e ajudaram na coordenação e na acolhida.

Aos companheiros do MST de Sergipe, por terem confiado nesse trabalho e por entenderem as minhas ausências de militante nesse período.

A professora e companheira Theresa Cristina e aos amigos(as) Selma, Gilvan e Derley, pelas colaborações, correções e traduções.

Aos jovens entrevistados (de ontem e de hoje) que, com suas histórias de vida e de luta tanto ajudaram nesse trabalho.

Aos companheiros e amigos do Grupo de Pesquisa sobre Juventude Rural (CNPq/UFCG), Coordenado pela prof^a. Dr^a. Marilda A. Menezes, pelas discussões que muito contribuíram para essa pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa de História Popular do Nordeste (CNPq/UFS), principalmente ao Prof. Dr. Fernando Sá, pelas importantes discussões sobre História Oral e pela generosidade em me aceitar como pesquisador.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro através do Edital Universal MCT/CNPq 02/2006 ao Projeto de Pesquisa “Juventudes Rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais”, coordenado pela Prof^a. Dra. Marilda A. Menezes.

SIGLAS:

ACAQ - Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Quissamã
ALCA - Associação de Livre Comércio das Américas
CECAC - Centro de Capacitação Canudos
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIMI - Conselho Indiginista Missionário
CMS - Coordenação dos Movimentos Sociais
CNJ - Conselho Nacional de Juventude
COHIDRO - Companhia de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe
CONTAG - Confederação Nacional dos trabalhadores da Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRI - Coletivo de Relações Internacionais
DAP - Declaração de Aptidão do Produtor
DE - Direção Estadual
DN - Direção Nacional
DR - Delegacia Regional de Ensino
EIV - Estágio Interdisciplinar de Vivência
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETASE - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Sergipe
GEA - Grupo de Estudos Agrários
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB - Movimento de Educação de Base

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas
MP - Medida Provisória
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OMJ - Organização Mundial da Juventude
OMS - Organização Mundial da Saúde
OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde
PA - Projeto de Assentamento
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PJR - Pastoral da Juventude Rural
PNERA - Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária
PNFMB - Programa Nacional de Formação
PRA - Plano de Recuperação do Assentamento
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
REPED - Rede Popular dos Estudantes de Direito
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude
STR - Sindicatos de Trabalhadores Rurais
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UnB - Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP - Universidade de Campinas
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WHO - World Health Organization

RESUMO

Essa dissertação visa analisar o processo de identificação da juventude Sem Terra com os ideais e práticas do MST. Estabelecemos como pano de fundo, primeiro, a reconstituição da participação política dos jovens nas diversas histórias de luta pela terra no Brasil em âmbito nacional e local; tendo como foco central a ação dos jovens Sem Terra na construção do MST; segundo, a reconstrução da história da ocupação da fazenda Tingui e da fazenda Quissamã a partir dos discursos de jovens lideranças e militantes sobre suas experiências. Nesses discursos, procuramos perceber como e se acontece a identificação desses jovens com o cotidiano formador do MST (ocupações, manifestações públicas, místicas, etc). Para tanto, partiremos da concepção de identificação de Stuart Hall e do processo de formação de classes (e de identidades) de Thompson; quanto ao conceito de juventude orientamo-nos por Bourdieu, Norbert Elias e Maria José Carneiro, dentre outros; para tratar do MST destacamos a compreensão de Gilmar Mauro e João Pedro Stédile.

Palavras-chave: Identificação; juventude; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; história oral.

ABSTRACT

This dissertation intends to analyze the process of identification of the Sem Terra's youth with ideals and practices of MST. First we will first reconstruct political participation of youth in the history of the fight for land throughout the History of Brazil, both national and local history; focusing on participation of Sem Terra's youth in construction of MST. Second, we will reconstruct the history of the occupation of Tingui and Quissamã's Farms based on the discourses and experiences of the young leadership. In these discourses we will look to understand how youth's identification with the MST occurs (occupations, publics manifestations, mystics, etc). In order to do that we will start with Stuart Hall's conception of identification and the process of class formation (and identification) of Thompson; for the concept of youth our references will be Bourdieu, Norbert Elias and Maria José Carneiro, among others; for MST we will use Gilmar Mauro and João Pedro Stédile understand on the matter.

Key-Words: Identification, youth, Momenent of the Agricultural Workers Without Land, oral history.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO:	11
PRIMEIRO CAPÍTULO: Juventude, Identidade, Formação e Mística	19
I – Concepção de juventude e a sociedade contemporânea	19
II – Juventude rural e Juventude Sem Terra	29
III - Conceito de formação e mística	41
IV – Identidade e Identificação	51
SEGUNDO CAPÍTULO: Juventude na luta pela terra no Brasil e em Sergipe	58
I – Presença da juventude nas lutas do campo brasileiro	59
II – Dimensão social e política da categoria juventude no MST	65
III – História do MST em Sergipe e o papel da juventude	77
TERCEIRO CAPÍTULO: História das juventudes e juventudes na história	95
I - História Oral de Vida – um instrumento metodológico	95
II - As histórias na história: Primeira ocupação da fazenda Tingui	101
III - O Assentamento Moacir Wanderley (Quissamã) e as juventudes do passado e do presente	109
IV – História e cotidiano do acampamento Tingui: Juventude na segunda ocupação	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	148
ANEXOS:	155

INTRODUÇÃO:

Esta dissertação trata do **processo de identificação da juventude Sem Terra com os ideais e práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no Estado de Sergipe.**

O interesse em estudar o processo de identificação da juventude Sem Terra¹ com os objetivos gerais do MST, surgiu em 2001, a partir de discussões realizadas na Direção Estadual do MST/SE acerca da construção de um plano de formação política para jovens Sem Terra do MST no Estado de Sergipe². Esse interesse ganhou ressonância no decorrer do Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos, que tinha como um dos focos a formação e identidade na América Latina, oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes a militantes dos movimentos da Via Campesina da América Latina.

Nesse curso, elaboramos uma monografia³ cujo objetivo fundamental era compreender como e por que os jovens Sem Terra se consideravam identificados com os ideais e práticas do MST. Nossa hipótese inicial é de que o processo de formação que caracteriza a prática do Movimento seria uma das causas explicativas mais plausíveis dessa identificação. Esta foi de certa forma confirmada com o trabalho de campo.

Na situação da atual pesquisa de Mestrado, percebemos que o processo de formação acontece nas ocupações, nas manifestações públicas, na mística e nos cursos, enfim, no cotidiano do acampamento e assentamento de reforma agrária. Essa concepção de formação é defendida e

¹ O MST quando fala de sua base social, chama-os de *sem terra* (sem hífen). Assim também acontece com seus jovens *sem terra*. Porém, no decorrer dessa dissertação, além de separar as categorias dos sem-terra (público potencial da reforma agrária: arrendatário, assalariado rural, meeiro, dentre outros que não têm terra suficiente para sobrevivência da família) e dos sem terra (público que passou a fazer parte da base social do MST, ou seja, acampados e assentados), também trabalho com a categoria Sem Terra (público que muito além de fazer parte da base social do Movimento se sente identificado com o MST).

² A Coordenação Nacional do MST aprovou o “Programa Nacional de Formação de Militantes e da Base do MST”, que visava unir esforços, em todos os estados, para promover campanhas de formação que atingissem todo o conjunto do MST, principalmente os jovens.

³ Como fruto desse trabalho, produzimos um artigo intitulado: “Juventude, Formação Política e Identificação no MST” publicado na revista *Libertas* (fev. 2007) que ajudou a nortear essa pesquisa.

efetivada pelo MST (CALDART, 2000; PIZETTA, 2004) e é com base nesta que redefinimos o nosso propósito de estudo em torno do processo de identificação da juventude Sem Terra com o cotidiano formador do MST.

Como fui um dos jovens dirigentes responsáveis pela construção do Programa de Formação para a Juventude, considerei a necessidade de pensar sobre quem eram esses jovens e qual seu papel no MST. Diga-se de passagem, eu era um jovem militante/dirigente, pois na ocasião tinha 28 anos de idade.

Esse processo reflexivo, no período da construção do Programa de Formação, durante o curso de Especialização e agora no Mestrado, fez-me entender que o militante não pode ser limitado a um reprodutor de tarefas práticas, mas sua trajetória deve ser de sujeito, ou seja, construtor e fruto da história. Sendo assim, nesse estudo, não tenho a pretensão de ser “conclusivo”, nem enaltecer ou subestimar a condição de militante e/ou intelectual. Reconheço a influência (para o bem ou para o mal) da minha trajetória de militante na construção desse trabalho intelectual.

Diante disso, considero importante resumir minha trajetória de militante no MST. Ingressei no Movimento em 1993. Nesses 15 anos, além de ter assumido tarefas na Secretaria Estadual, contribuir nos Setores e Coletivos de Educação, Formação, Juventude, Frente de Massa, Produção e Relações Internacionais. Além disso, representei Sergipe na Direção Nacional do MST por dois anos. Dessa forma, direta e indiretamente, participei de várias ações coletivas⁴ (nacional e estadual) dentro do MST, sendo assim, no decorrer desse texto, posicionamo-nos prioritariamente na primeira pessoa do plural, com exceção quando consideramos importante demarcar uma ação mais direta, onde minha participação seja decisiva e relevante para esse trabalho. Nesses casos pontuais usaremos a primeira pessoa do singular.

Com essa breve reconstituição da nossa trajetória acadêmica e de militante pretendemos ressaltar o caráter intelectualmente orgânico dessa pesquisa e a relação entre a ciência e a intervenção política na sociedade. De início, declaro minha identidade de militante e de intelectual; como membro dirigente do MST desde 1993, participei e colaborei na elaboração de cursos, de ocupações, de passeatas, de encontros, etc., mas sempre buscando uma compreensão sociológica dessas experiências e de uma forma reflexiva intervir na prática social.

⁴ Num movimento social as ações são, ou deveriam ser, eminentemente coletivas, sem com isso negar o papel individual de cada agente social.

Nessa tentativa de compreender a relação entre o fazer científico e a prática engajada em um movimento social, orientamo-nos, portanto, pelas idéias de Gramsci e Stuart Hall. De acordo com Gramsci (1979), o papel dos intelectuais na transformação social se fundamenta na constatação de que os intelectuais nunca são de fato neutros, pois sempre estão vinculados a uma classe específica; sendo assim, são orgânicos. Destaca ainda que a classe operária, precisa de um novo tipo de intelectual que não se afaste do mundo produtivo e não viva no mundo da abstração, ou seja, as lideranças devem questionar a realidade e buscar transformá-la. Sendo assim, o dirigente:

(...) deve ter aquele mínimo de cultura geral que lhe permita, senão 'criar' automaticamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas e, conseqüentemente, escolher a que seja justa do ponto de vista 'sintético' da técnica política (GRAMSCI, 1979: 119-120).

Devemos levar em conta que a classe burguesa busca, nas classes dominadas, intelectuais com o propósito de dar coesão a sua própria classe; essa entrada em outra classe caracteriza a saída da sua classe orgânica. Diante disso, Gramsci sugere, segundo Carnoy:

(...) que o partido revolucionário fundisse intelectuais profissionais burgueses descontentes, intelectuais profissionais (tradicionais) provenientes do proletariado e intelectuais proletários orgânicos, os pensadores-organizadores com uma concepção de mundo consciente que transcendesse seus interesses de classe (CARNOY, 1994:115).

Em seu livro "Formação da Classe Operária Inglesa", ao estabelecer uma relação com os conflitos pós-Revolução Francesa e de como estes afetaram os intelectuais europeus, E. P. Thompson fala da "emigração voluntária ou forçada" dos intelectuais ingleses. Destaca o autor:

Ai começou, para toda uma geração de intelectuais, aquele modelo de desilusão revolucionária que antecipa suas imitações baratas no nosso século. Desapontados com suas fantasias pantisocráticas, os penitentes acusavam os jacobinos de suas próprias loucuras intelectuais (THOMPSON, 1987: 194).

Na verdade, Thompson tal como Gramsci, critica os intelectuais que diante de eventos que desestabilizem ou impeçam seus ideais românticos simplesmente desistem de continuar lutando; ou culpam outros grupos organizados, como as classes trabalhadoras pelo fracasso da ação. Thompson cita uma passagem de Coleridge:

“Gostaria que você escrevesse um poema em versos brancos, dirigido aos que, em consequência do fracasso total da Revolução Francesa, abandonaram todas as esperanças de melhoria da humanidade, e estão naufragando num egoísmo quase epicúreo (...)” (THOMPSON, 1987:194).

O nosso esforço é no sentido de transcender os julgamentos de valor que são sempre subjetivos e os interesses que possam obscurecer o trabalho crítico da ciência. Nessa perspectiva, nos pautamos em Hall que concebe como alternativas preconcebidas a prática de se limitar aos valores ou aos fatos “puros”. Este pensador defende, ao contrário:

Sempre se deve ter consciência da forma específica da própria existência. As idéias não são simplesmente determinadas pela experiência; podemos ter idéias fora da própria experiência. Mas precisamos reconhecer também que a experiência tem uma forma, e se não refletirmos bastante sobre os limites da própria experiência (e a necessidade de se fazer um deslocamento conceitual, uma tradução, para dar conta de experiências que pessoalmente não tivemos), provavelmente vamos falar a partir do continente da própria experiência, de uma maneira bastante acríica (HALL, 2006:17).

A questão que se coloca aqui é a possibilidade de assumir “posição”, ou seja, sou um pesquisador e militante do movimento social que reconhece seus limites e se esforça para comunicar-se para além destes; bem como tenho consciência de que este trabalho pode ter repercussões no grupo ao qual estou inserido. No nosso caso específico, nos movimentos sociais. Essa pesquisa, por conseguinte, é um esforço dessa natureza.

A fim de levar adiante esse esforço, começaremos por questionar uma concepção estática de identidade e de juventude, tanto do ponto de vista essencialista quanto de tendências marxista-estruturalistas que defende a existência de estruturas pré-fixadas que determinam o modo de ser do indivíduo. Paradoxalmente, apreendemos a idéia de que o homem se constitui historicamente: nas suas lutas e nas suas relações históricas efetivas. E. P. Thompson é um dos ferrenhos questionadores da redução do pensamento a essas estruturas pré-fixadas. Destaca:

É esse, portanto, o sistema de *fechamento*. É o lugar em que todos os *marxismos*, concebidos como sistemas teóricos auto-suficientes, auto-justificativos, auto-extrapolantes, devem terminar. No pior dos casos (no qual geralmente está) a prática teórica é esse fim, e podemos agradecer a Althusser por demonstrar isso com tal ‘rigor’. Mas se voltarmos à ‘experiência’ podemos passar, desse ponto, novamente para a exploração *aberta* do mundo e de nós mesmos (THOMPSON, 1981: 185).

Em vista dessa premissa geral, alguns pensadores norteiam esse estudo, dentre eles: Stuart Hall, E. P. Thompson, Pierre Bourdieu, Norbert Elias. Também nos valemos da historiografia do MST concebida por intelectuais engajados (João Pedro Stédile, Ademar Bogo, Adelar Pizeta, Gilmar Mauro) e não engajados, bem como o discurso dos sujeitos do processo de identificação e formação. Essa orientação pretende afastar-se da concepção segundo a qual os fatores econômicos, políticos ou culturais determinam unilateralmente a identidade dos sujeitos, tornando-os integrantes ou não de uma classe social.

A tarefa de abandonar as pressuposições conceituais ou valorativas na execução de um trabalho científico pode ser fundamental, mas não nos parece ser de todo modo exequível. Por isso admitimos como hipótese específica, que ao final do trabalho pode ou não ser confirmada, a idéia de que o cotidiano, de modo geral, e os cursos de formação do MST constroem a identificação dos jovens com suas práticas e seus ideais políticos. Chamamos de cotidiano no sentido em que o MST entende processo de formação, isto é, o indivíduo forma e é formado através das ocupações, manifestações, cursos de formação, mística.

A fim de desenvolver nosso objeto de estudo, selecionamos, dentre as várias áreas de reforma agrária do Estado de Sergipe, um acampamento: Zumbi dos Palmares, situado na fazenda Tingui, entre os municípios de Riachuelo, Malhador e Santa Rosa de Lima por ser o mais velho do Estado de Sergipe, com 11 anos de conflitos, e pelo grande número de famílias acampadas, 277. E um assentamento: P. A. Moacir Wanderley (Quissamã), situado no município de Nossa Senhora do Socorro, por ser uma das mais importantes⁵ áreas de reforma agrária do Estado de Sergipe, e um dos primeiros espaços de formação política de jovens do MST, sediando o Centro de Capacitação Canudos – CECAC, mas também por ter passado por inúmeras experiências na sua organização interna, (coletiva, semi-coletiva e individual).

Essa delimitação espacial foi orientada por dois fatores. O primeiro diz respeito à proposta de confrontar momentos diferenciados no processo de luta social, nos quais o jovem aparece com demandas específicas que são tecidas e reformuladas cotidianamente. O segundo refere-se à possibilidade de relacionar a identificação desse jovem (seu discurso) com suas posições efetivamente assumidas nesses espaços sociais.

⁵ Além da centralidade geográfica, já que fica perto da capital, o assentamento passou a ter uma importância política, como celeiro de lideranças.

Por que a juventude? Pode-se elencar razões diversas, entretanto, destacamos a acessibilidade aos programas de formação e a participação em todos os espaços do cotidiano formador, o fato de que são os jovens que geralmente se constituem em “lideranças” e militantes no processo de luta social. Além disso, parecem-nos ser um grupo “mais aberto” a “novos valores”, interesses e perspectivas do que os “mais velhos” com uma “identidade mais sedimentada”⁶. Por conseguinte, pressupomos que o processo de formação produz resultados ainda mais imediatos na identificação dos jovens com os objetivos do MST.

Dessa forma, Juventude, MST, Identidade configuram os elementos que serão analisados e relacionados nos capítulos que se seguem. No primeiro capítulo, analisaremos e relacionaremos concepções teóricas e práticas sobre esses temas supracitados. Esclarecemos de antemão que o nosso recorte em torno do tema juventude limita-se: 1) a reconstituição histórico-sociológico de Philippe Áries (1986) e Norbert Elias (1997) segundo a qual a juventude como categoria sociológica e como agente político-social constitui-se somente a partir da modernidade, bem como, define-se como um grupo etário mais aberto a mudanças; 2) Maria Rita Kehl (2004) e Jurandir Freire Costa (2004), que efetuam uma análise sobre a juventude em tempos atuais, indiretamente endossam a definição de juventude desses pensadores diante da realidade contemporânea ainda mais marcada pelo consumo e pela alienação, porém acreditam que existem tentativas de afirmação da liberdade; 3) Autores como: Marilda A. Menezes (2006), Elisa Guaraná Castro (2006), Vanda Silva (2004), Helena Abramo (2005), Nilson Weisheimer (2004), Maria José Carneiro (2005), Valmir Stropasolas (2006), Calecina Sales (2006), ajudar-nos-á na demarcação das diversas facetas dos conceitos de juventude rural e juventude Sem Terra. Essa discussão de alguma forma indaga sobre a identidade dessa juventude diante da sociedade estatuída, para tanto encontramos em Stuart Hall um teórico bastante consistente para nos ajudar a entender identidade em seu sentido descentrado, multifacetado e híbrido.

No segundo capítulo, tentaremos localizar a presença da juventude em um resumo histórico dos contextos de luta pela terra no Brasil. Destaque para a juventude do MST, foco dessa pesquisa, principalmente para os jovens sem terra de Sergipe onde nos ocuparemos de alguns destes que se tornaram lideranças políticas e que contribuíram de forma decisiva para a história do MST.

⁶ Conforme destaca Janine Ribeiro, nas últimas décadas, esses “novos valores” não se constituem apenas como um “ideal” a ser seguido, “(...) mas é também o sinal de que a nossa sociedade constituiu alguns reservatórios onde ela busca o novo, o criativo” (2004:27).

Já no terceiro capítulo, utilizaremos o instrumento metodológico da história oral para analisar entrevistas⁷ de jovens que tiveram e/ou têm papel de destaque na história das duas áreas. Veremos de que forma o processo de formação por que passaram esses jovens ajudaram na construção/transformação das trajetórias de vida desses jovens a ponto de se identificarem com o MST. Através desse instrumento veremos como os jovens concebem sua história antes e depois de terem contato com o MST.

Ainda neste capítulo, reconstruiremos a história do acampamento Tinguí (Zumbi dos Palmares II) e do assentamento Moacir Wanderley (Quissamã), mais como pano de fundo do que propriamente como objeto direto de investigação, isto é, como o “espaço” constitutivo da ação e identificação dos jovens. Nesse sentido, é o modo como os jovens se relacionam com a organização social, política e cultural dessas áreas, como se posicionam no seu cotidiano ou nos eventos “extraordinários”, em que aspectos e de que modo o conteúdo político-ideológico que caracteriza esses espaços de reforma agrária possibilitam a identificação.

Testaremos a nossa hipótese inicial, qual seja, a de que o cotidiano vivenciado no acampamento e assentamento efetivamente possibilitam a identificação dos jovens com a ideologia e as práticas político-sociais do MST. É possível dizer que esse processo de identificação acontece de forma muito diversa, depende muito da vivência antes e depois, externa e interna ao Movimento; bem como não pressupõe que o jovem abandone outros elementos identificadores, como valores, tradições culturais ou idéias específicas. Mesmo porque os jovens têm uma história de formação própria ou pode realizar projetos fora do ambiente dos cursos ou das áreas, que não são simplesmente substituídos por outros. Com Thompson e Hall defendemos que a identificação acontece num processo histórico, no qual as contradições dão seu tom caracterizador. Dessa forma:

(...) Os indivíduos tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura, isto é, reelaboram sentimentos, maneiras de pensar, de ser e de agir a partir do universo e da cultura ao qual pertencem (MENEZES & SILVA, 1999:17).

Como o trabalho de pesquisa tem seus limites, concentrar-nos-emos principalmente nos jovens que assumiram e assumem posição de militância ou de liderança. Estes atuam no cotidiano

⁷ Parte dessas entrevistas foi aplicada e transcrita com o apoio e/ou como parte da pesquisa: *Juventudes Rurais do Nordeste: Trabalho, migração e movimentos sociais*, coordenada pela professora Marilda Aparecida de Menezes. Edital MCT/CNPq 02/Universal 2006.

formador e identificador do MST. Para isso, faremos um trabalho de resgate histórico, através de documentos, matérias de jornais, bem como através da etnografia e da história oral de vida.

Os jovens sem-terra, ao participarem do MST, passam por um processo de formação que começa nas reuniões de base, organizadas pelo Setor de Frente de Massa, pela ocupação, pelos despejos, pelo processo de assentamento, pelas mobilizações (atos, machas, encontros, etc) e pela formação política oferecida nos cursos do MST. Esse conjunto de fatores e acontecimentos, que unem teoria e prática, possibilita às famílias de trabalhadores rurais sem terra, em especial aos jovens, um engajamento político que os tornam sujeitos da história pessoal e social.

Esse processo de engajamento e de identificação dos jovens será o fio condutor da nossa pesquisa. Para isso, ouviremos o jovem no seu dia-a-dia, de forma que possamos identificar como se posiciona ou se posicionou a juventude nas ações do MST e qual a importância dos processos formadores na identificação da juventude no MST.

No decorrer do texto, destacaremos os nomes e as idades⁸ dos entrevistados, para que possamos saber quem são e em que medida estes jovens participaram efetivamente desse processo ou foram apenas espectadores. Citaremos os nomes completos de todos os entrevistados e/ou atores sociais observados, a menos que: não concordem com a divulgação dos seus nomes; os coloque em situação de risco; seja colhido através de registros “não autorizado” no diário de campo e/ou através do discurso oculto⁹.

Para levar a cabo esse empreendimento, usaremos os métodos de história oral de vida e de etnografia para estabelecer um diálogo entre as histórias, os conceitos e atores sociais (os jovens). Esses diálogos/depoimentos ou fragmentos percorrerão todo o trabalho, em meio às reflexões conceituais ou percursos históricos, contudo estará mais presente nos últimos capítulos.

Faremos isso procurando manter a “vigilância epistemológica” que é uma exigência do trabalho científico, ou seja: buscar o equilíbrio entre o “envolvimento apaixonado do militante” e a “neutralidade cega do cientista”, de modo a efetuar uma pesquisa que ajude o MST a avaliar o papel e o potencial da sua juventude e do processo de formação política que vem desenvolvendo, bem como elaborar um trabalho científico que possa subsidiar outros pesquisadores acerca desse tema.

⁸ Apesar das ressalvas que faremos aos usos deliberados da faixa-etária como único instrumento caracterizador da juventude, reconhecemos o peso desse e nos valemos dele para chamar a atenção dos leitores para a “pouca idade” desses atores sociais.

⁹ Refiro-me ao método de observação, sugerido por James Scott, dos atores sociais fora do cenário de atuação.

PRIMEIRO CAPÍTULO:

Juventudes, Identidade, Formação e Mística.

Esse capítulo discute a caracterização geral e específica do tema da juventude, identidade, formação e mística. Com isso, pretendemos delimitar, com algum nível de clareza e objetividade, a concepção teórica que orienta essa pesquisa tendo em vista a variabilidade de teorias sobre os temas abordados, mesmo em se tratando da juventude, cuja importância como categoria científica é bastante recente. Ademais, destacamos que o fio condutor dessa pesquisa é a questão da juventude, a partir do qual os outros elementos (identidade, cotidiano do MST, cursos de formação e mística) são correlacionados. Por isso, recebe uma atenção mais ampla e mais demorada.

I – Concepção de juventude e a sociedade contemporânea:

Philippe Aries, importante estudioso do tema da criança e da juventude, se respalda na história para mostrar a constituição da juventude enquanto categoria social diferenciada das demais (infância, maturidade e velhice). Sendo esta historicamente recente; tendo surgido como resposta às novas configurações sociais e políticas exigidas pela sociedade moderna. Pois nas sociedades antigas e medievais não existia a distinção dos indivíduos por grupos de idades, não havia a compreensão de evolução individual em que se desnudaria uma identidade ou vontade particular, mas a construção de uma sociedade tribal ou uma sociedade política na qual as

relações de “(...) parentesco, castas, estamentos, corporações etc. reclamavam ante os grupos etários heterogêneos” (GROPPO, 2000: 276).

De acordo com o próprio Aries, a criança, e mais tarde a juventude, enquanto categoria social nasceu ao longo de um processo histórico:

Uma grande mudança interveio então nessa sociedade, talvez na época do Feudalismo e do reforço dos antigos domínios. Essa mudança afetou a educação, ou seja, a transmissão do saber e dos valores. Daí em diante, ou seja, a partir da Idade Média, a educação passou a ser assegurada pela aprendizagem. Ora, a prática da aprendizagem é incompatível com o sistema de classes de idade, ou, pelo menos, tende a destruí-lo ao se generalizar. Considero fundamental insistir na importância que se deve atribuir à aprendizagem. Ela força as crianças a viverem no meio dos adultos, que assim lhe comunicam o *savoir-faire* e o *savoir-vivre*. A mistura de idades decorrente da aprendizagem parece-me ter sido um dos traços dominantes da nossa sociedade de meados da Idade Média até o século XVIII. Nessas condições, as classificações tradicionais pela idade não podiam deixar de se embaçar e perder sua razão de ser (ARIÈS, 1986: 16).

Ainda segundo Groppo (2000), o fenômeno da homogeneização da categoria juventude atende às demandas racionalizadoras da modernidade que pressupõem esferas sociais (a política, a economia, a arte, a religião, etc.) orientadas por valores autônomos entre si e universais, ou seja, livres de quaisquer tradicionalismos e particularismos que caracterizavam as sociedades pré-modernas.

Nesse contexto, a classificação dos indivíduos em determinadas fases da vida casa perfeitamente com uma sociedade moderna que cada vez mais exigia uma complexa divisão social do trabalho, um direito que pressupunha uma aplicabilidade universal e formal, uma política que se desenvolve em meio a reivindicação da democracia cujo suporte teórico e prático são os direitos e deveres universais, enfim, projetos sociais que pretendem de algum modo constituir-se em esferas de orientação, mas também de integração dos indivíduos modernos.

Por ser a juventude a fase em que a formação psíquica, social, política e cultural está aberta a novas configurações, esses projetos produziram e ainda produzem, de um lado, discursos sobre a juventude que respondem aos seus interesses; de outro, juventudes efetivas que encabeçaram movimentos sociais e políticos como rebeldes e revolucionários, mas também como jovens acomodados e disciplinados. Segunda enfatiza Otávio Ianni:

Para instaurar-se ou durante o seu desenvolvimento, o capitalismo transforma de maneira tão drástica as condições de vida dos grupos humanos que a juventude se torna rapidamente um elemento decisivo dos movimentos sociais, em especial das correntes políticas de direita e de esquerda (IANNI, 1968:225).

Karl Mannheim, também concorda com essa afirmativa e acrescenta que a juventude é uma “reserva vital” da sociedade, pois está aberta às novas aventuras e por resistir ao enquadrado no *status quo* social. Porém, cai numa armadilha quem acreditar que a juventude é revolucionária por natureza. Nas suas palavras:

Desde então isso revelou-se falso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem formar organizações juvenis. (MANNHEIM, 1969:73).

Exemplo disso é, de um lado, o Nazismo que se construiu mediante a união de partidos nacionalistas/racistas e organizações paramilitares de juventude; o próprio Adolf Hitler veio de um desses grupos estudantis e seus combatentes eram em sua maioria jovens ex-soldados, novos recrutas de 17 a 21 anos e adolescentes de 13 a 17 anos (Groppo, p.140). Por outro, a geração de jovens do pós-guerra que, segundo Norbert Elias, vinha principalmente da classe média estudantil/universitária e que se rebelou inclusive com violência contra o tipo de sociedade criada por seus pais. Nas palavras de Elias:

Foi o choque com as atitudes e os ideais dominantes dos pais e mães da burguesia de antes da guerra, que levou muitos dos filhos e filhas, nascidos depois da guerra, a uma crucial rejeição de aspectos dessa tradição burguesa. Com freqüência, fizeram e ainda fazem – uso de rotinas de discurso e pensamento que remontam a Marx (ELIAS, 1997:368).

O movimento *hippie* e a “Revolução Cultural” de 1968 são exemplos de grupos contestatórios e revolucionários sem se constituir, necessariamente, em poder paralelo ao Estado e foram orquestrados por jovens e amplamente difundidos entre os jovens, notadamente universitários. Existe uma variedade de pesquisas e publicações em torno desse tema, produzidas tanto no “calor” dos acontecimentos quanto tempos depois quando os ânimos estavam mais arrefecidos e se podia fazer uma análise mais crítica e objetiva.

Pode-se dizer que, embora algumas ações históricas e revolucionárias da juventude moderna foram pautadas sobre uma estrutura violenta e politicamente ambígua (possivelmente interpretaram equivocadamente seus “heróis” ou suas intenções) que não se ajustaram às conseqüências de suas ações como nos lembra Weber (os agentes não controlam os resultados de suas ações no mundo); percebe-se que o que caracteriza a juventude desde seu aparecimento como categoria e grupo social na história, é a disposição para a contestação e para a mudança, constituindo-se assim como o grupo mais maleável às idéias novas.

É possível perguntar, além disso, sobre a “situação” da sociedade atual para a juventude, sobretudo marcada pela ausência de supostos “heróis” revolucionários e contextos gerais de revoltas (a revolução cubana, a estudantil de 1968, a vietnamita) que orientaram outrora grupos juvenis nem tão pouco encontramos na própria ação política motivações para pensar e agir conforme o bem comum. Pois, como argumenta Renato Janine Ribeiro¹⁰, a contemporaneidade assiste a uma “despolitização da política”, e na contrapartida à politização da sociedade, isto é, esta cada vez mais se organiza em torno de grupos e movimentos políticos, sociais e culturais com ações que antes eram da responsabilidade do Estado. Por isso pressupomos que, os movimentos construídos pela sociedade, dentre estes o MST, constituem forças inspiradoras e identificadoras da juventude atual.

Essa análise de Aries e Groppo sobre a constituição da juventude moderno/ocidental, em linhas gerais, aproxima-se da análise cuidadosa e crítica de Norbert Elias. De acordo com esse autor, o Ocidente (principalmente a Alemanha) vivencia, depois da II Guerra Mundial, um dos mais substanciais conflitos de gerações. Esse é um acontecimento singular, pois as relações entre a juventude e “as pessoas mais velhas”, na Alemanha pré-hitlerista, caracterizavam-se por uma aparente cumplicidade. Entretanto, a derrota política e “moral” que os excessos do terceiro Reich imprimiram a essa sociedade, tornou patente as relações de poder e violência entre esses grupos sociais (dos mais velhos sobre os mais jovens).

No entender de Elias, o sentimento de culpa, que assolou a população do pós-guerra, atingiu primordialmente a juventude. Essa geração, notadamente de origem burguesa, desenvolveu formas de emancipação e de “despoluição” do passado bárbaro não apenas da Alemanha, mas de todo o Ocidente. Escreve Elias:

¹⁰ Cf. RIBEIRO, 2004: 22.

Uma das estratégias para obter absolvição desse estigma foi, para muitos jovens burgueses, aderir a um credo político contrário aquele que era dominante na burguesia dos períodos do pré-guerra – ou seja, o credo que eles opunham ao de seus pais e avós. Com a ajuda de um credo contrário, os jovens esperavam absolver-se das associações poluentes com esses períodos, assim como encontrar um novo sentido que pudesse, ao mesmo tempo, dar expressão ao conflito de gerações que era bastante agudo na situação em curso. O marxismo em seus vários matizes preenchia essas funções (ELIAS, 1997:209).

Essa geração, por conseguinte, se organiza em grupos paramilitares¹¹ na Europa do pós-guerra, mas também na América Latina, tendo como orientação ideológica, o marxismo; e neste, principalmente, a crítica às mazelas sociais causadas pela sociedade burguesa e sua proposta de sociedade liderada pelo proletariado.

Norbert Elias, no entanto, é enfático na sua crítica a esse “ativismo” da geração pós-guerra porque, em primeiro lugar, constituir grupos paramilitares não caracteriza um projeto novo, dado que esta também foi uma alternativa da geração anterior que fez a guerra e contribuiu para suas conseqüências atuais. Luís Antônio Groppo também nos chama atenção para a violência que caracterizava a juventude revolucionária da década de sessenta:

(...) o mito juvenil retoma uma certa concepção da violência, dada uma tendência de agressividade visual, verbal e, durante o colapso da ‘revolução juvenil’ de 1968, de adesão à proposta de guerrilha. É claro que no socialismo marxista tem seu lugar a violência revolucionária como método de instauração da ditadura do proletariado. (...) Mas, no limite de sua proposta como a de Régis Debray, em *Revolução na Revolução*, a violência guerrilheira torna-se ela própria emancipadora e criadora (GROPPO, 2000:208).

Parece que Groppo¹² nos faz lembrar que a juventude de sessenta, usando instrumentos para-militares, constitui uma força emancipadora que não é possível ignorar no seu contexto histórico e político. Exemplo disso, foi a ação guerrilheira de Che Guevara e Fidel Castro para a supressão da ditadura de Fulgencio Batista na Cuba de 1959 e a efetividade de um projeto político e social que julgaram emancipador.

Em segundo lugar, Elias direciona suas críticas para o próprio marxismo que ele denomina negativamente de “idealismo romântico”. Ou seja, quando Marx propôs uma ditadura

¹¹ Em Norbert Elias, o termo paramilitar significa uma configuração social que se estrutura fora das instâncias de poder estatal-legitimado. Pode-se, no enalço do autor, chamar também de *outsider*.

¹² Groppo faz uma reconstituição da modernidade aos anos 90, inclusive valendo-se da análise de Elias.

do proletariado e vislumbrou que a vitória da classe de trabalhadores sobre a classe dos capitalistas significaria a vigência da liberdade e da igualdade, esqueceu que, na situação de domínio, os oprimidos poderiam se tornar opressores. Em seus termos:

O curso efetivo do desenvolvimento mostrou que o caminho para conter e dominar o egocentrismo do grupo nas relações mútuas das pessoas é muito mais difícil e leva muito mais tempo do que Marx pensava. O seu idealismo romântico – o idealismo dos materialistas – bloqueou sua visão do simples fato de que os oprimidos vitoriosos, por seu lado, convertem-se muito rapidamente em opressores, e de que o egoísmo coletivo de seus membros pode afirmar-se de um modo tão implacável quanto o de seus adversários estruturais (ELIAS, 1997:234).

Elias certamente está nos lembrando do processo de revolução comunista na URSS. Porém, acreditamos que essa análise pessimista sobre esse contexto um pouco mais específico, a estruturação prático-ideológica da juventude pós-guerra, advém de todo esse período conturbado dos acontecimentos da década de oitenta; estes, por seu turno, refletem o avanço do capitalismo e as derrotas dos grupos revolucionários da década de sessenta e setenta. Isto é, esse pensador questiona a coerência e a eficácia social desses grupos paramilitares e revolucionários justamente no início dos anos noventa¹³, contexto em que a grande maioria dos intelectuais criticam o stalinismo e, conseqüentemente, o valor do pensamento marxista.

Mesmo não concordando totalmente com essa análise de Elias, não podemos deixar de perguntar sobre o que constitui o conteúdo de orientação da juventude do pós-queda do muro de Berlim. Ou seja, se a geração jovem do pós-guerra pôde se valer da única concepção alternativa de sociedade (a marxista), a geração atual não dispõe mais de um conteúdo sistemático e unificado de ideologias sociais; ao contrário, a configuração sócio-político-cultural dos tempos contemporâneos vive sob a égide do relativismo, do consumo desenfreado, da crise de valores, da massificação da cultura, da procura pelo supérfluo¹⁴, etc.

Diante disso, é importante mencionar duas experiências que tivemos enquanto dirigente do Coletivo de Relações Internacionais – CRI do MST. A primeira foi o acompanhamento político de um grupo de jovens universitários sergipanos (em estágios de vivência¹⁵) que se

¹³ N. Elias publica "Os Alemães" em 1992, no bojo da crítica ao stalinismo e ao próprio marxismo.

¹⁴ Cf. KEHL, 2004.

¹⁵ O Estágio Interdisciplinar de Vivência - EIV foi criado em 1988, no Estado de Minas Gerais, como complementaridade ao ensino acadêmico dos estudantes de agrária. Hoje envolve estudantes de várias áreas e é utilizado em várias universidades do Brasil.

despojaram de suas férias - usufruídas com viagens, shoppings centers, etc., programas cuja condição econômica lhes proporcionaria – em favor do que eles chamavam de “projeto social” no qual conviveriam por um mês em acampamentos da região para conhecer e vivenciar o cotidiano de um significativo momento de mudança social, política, cultural não apenas do ponto de vista do indivíduo, mas fundamentalmente coletiva.

A segunda se deu enquanto coordenei, num espaço temporal de três anos, dois grupos de jovens universitários canadenses que ao invés do tradicional intercâmbio: nas escolas, universidades, residências domiciliares, escolheram o “Intercâmbio Social” financiado pela entidade canadense Desenvolvimento e Paz¹⁶ nos assentamentos e acampamentos do MST. A razão para isso em geral, diziam: conhecer *in loco* o que era o MST, seus valores, seus ideais, seu projeto de sociedade, etc.

Embora as mudanças identificatórias que se operam nesses jovens (internacionais ou nacionais¹⁷) sejam em certa medida deslumbramento passageiro com o exótico ou característico de uma fase de rebeldia, também é possível averiguar, inclusive objetivamente, a permanência de identificação de muitos deles com os “sentimentos”, as práticas e ideais de sociedade do MST. Exemplo disso é o número de jovens universitários que abdicam de seus salários e até de suas carreiras para “militar” no MST. Atualmente o MST de Sergipe tem oito desses jovens atuando efetivamente como militantes e dois como membros da Direção Estadual do MST.

Dentre o grupo de canadenses citado, espera-se o retorno definitivo de uma jovem de classe média que possui status e condição econômica privilegiada para exercer o trabalho de militância nos assentamentos do MST. Mas não é apenas isso, pois mesmo entre aqueles que não se engajam no trabalho burocrático, técnico e político do Movimento, encontramos jovens que atuando em diversas profissões ou espaços sociais se auto-denominam colaboradores porque simplesmente se identificam com seus ideais.

A questão, todavia, que quero destacar não é a afluência de jovens para os movimentos de esquerda ou de direita (de teor marxista ou nazista, por exemplo). Segundo Groppo, este é um caso que toda a história comprova desde a modernidade. Destacamos, essencialmente, que um certo segmento da juventude, seja de classe e status privilegiado ou não, seja rural (o nosso objeto é a juventude rural sem terra, que não goza, portanto, de situação econômico e social

¹⁶ Entidade parceira do MST à muitos anos, que além de financiar alguns projetos nacionais de formação mantém um programa de intercâmbio de jovens com o MST no Estado de Sergipe.

¹⁷ O MST tem programas de intercâmbios com jovens de grupos de apoios e movimentos internacionais.

privilegiada) ou urbana, tem construído sua identidade em torno também de movimentos sociais, dentre estes o MST, na sociedade contemporânea. Mas de que modo é caracterizada essa sociedade?

Karl Marx já advertia para o fato de que, na sociedade capitalista, os indivíduos eram postos historicamente numa situação de diferenças de classe, cujo domínio econômico (posse dos meios de produção) identificava alguns como burguesa e a maioria (possuidora apenas de sua força de trabalho) como proletária.

Mais recentemente, pensadores afiliados ou não à análise marxista, têm chamado a atenção para as mudanças na configuração desses discursos sobre a sociedade contemporânea. Dentre estes, Ralph Dahrendorf (2004), resume criticamente esses discursos em quatro noções: o primeiro diz respeito à tendência de concentração do maior número de pessoas nas classes médias, corresponde à “sociedade de classe média”; o segundo refere-se ao fato de que o quanto o indivíduo pode consumir (comprar) o colocaria numa posição social privilegiada ou não, a idéia de “sociedade de consumo”; o terceiro, pressupõe a perda da individualidade (e da liberdade) na medida em que todos seguem a moda, atendem às demandas do mercado e da indústria cultural, ou seja, “sociedade de massas”; o quarto refere-se ao predomínio da estrutura burocrática e amorfa de poder que excluiria os engajamentos e as ideologias conflitantes, ou “época pós-ideológica”. Pode-se dizer, então, que em tempos atuais a ideologia do consumo e da indústria cultural são referenciais importantes na definição das posições sociais.

Sem sair exatamente dessa linha de argumentação, Jurandir Freire Costa e Maria Rita Kehl analisando especificamente o tema da juventude na sociedade de hoje, chegam a conclusões entre realistas e críticas. Ambos defendem que o mercado, a mídia, a indústria cultural impõem necessidades de consumo para os indivíduos e que praticamente toda a formatação dos produtos a serem adquiridos possui um caráter material, fluído, passageiro, modista, jovem, de “boa aparência”, despreocupado, hedonista, enfim, que preencheria os anseios e as ausências de sentido da vida do indivíduo.

Descartam, contudo, a explicação corrente de que “(...) nos comportamos como compradores sonâmbulos, manipulados pelo ‘eixo do mal’ da publicidade e da moda” (Costa, 2004:77). Isso só acontece porque, segundo Jurandir Freire Costa, mercado e cultura estão inexoravelmente ligados, isto é, os “objetos ditos de consumo” obedecem e criam uma estrutura psíquica, cultural e social na qual se busca um ideal de homem e mulher, representado pelo que é

maleável, superficial, mutável, e de cuja perseguição incansável é pela moral do prazer efêmero e individual.

Em resumo, o ideal de indivíduo é a do vencedor, e o vencedor é aquele que consome, o que se consome são produtos precívalis, logo a ética e a idéia de bem comum ou coletividade perdem qualquer significado. Estamos na cultura do “Tô nem aí”, como repete entusiasmada uma cantora *teen*. Por quê? Porque essa caracterização do quadro perfeito de indivíduo encontra seu espelho adequado no jovem e no discurso sobre o jovem produzido desde o início da modernidade. Escreve Maria Rita Kehl:

(...) a cultura da sensualidade adolescente, da busca de prazeres e novas ‘sensações’, do desfrute do corpo, da liberdade, inclui todos os adolescentes. Do filhinho-de-papai ao morador de rua, do jovem subempregado que vive na favela ao estudante universitário do Morumbi (ou do Leblon), do traficante à patricinha, todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do (a) jovem hedonista, belo (a), livre, sensual (2004:93).

Isso não significa que todos os jovens têm o mesmo padrão de consumo, muito pelo contrário, são poucos os que podem efetivamente comprar os produtos que são oferecidos. O que a autora está querendo dizer é que “o ideal publicitário do jovem hedonista, belo (a), livre, sensual” se constitui como uma referência identitária a jovens de diferentes classes sociais e posições sociais. Embora em proporções diferentes, essa influência mercadológica também está presente nos espaços rurais. Isto é, tem havido uma valorização excessiva da juventude, de modo que as crianças anseiam e antecipam a vivência dessa fase e os adultos não querem mais assumir o lugar da responsabilidade e das regras¹⁸.

Jurandir Freire Costa e Maria Rita Kehl, porém, não esbarram apenas numa análise pessimista da situação da juventude de hoje, já que apontam para traços de resistência. Exemplo disso, respectivamente: “o surgimento de preocupações ecológicas e o ressurgimento de preocupações políticas na modalidade da responsabilidade social” (p.86); e também as “formações fraternas” que se dão no interior de grupos, gangues, turmas como novos “pólos de identificação e para as criações de linguagem, necessárias à renovação da vida social” (p.111).

¹⁸ “Isso significa que a vaga de ‘adulto’, na nossa cultura, está desocupada. Ninguém quer estar ‘do lado de lá’, o lado careta do conflito de gerações, de modo que o tal conflito, bem ou mal, se dissipou. Mães e pais dançam *rock*, *funk* e *reggae* como seus filhos, fazem comentários cúmplices sobre sexo e drogas, frequentemente posicionam-se do lado da transgressão nos conflitos com a escola e com as instituições” (KEHL, 2004:96).

É com base nessas discussões e em pesquisas e reflexões cotidianas/empíricas que pressupomos a idéia de que a construção da identificação de jovens, indiferentemente de sua condição econômica e cultural, com o MST se apresenta como um desses traços de resistência contra a cultura do individualismo e do consumismo da sociedade atual.

Consideramos, entretanto, a possibilidade de que essa identificação dessa juventude universitária (nacional ou internacional) seja fruto do modismo grupal que, como qualquer outro, pode passar. Isto é, adotar um estilo supostamente alternativo como roupas e adereços “ripongas”, discurso político/esquerdista vazio, defensor dos oprimidos do mundo e consumir drogas e álcool, pode ser apenas uma tentativa de se enturmar com o diferente. De qualquer forma, como diz Maria Rita Kehl pode ser melhor do que achar que o mundo é uma “vitrine de boutique”.

Além disso, consideramos o fato de que essa identificação com MST e qualquer outro engajamento político de cunho esquerdista pode se reverter, quando numa fase posterior de vida, em práticas e concepções conservadoras que tanto foram outrora proclamados como reacionárias. Tal é o caso de uma das maiores figuras jovens do movimento estudantil e político das décadas de 60 e 70, Régis Debray (Grosso, 2000:270), estudante francês de filosofia que abandona sua vida de burguês para fazer parte da frente de educação da Cuba recém-conquistada e posteriormente se junta ao grupo do jovem Che Guevara para a libertação da Bolívia. Esse passado vivido como se fosse eterno esbarra, porém, na sua superação na maturidade como assessor de François Mitterrand e atualmente se debruça sobre minúcias diplomáticas a pedido do presidente francês de plantão (*Le Monde Diplomatique*, agosto de 2007, p.10-11).

Florestan Fernandes, contudo, ao fazer uma breve análise sobre os dilemas políticos da juventude atual, alerta-nos sobre os riscos de exigirmos da juventude pós-década de 1960 algo que ela e a história não nos darão. Os jovens da década de 1960 fizeram parte de um momento histórico que não dá para ser saudoso. Os jovens atuais podem até se espelhar nos jovens do passado, porém devem se posicionar de acordo com a atual conjuntura. Alerta-nos Florestan Fernandes:

O contraste mais negativo comparece no confronto entre a exuberância dessa presença nas lutas culturais, educacionais e políticas da década de 1960 e o perfil que muitos jovens julgam apagado de sua participação atual. Parece uma idealização romântica e utópica do passado, que acaba produzindo

efeitos inibidores e uma retração contraproducente (FERNANDES, 1998: 76).

Se a juventude atual, das décadas de 1990 e 2000 no Brasil, por um lado, é marcada pela massificação, como atestaram Kehl e Freire; por outro, também vimos com estes últimos e com essa crítica de Florestan que mesmo nesse contexto é possível encontrar formas de resistir. Assim, entendemos, que, embora reconhecendo, o vigor do movimento social e de jovens e estudantes na década de 60, os jovens não se tornaram massa cooptada da indústria cultural, mas, constróem-se como sujeito social e político através de diferentes sociabilidades, expressões artísticas e políticas. Supomos, por conseguinte, que o MST se configura uma dessas formas para a qual concorrem jovens universitários e jovens rurais sem terra porque acreditam nos seus ideais e nas suas práticas sócio-políticas. Inclusive esses jovens universitários (de classe média) participam do MST como membros dirigentes.

Apesar de considerarmos relevante esse breve recorte sobre a atuação de jovens da classe média nas organizações de esquerda, especialmente no MST, destacamos que o objeto central do nosso trabalho são os jovens sem terra (acampados e assentados)¹⁹. Nesse sentido, torna-se necessário especificar a que tipo de juventude essa pesquisa se dirige (a juventude rural sem terra), como esta se relaciona e se identifica com os cursos de formação que frequenta, com as marchas e ocupações que participa e ajuda a organizar, com a experiência da mística.

II – Juventude, Juventude Rural e Juventude Sem Terra:

A pergunta é: de que tipo de jovens nos ocupamos nessa pesquisa, sua trajetória, sua faixa etária, sua história específica?

De acordo com pesquisa que fizemos em documentos, observamos que a maioria dos registros e dos estudos desses registros, considera jovens uma faixa etária muito aberta, plástica e muitas vezes arbitrária. Essa abertura conceitual dificulta o trabalho de pesquisa. Portanto, mesmo pressupondo a importância de entender como historicamente se concebeu a categoria

¹⁹ Dividimos os jovens Sem Terra em duas categorias: Acampados - são os jovens que, individualmente ou em família, estão em processo de luta pela conquista da terra; Assentados - são os jovens que, individualmente ou em família, já conquistaram a terra e estão em busca de infra-estrutura no assentamento e condições para poder produzir e comercializar seus produtos.

juventude, partiremos dos dados atuais de institutos e fundação de pesquisa; mas não com o intuito de segui-los cegamente, mas também para questioná-los.

Com isso, por conseguinte, não queremos categorizar esses homens e mulheres jovens da forma que é concebido pela maioria dos institutos de pesquisa que circunscreve a juventude a uma determinada faixa etária estanque e fixa.

Nesse sentido, a faixa etária é um dos critérios definidores da juventude, porém não é o único; questões biológicas, econômicas, sociais, políticas, jurídicas e culturais devem ser levadas em conta. O que diríamos das pessoas que se enquadram na faixa etária de jovens, mas trabalham, são casados e têm filhos e filhas, e com isso, assumem responsabilidades identificadas como de adultos.

No MST, movimento social de caráter rural há uma exigência ainda maior de relativização da categorização da faixa etária da juventude. Pois mesmo quando não tem idade para ser assentado, juridicamente se encontra meios eficazes desse jovem ser titular de um lote, recebendo a autorização de seus pais e, assim, adquire a maioridade jurídica. “Quando saiu o assentamento eu tinha acabado de completar 18 anos. Tirei a identidade num dia e no outro assinei o contrato de assentamento”, comentou um dos assentados no Assentamento Moacir Wanderley, Josivaldo dos Santos, conhecido como Bilisco.

Isso demonstra que ao discutirmos juventude, devemos levar em conta não limitadamente os critérios fixos de (idade, estado civil, maioridade penal, etc.). Ao contrário, enfocaremos aspectos específicos ligados à juventude sem terra, principalmente o fato de que esses assumem responsabilidades sociais, de trabalho, civis, dentre outras, antes mesmo da fase considerada pela maioria dos institutos de pesquisa e das organizações. Por outro, é possível encontrar “jovens” sem terra que extrapolam a faixa etária demarcada por esses órgãos, uma vez que assumem “postura” juvenil, como por exemplo: candidatando-se para cursos de formação, as ocupações, passeatas, etc. Por isso, optamos por não seguir uma faixa etária fixa que possa torna-se uma “camisa de força”, uma vez que é o próprio dirigente estadual assentado no Projeto de Assentamento Dandara, no Projeto de Irrigação Jacarecica II, município de Malhador, Gileno Damacena Silva, que ao responder à pergunta se ele se considerava jovem, nos revela esse desencontro com os padrões estatísticos convencionais:

Tenho 36 anos de idade. Sou casado. Tenho filhos. Tenho meu lote e sou agricultor a muitos anos, mas nunca me senti tão jovem. Agora eu posso viajar, estudar, brincar. Eu acho que sou mais jovem do que quando tinha 20 anos (Gileno entrou no MST com 28 anos e hoje tem 36 anos).

Portanto, entendemos a idade como apenas um dos delimitadores da Juventude porque não teríamos condições de afirmar, categoricamente, que as pessoas, dentro dessa faixa etária, poderiam ser enquadradas como jovens. Como nos diz Bourdieu:

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. (BOURDIEU, 1983: 113).

Afirma ainda Bourdieu que não existe juventude no singular, mas juventudes, que em cada sociedade e em cada período de tempo são vistas de formas diferenciadas. Portanto, essas fronteiras são arbitrárias e estão constantemente em disputas; mesmo porque não existe indivíduo atômico, ou seja, deslocado ou separado do *habitus* de sua sociedade específica. Nesse sentido, escreve que:

Dentro dessa perspectiva, a história de um indivíduo se desvenda como uma 'variante estrutural' do *habitus* de seu grupo ou de sua classe, o estilo pessoal aparece como desvio codificado em relação ao estilo de uma época, uma classe ou um grupo (BOURDIEU, 1983: 18).

A pesquisadora Helena Abramo inicia o artigo "Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo" chamando a atenção para o risco de simplificarmos o termo juventude. Segundo a autora:

A juventude é desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. (...) No entanto, quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo as dificuldades aparecem e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo. Muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra (ABRAMO, 2005:37).

É praticamente unânime a idéia de que não existe um consenso sobre o que é juventude, qual seria sua faixa etária e como se caracterizaria. Por isso, Valdir Luiz Stropasolas considera a juventude como uma categoria “sociologicamente problemática”, pois seus critérios definidores são fluídos e dependentes da estrutura social à qual pertencem. Como diz o autor:

(...) o fato de falar de jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotados de interesses comuns, e de transferir estes interesses a uma idade definida biologicamente, constitui uma manipulação evidente. (STROPASOLAS, 2006:174).

De modo geral, a juventude presa a uma faixa etária é vista de forma diferente por diversos órgãos nacionais e internacionais. A Organização Mundial da Juventude entende que ser jovem é ter entre 15 e 25 anos; a World Health Organization – WHO e a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, reconhece que a juventude começa aos 10 anos e termina aos 20 anos; a Organização Internacional de Juventude - UNESCO vê o jovem com a faixa etária entre 15 e 24 anos. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE classifica os jovens entre 15 e 24 anos; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA classifica a juventude para os homens, entre 15 e 29 anos e para as mulheres, entre 15 e 25 anos; para O Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90) categoriza como adolescente aquele que se situa entre 12 e 18 anos.

Como vimos, não existe uma juventude, mas juventudes. Sendo assim, é possível falar de uma juventude rural ou de juventudes rurais e enxergá-la como uma categoria social? Na tentativa de responder a essa questão verificamos que, nas Ciências Sociais, esse enfoque é muito recente. Uma das obras clássicas pioneira dessa temática foi lançada no Brasil pela editora Zahar em 1968, na coletânea “Textos Básicos de Ciências Sociais: Sociologia da Juventude” dividida em quatro volumes. Dentre vários textos destacamos alguns que são mais dirigidos ao nosso tema. No volume I, Edmundo Sustaita, apresenta a categoria Juventude Rural como:

Um grupo de indivíduos que em pesquisas particulares tem sido definido entre diferentes limites de idades. Tais limites alcançam variações máximas de 15 e 29 anos, mas na maioria dos trabalhadores usa-se o termo juventude para se referir ao grupo de jovens compreendido entre 15 e 24 anos. (...) O objetivo rural que completa o jogo conceptual é talvez um pouco mais difícil de definir. Geralmente é colocado como oposição ao urbano, o que induziria a

pensar de imediato que a diferença assimilada por ambos os termos está na área da residência (SUSTAITA, 1968:205-206).

No Volume II dessa coletânea, Jacques Guigou, ao se reportar à realidade européia na década de 60 do século passado, introduz elementos importantes a respeito do tema da juventude rural. Alerta-nos para a “abertura” e “integração” dos jovens de então às sociedades globais, nacionais e internacionais segundo as quais estabeleceriam uma relação com o local de domicílio, a quantidade de habitantes e a porcentagem da população ativa que vive da renda agrícola. Para ele, é possível considerar jovem rural aquele que está na faixa etária entre 16 e 24 anos, subdividido em três grupos:

De 16 a 18 anos é a época final da adolescência; (...) Entre 19 e 21 anos situa-se um período de transição, marcado pelo serviço militar para os rapazes; (...) A época de 22-24 anos é freqüentemente a do ‘conflito das gerações’ a propósito da geração da exploração agrícola; época da submissão ou do ‘assassinato do pai’ nos rurais agrícolas (GUIGOU, 1968:74).

Apesar desses importantes trabalhos, até o final do século passado (XX), pouco se produziu sob essa temática (Wanderley, 2003; Menezes, 2004). Conforme destaca Nilson Weisheimer, ao fazer um mapeamento dos estudos recentes sobre as juventudes rurais no Brasil²⁰ (2005:13), de 1990 a 2004, apenas 50 trabalhos, entre artigos (27), dissertações (18), livros (03) e teses (02) foram elaborados. Por isso, ao tratar das categorizações do Jovem Rural ele conclui:

Entre os diferentes objetos enfocados pelas Ciências Sociais a juventude do meio rural têm sido até agora um dos mais esquecidos, tanto que na referida ‘Bibliografia da Juventude’ organizada por Cardoso e Sampaio, esta temática não aparece. Este é um exemplo do que Durston (1997) chamou de ‘invisibilidade da juventude rural’ (WEISHEIMER, 2004:98).

Mais recentemente, porém, esse tema tem saído da “invisibilidade” e tem emergido nas ciências sociais, com produções científicas, seminários e debates; nos movimentos sociais, com encontros de discussão e organização de coletivos; e nas políticas públicas implementadas pelo atual Governo Federal (Menezes, 2006; Castro, 2006). Vários trabalhos científicos foram

²⁰ Stropasolas (2006) nos chama a atenção para uma grande pesquisa, abordando o tema a juventude rural na França, realizada em 1986. Nela, ressalta o autor: “(...) os jovens rurais não formam mais um grupo homogêneo; não existe uma juventude rural, mas várias, assim como existem várias juventudes em geral; (...) também, que a juventude rural é dividida em dois grupos cujas diferenças sociais e ideológicas são notadamente pronunciadas. (...) além da baixa formação, ausência de emprego, precária definição de si e baixo engajamento social e político” dentre outras coisas.

lançados recentemente abordando temática da juventude rural: Silva (2004), Weisheimes (2004), Menezes (2004 e 2006), Castro (2005 e 2006), Carneiro (2005), Stropasolas (2006), Sales (2006), Wanderley (2006), dentre outros.

As organizações sociais do campo também passaram a dar mais atenção para a juventude nos últimos anos. A Pastoral da Juventude Rural - PJR²¹ realizou dois congressos nacionais, um em 2000, com mais de 1.200 jovens e outro em 2006, com mais de 1.500 jovens de todo o Brasil; a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG²² organizou o Salão Nacional de Juventude Rural em 2003 e conta com diretorias de juventude em praticamente todas as federações e sindicatos; no MST também foi ressaltada a ênfase dada à juventude como um grupo específico, para isso, organizou vários encontros nos estados e no contexto nacional com essa temática, dentre eles: I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural (Unicamp, 1999); o I Encontro de Juventude do Campo e da Cidade (2002); Reunião do Coletivo Nacional de Juventude (São Paulo, 2007). O MST também iniciou a articulação de jovens da Via Campesina em diversos encontros que culminou com a construção do Programa Nacional de Formação para Jovens da Classe Trabalhadora em Movimento que aconteceu em vários estados do Brasil. A pesquisadora Elisa Guaraná de Castro acompanhou várias dessas reuniões, encontros e congressos e concluiu que:

Embora esse tipo de articulação não seja uma novidade – ‘juventude rural’ ao longo da história e em muitos países foi uma categoria ordenadora de organizações de representação social – hoje estamos testemunhando uma reordenação dessa categoria. Em comum uma ‘juventude rural’ que ainda se confronta, como ‘classe object’ (Bourdieu, 1977), com preconceitos das ‘imagens urbanas’ sobre o campo, mas que se apresenta longe do isolamento, que dialoga com o mundo globalizado reconstruindo e revalorizando sua identidade rural. (CASTRO, 2006:04).

No âmbito das políticas públicas esse tema tem ganhado importância nos últimos anos. O Governo Federal, em 2005, criou a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e o Conselho Nacional de Juventude - CNJ, para onde convergem programas para a juventude. Específico para o campo foi criado, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o “Nossa Primeira Terra”, que pretende atender jovens de 18 a 28 anos facilitando para que eles tenham

²¹ PJR, entidade vinculada a Via Campesina que organiza jovens cristãos e camponeses de todo o Brasil. Surgiu em 1983, mas se articulou nacionalmente em 1987.

²² A CONTAG é a entidade sindical que congrega Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs de todo o Brasil. Foi fundada em 22 de dezembro de 1963.

acesso a financiamentos para compra de imóveis rurais através do Crédito Fundiário; o “Pronaf Jovem”, que pretende facilitar empréstimos bancários para os jovens do campo; o “Consórcio da Juventude Rural”, que pretende capacitar jovens do meio rural, criando oportunidade de trabalho, emprego, renda e facilitando a inserção nos programas de políticas públicas. Porém, os movimentos sociais do campo vinculado à Via Campesina, inclusive o MST, têm feito muitas críticas a esses programas pela burocracia, pelos poucos recursos disponibilizados, pelo atrelamento à Declaração de Aptidão do Pronaf – DAP²³ do pai e, principalmente, por não levar em conta as sugestões das juventudes organizadas do campo.

Em vista disso, perguntamos: De que juventude estamos falando? Existe alguma especificidade ou ela é uma categoria social não coesa que vive em “reciprocidade” com a sociedade global? Essas e outras perguntas nortearão essa parte do nosso trabalho.

Como bem disse Bourdieu a faixa etária é um critério insuficiente para dar conta da complexa realidade social dos jovens:

(...) a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. (BOURDIEU, 1983:113).

A questão é: poderíamos nos valer desses mesmos marcos definidores para entender a juventude sem terra de hoje? E mesmo em se tratando de jovens sem terra, podemos generalizar? Ora, os jovens de que falamos são os acampados (as) e assentados (as) e/ou seus filhos (as), que participam do processo de formação no cotidiano do MST e das atividades de formação política oferecidas nos cursos.

Esses, na maioria, assumem responsabilidades de adultos, ajudando suas famílias no trabalho do campo ou em casa; geralmente, muito cedo, casam e têm filhos; e assumem funções políticas em sua comunidade como “lideranças”, mostrando que tem sido cada vez mais comum, nessa realidade específica, jovens desempenhando tarefas políticas como militantes na organização do acampamento ou do assentamento e nas instâncias organizativas do MST. A

²³ Concordando, em parte, com essa análise Abramovay destaca: “(...) os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais do Pronaf deveriam contar em seu interior com a participação de rapazes e moças: este é o melhor caminho para que os jovens assumam não só destino dos estabelecimentos onde pretendem se desenvolver profissionalmente, mas também tomem em mãos a construção de sua própria cidadania” (1998:92/93).

Antropóloga Regina Novais, ao fazer no seu estudo sobre as diferenças e desigualdades da juventude brasileira, pondera:

(...) Esses limites não são fixos. Para os que não têm direito à infância, a juventude começa mais cedo. E, ao mesmo tempo, o aumento da expectativa de vida e as mudanças no mercado de trabalho permitem que parte deles possa alargar o chamado tempo da juventude até 29 anos. Com efeito, qualquer que seja a 'faixa etária' estabelecida, jovens da mesma idade vão sempre viver juventudes diferentes. (NOVAES, 2003:121-122).

A Cepal é um dos poucos organismos que classifica a juventude rural como um grupo específico e estabelece o limite da faixa etária entre 15 e 29 anos como definidor dessa categoria. Porém, Abramovay admite que: "(...) a juventude do campo pode prolongar-se além dos 30 anos" (1998:37). Dessa forma, também não se chega a um consenso no campo, pois a juventude rural não é uniforme e pode ser dividida em diversas categorias, como: pequeno agricultor, sem terra, assalariado rural, indígena, etc. dentre esses, o grupo que nos chama a atenção é a juventude Sem Terra.

Ou seja, a juventude que participa do processo de luta por reforma agrária e que se engaja no MST possui características específicas em face de outros grupos de jovens. Além do que, a tentativa de encerrar um período importante da vida em datas fixas, segundo nos ensina Janine Ribeiro, impede que compreendamos a vida como projeto e processo descontínuo e flexível. Escreve:

Vivemos hoje a quebra de uma vida linear. Esta tinha infância, juventude, idade adulta, maturidade, velhice. Ora, essas posições deixaram de estar equacionadas ao longo de uma seqüência sem volta. Continua tendo sido, todas elas, mas não mais como datas, e sim como posições, que podemos saltar, repetir e reciclar. Sempre se disse, de alguns jovens, que já pareciam velhos; mas hoje é mais possível, nunca como antes, recuperar a juventude. Ela até se torna ideal. (RIBEIRO, 2004:27).

Dessa forma, apesar de me valer freqüentemente da faixa etária como um importante elemento definidor da juventude, não pretendemos engessá-la. A faixa etária poderá ser flexibilizada a depender da época ou do grupo social, da representação dos próprios sujeitos ou

do grupo social, inclusive consideraremos a concepção de juventude dos próprios entrevistados. Conforme avalia Maria José Carneiro, esses e outros critérios²⁴ não podem virar amarras.

Ambos os critérios são igualmente frágeis e carregados de ambigüidades construídas culturalmente. Na verdade, ser jovem corresponde também a uma auto-representação que tende a uma grande elasticidade em termos etário, proporcional às dificuldades crescentes de ingresso e a sua informatização excessiva no Brasil (CARNEIRO, 1991:01).

Além disso, não podemos falar de uma delimitação dos jovens do MST como sendo “jovens do meio rural”, pois essa categoria é, segundo Carneiro (1998:99), “(...) imprecisa, variável, construída socialmente” que torna o campo um espaço “(...) cada vez mais heterogêneo, diversificado e não mais exclusivamente agrícola”. É nesse contexto, de “(...) diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos” que os jovens estão situados. Valmir Luiz Stropasolas²⁵ também faz coro a necessidade de ultrapassar a dualidade campo e cidade, pois tanto o campo quanto a cidade são socialmente produzidos.

Acrescenta ainda Carneiro:

Como um dos resultados desse debate está a idéia de uma certa arbitrariedade da classificação ‘rural’ e ‘urbano’, sobretudo a sustentada nessa dualidade. (...) No entanto, é importante admitir que a heterogeneidade não reside apenas entre ou dentro desse dois grandes pólos, mas também na maneira como se expressa a ruralidade nas diferente regiões do país e na maneira como as próprias pessoas entendem o que seja ‘rural’ ou ‘campo’ (CARNEIRO, 2005:246).

Como já foi dito a “diluição das fronteiras” (Carneiro, 1998) entre o rural e o urbano também afeta (positiva e negativamente) aos jovens rurais, inclusive os engajados nos movimentos sociais do campo. Porém, como destaca a pesquisadora Maria Nazareth Wanderley, não podemos perder de vista as várias dimensões que estão presentes na vida da juventude rural:

(...) O que é importante reter é a tripla dimensão desta forma social de vida e de trabalho: o cálculo econômico específico (que se traduz por uma forma particular de produzir); o modo de vida centrado, por um lado, no pequeno

²⁴ Nilson Weisheimer, em: “Juventudes Rurais: Mapa de estudos recentes” (2005), identifica cinco abordagens relacionadas ao estudo da juventude rural: 1) Juventude como faixa etária; 2) A juventude como período de transição ou ciclo de vida; 3) O enfoque das gerações; 4) Juventude como cultura ou modo de vida e 5) Juventude como representação social e auto-representação.

²⁵ O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens.

grupo local (onde predomina as relações de interconhecimento) e, por outro lado, nos processos de integração com a sociedade mais ampla; e a economia moral, valores que inspiram as práticas cotidianas e a socialização das jovens gerações (WANDERLEY, 2006:18).

A relação entre campo e cidade, ainda segundo Wanderley, não pode ser vistos como “espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e a sua inserção na sociedade” (2006: 18). Sendo assim, mesmos com todas as peculiaridades, inclusive “temporal”, o campo também é dinâmico e plural.

Ao falar da pluriatividade da Agricultura, Ricardo Abramovay também considera que “o meio rural é muito maior que a agricultura” (2005:01) e que a juventude é o momento da vida onde se tem mais mobilidade e vontade de arriscar para conhecer coisas novas. Segundo esse autor é preciso que o campo seja esse ambiente social cheio de opções, que estimule o conhecimento e que ofereça condições diversificadas. Morar no campo e ser agricultor deverá ser uma “opção de vida” e não uma fatalidade.

Uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos, suas rendas dependerão da agricultura, mas também de outras atividades (ABRAMOVAY, 2005:01).

Porém, conforme nos alerta Maria José Carneiro, o termo pluriatividade esconde uma diversidade de significados e não pode ser usada aleatoriamente. Segundo a autora:

Não é adequado generalizar o uso do termo pluriatividade para designar toda e qualquer situação em que encontramos a combinação de atividade agrícola e não agrícola (CARNEIRO, 2006:06).

Essa situação de complexidade cada vez mais presente no campo também atinge os assentamentos do MST, que apesar de defender práticas camponesas (tradicionalistas) estão cada vez mais pressionadas para responder às exigências produtivistas do mundo capitalista. Essas novas exigências atingem fundamentalmente a juventude, que tem que conviver com as práticas tradicionais dos pais (e antepassados), ao mesmo tempo em que são desafiados a responder às novas questões da modernidade. Essas novas contradições do campo forjam atores cada vez mais heterogêneos e plurais.

A pesquisadora Celecina Veras Sales, analisando a juventude no MST, identifica com clareza a diversidade de realidades no campo, de forma geral, e nos assentamentos e a pluralidade nas ações sociais. Segundo a autora, os agrupamentos juvenis nos assentamentos recebem influência principalmente do MST e da Pastoral da Juventude, mas ressalva que eles não podem ser vistos sempre como grupos uniformes sem enxergar a singularidade, os anseios e os sonhos de cada um. Portanto, dialeticamente, eles influenciam o grupo e são influenciados por ele, dentro dos assentamentos e na relação com outros jovens do campo e da cidade:

Quando pesquisei os jovens rurais apoiados pelo MST, não os vi apenas pela suas semelhanças, mas principalmente pela suas singularidade. Considero que esses jovens rurais afetam e são afetados pelo MST de formas diferenciadas, mesmo porque a realidade rural não é uniforme, ela também é diversa e não está pronta, pois é uma produção. Ao lutar pela terra, ao fazer política no assentamento, no MST, eles estão vivenciando experiências, preparando-se para fortalecer suas potências, ultrapassar seus limites (SALES, 2006:177).

Sendo assim, a juventude sem terra também tem suas especificidades, mas não pode ser vista como um grupo etário isolado dos demais jovens do campo e da cidade. Nos diversos encontros e seminários, estaduais e nacionais, promovidos pelos jovens MST e da Via Campesina não se chegou a um consenso sobre a faixa etária que caracterizaria esse grupo social. É lógico que não podemos ser tão evasivos, a ponto de acharmos que “a juventude é um estado de espírito”, sob o risco de negarmos as especificidades desse grupo social tão importante.

Num documento produzido pelo MST para subsidiar os debates do 4º Curso sobre Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural na UNICAMP, em 2002, está presente a seguinte pergunta: “O que significa ser Jovem Sem Terra e pertencer a uma Organização como o MST?”, que de pronto é respondida: “(...) com certeza não é tão simples responder a essa questão, por vezes, as palavras não conseguem fornecer a dimensão real do significado das respostas, remetendo à explicação das nossas ações, atitudes concretas perante a realidade da vida” (MST, 2002:01). Com isso, admite a dificuldade de prender a juventude ou a sua juventude a um conceito. O que está claro é que “não basta ser filho de acampado ou assentado”, para ser considerado ou se auto-representar como juventude Sem Terra. Existe um amplo processo formador que o jovem sem terra pode construir coletivamente, se desejar, para se identificar com as especificidades do ser jovem Sem Terra.

No texto impresso intitulado: “O acampamento como um lugar de formação humana: desconstrução e reconstrução”, elaborado por um dirigente nacional do MST Valdir Misnerovicz, trata a ocupação como um “ritual de batismo” e o acampamento como:

(...) Um marco histórico, é o fim e o começo da vida ao mesmo tempo, numa relação dialética. A maioria das pessoas que passam por um acampamento é transformada, passando a ver o mundo de outra forma, se torna crítica ao sistema e defende as mudanças estruturais da sociedade (MISNEROVICZ, 2007:02).

Mas será que o ambiente, por si só, forma os Sem Terra em geral e, de modo especial, os jovens? Queremos chamar a atenção para uma questão que o MST considera relevante, qual seja, a diferença básica entre os homônimos: sem-terra (com hífen) e sem terra (sem hífen). Isto é, o jovem sem-terra é aquele membro de família camponesa que vive no campo e não tem terra suficiente para sobreviver com a família; ou é aquele que migrou para as periferias das cidades há pouco tempo e ainda tem aptidão para a agricultura e deseja retornar ao campo. Já o jovem Sem Terra é um sujeito social que independente da postura familiar, assume seu pertencimento ao MST, e é ideologicamente ligado aos objetivos do MST (lutar pela terra, pela reforma agrária e por justiça social).

Convém questionarmos, porém, se os filhos de acampados e assentados que acompanharam os pais e se sentem moradores de uma comunidade rural qualquer, podem ser considerado Sem Terra? Perguntamos a um jovem de 16 anos, filho de lideranças, que nasceu e se criou no MST, se se nasce Sem Terra ou se se transforma em Sem Terra. Ele então nos respondeu:

Se transforma, por que tudo depende da formação política. Se o camarada passar por um processo de formação, com o passar do tempo, que é uma coisa muito importante que o MST faz, não é lavagem cerebral, e sim, esclarece as coisas. Aí, se o camarada for esclarecido como eu fui, ele torna-se Sem Terra, passa a participar da militância, passa a gostar da luta pela reforma agrária e da luta por justiça social. Acho que tem que ter formação política. (Camilo Feitosa Daniel, tem 16 anos e é filho de assentado do P.A. Moacir Wanderley).

Quando falamos em juventude sem terra, nos referimos aos jovens, engajados ou não, que de alguma forma fazem parte da base social do MST. Esses jovens, diferentemente dos jovens da cidade, assumem precocemente responsabilidades no trabalho da agricultura familiar; pela falta

de condições no campo acabam evadindo da escola; constituem família muito cedo, etc. Também notamos jovens, principalmente os engajados no MST, que “tardiamente” estudam, viajam, festejam como jovens. Portanto, limites como faixa etária, inserção no mundo do trabalho, saída da escola, constituição de família, construção de um novo domicílio, dentre outros, não podem ser vistos como barreiras intransponíveis quando se trata de juventude Sem Terra.

Queremos destacar que nosso objeto é a juventude sem terra, ou seja, o jovem do MST, de uma forma geral. Porém, o nosso recorte é em torno da forma como, se e quando esses jovens sem terra se identificam com os objetivos gerais do MST e são considerados Sem Terra, com letra maiúscula. Ressaltamos, de acordo com a idéia de processo de formação histórica em Thompson, que essa passagem de jovem sem terra (acampado e assentado de modo geral) para jovem Sem Terra (que se assume membro da organização) é um processo que está eternamente em construção.

III - Conceito de formação e de mística:

Para o MST, a formação é vista como um processo, que passa pelos cursos, mas não se restringe a estes. As reuniões de base, a ocupação, o acampamento, os despejos, a efetivação do assentamento, as marchas, etc., também são partes importantes desse processo de formação. Ou seja, como ficou claro nas palavras de Camilo, citado acima, o processo de formação provoca mudanças importantes nos indivíduos. Por isso ele deve ser o mais amplo possível. Como escreve Mauro:

Quanto à formação, esta deve ser um processo permanente. No MST, ela é uma prioridade e ocorre desde o primeiro contato com o trabalhador sem-terra, antes mesmo de ele vir a integrar a organização ou participar de um acampamento. À medida que se faz reuniões nas comunidades, nos bairros, para explicar o que é o movimento, por que se luta, por que não se faz reforma agrária no país e por que temos que lutar e fazer ocupações, já se inicia o processo de formação. (MAURO, 2001:97-98).

No nosso trabalho de campo, observamos que nas reuniões de base²⁶ os militantes se portam como mobilizadores e para isso atuam como agentes da formação, esclarecendo os

²⁶ São reuniões realizadas nas comunidades, visando conscientizar as famílias sem-terra sobre seus direitos, mobilizando-as para que reivindique os seus direitos à terra, à reforma agrária e à justiça social.

direitos que tem o sem-terra. Em geral esses militantes evocam o “direito divino” à terra, já que é dádiva de Deus de forma que todos pudessem usar sem cerca e sem concentração; mas também lembram do processo histórico de concentração da terra e dos direitos que os trabalhadores têm à reforma agrária na Constituição Federal. Disse o dirigente do MST, José Alberto dos Santos, numa das reuniões de base, realizada no município de Estância em abril de 2007:

Deus está do nosso lado, pois ele criou a terra para todos. A constituição está do nosso lado, porque no artigo 185 as áreas que não produzem devem ser divididas para o povo. Não dá para ficarmos passando fome quando tem terra abandonada no nosso povoado, ao nosso lado. Temos que ocupar o que é nosso, pois desde que os portugueses chegaram que as elites roubam o que é nosso. Ocupa ou não ocupa! (José Alberto dos Santos entrou no MST com 28 anos. Hoje tem 41 anos e é o atual representante de Sergipe na Direção Nacional do MST).

É importante ressaltar que ainda é muito pequeno o número de jovens que participam das reuniões de base. Em duas dessas reuniões, uma no município de Tobias Barreto e outra no município de Estância, verificamos na primeira, a participação de 57 pessoas, dentre elas apenas 17 jovens; na segunda, com mais de 82 pessoas, identificamos a presença de 23. Esses dados foram obtidos através de resposta voluntária a partir da pergunta: “quem tem entre 14 a 25 anos levante a mão?”²⁷.

De qualquer forma, é necessário entender que concepção de formação está aqui em jogo. A bem da verdade, falar de formação em tempos atuais, marcados pelo aceleração da especialização em todos os âmbitos da atividade e do pensamento humano indica uma luta contra a corrente. Pois, o termo formação tem uma história que remonta aos românticos do século XVIII, principalmente alemães, que a definiram, segundo Jessé Souza (2000), mediante um duplo aspecto: o primeiro possui um sentido mais subjetivista de autoformação e autocultivo das capacidades individuais; já o segundo prioriza “... uma atitude de manter-se aberto à alteridade e a um ponto de vista geral e descentrado, tendo, portanto, um interesse comunitário e geral” (SOUZA, 2000:50). Isto é, a possibilidade de desenvolver-se, de tornar-se autônomo e pensar por si mesmo passa pela relação com outro, pelo respeito às diferenças e pela capacidade de tomar o todo (a comunidade, por exemplo) como seu objeto e objetivo primordiais.

²⁷ Nas primeiras reuniões de base, as pessoas costumam ficar arredias e não ficam muito a vontade respondendo questionários.

Entendemos, por conseguinte, que esse último sentido de formação abandona de certa forma o acento individualista e aristocrático do primeiro porque não é mais de um sujeito auto-centrado em si mesmo, independente da ação política e social de que se trata, mas ao contrário, é na interação com o outro que o indivíduo pode se constituir: como um homem político, econômico, pai, trabalhador etc.

Além disso, consideramos essa segunda acepção de formação mais próxima da concepção que o MST usualmente tem de formação política. Pois, ainda que a própria locução formação pareça limitar o alcance teórico e prático no sentido específico de dar conta da educação política dos militantes ou simpatizantes, o MST compreende o processo de formação, em uma primeira instância, enquanto vinculado à prática, isto é, conhecer é participar como ator da construção da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

Numa outra instância, para o MST, o ato de formar e formar-se estar direta e necessariamente vinculado à realidade social na qual esteja inserido, visto que o MST se diferencia de outros movimentos sociais e sindicatos porque entende que a ação política não se resume à conquista de direitos e a efetivação dos que já existem: na melhoria dos salários, nas condições materiais de trabalho, na aposentadoria etc., que são sempre, ao nosso ver, direitos específicos de uma categoria. De acordo com Stédile, o MST também é sindical, mas não se restringe a isso:

Uma outra característica é o componente sindical. É sindical aqui no sentido corporativo. A possibilidade de conquista de um pedaço de terra é o que motiva a família a ir para ocupação ou permanecer acampado por um período indeterminado. Nesse primeiro momento, é uma luta para atender, essencialmente uma reivindicação econômica (STÉDILE, 1996:34).

O MST não descarta a necessidade de conquista dos direitos específicos dos trabalhadores rurais, uma vez que é a conquista do seu meio de produção, a terra, expropriada pelo sistema capitalista, que constitui um dos seus objetivos principais²⁸. Todavia, não se trata somente de adquirir terra, mas de exigir do poder público as condições estruturais para cultivá-la.

(...) Aprendemos ainda que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem que ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com a

²⁸ Cf. MARTINS, 1991.

organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Ai, já é o estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político (STÉDILE, 1996:35).

Stédile, com isso, deixa claro o objetivo dos trabalhadores deve ir além da luta por conquistas pontuais. Eles devem se identificar enquanto classe trabalhadora e lutar por objetivos maiores. Para isso, será necessário adquirir uma consciência política que ultrapasse as barreiras do individualismo. Isso também deve acontecer com o sem-terra, que ao se organizar no MST deve lembrar que sua luta não pode se restringir ao desejo de conquistar seu lote, mas sim, resolver o problema da concentração da terra no Brasil e para isso, deve lutar por reforma agrária e por mudança na estrutura social do Brasil e do Mundo.

Esse elemento que diferencia o MST de outras ações da sociedade civil é, enfim, o ideal de reconstrução da sociedade brasileira, de torná-la mais justa e igualitária para todos, que apesar dos acontecimentos do final da década de oitenta (queda do muro de Berlim, por exemplo), continua ainda muito presente na prática formadora do MST²⁹.

Se esse objetivo é viável ou não, se é utópico ou mesmo ultrapassado, não pretendemos discutir nessa dissertação, mas de qualquer forma, a questão que nos dirige é saber como o processo de formação constrói a identificação da juventude sem terra com o MST. Para tanto, analisaremos não apenas o conteúdo desses cursos, mas também o modo pelo qual esse conteúdo é construído, discutido e ensinado. Com isso, pretendemos problematizar o “tipo” de construção identitária que está sendo configurado pelo MST.

Entendemos que o conceito de formação tem uma história, sendo, portanto, a discussão do MST mais uma das inúmeras linhas de discussão e efetivação dessa história. Por isso, começamos discutindo o tema formação não a partir dos intelectuais-militantes do MST, porém de um sociólogo brasileiro, Jessé Souza, cujo texto (citado acima) tenta mostrar as variantes histórico-metodológicas do desenvolvimento da concepção de formação. Para isso, começa discutindo com Gadamer e Habermas, as duas correntes principais: subjetivista (românticos alemães do século XVIII e começo do século XIX), mas também Max Weber que, embora problematize essa corrente, permanece ligado a ela em função da centralidade que ele dá à idéia de personalidade; e a “mais comunitária”, que começa com Hegel e encontra em Habermas o seu mais implacável defensor na contemporaneidade. Percebemos que, intelectuais-militantes do

²⁹ Cf. MARTINS, 1991; GRAZIANO, 1994.

MST desenvolvem esse sentido mais político-social não a partir de Habermas diretamente, mas da tradição da qual este último parte, qual seja, Hegel e Marx. (SOUZA, 2000:51-2).

Essa proposta de formação está também alicerçada sobre o pensamento do Paulo Freire³⁰ que compreende os indivíduos não como “depósitos”, mas sim como “sujeitos ativos”. Com isso, ele entra em consonância com o pensamento de Schaff³¹ quando este fala de “sujeitos cognitivos” e com o próprio Marx³², que ao criticar a filosofia de Feuerbach chama a atenção para a idéia de “homens realmente ativos”. Portanto a formação não pode se restringir aos bancos da escola e ao espaço da sala-de-aula, através de uma “educação bancária”, repetitiva, subordinada e inibidora da criatividade. Mas, paradoxalmente, como uma ação libertadora. Segundo Paulo Freire:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres ‘vazios’ a quem o mundo ‘enche’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1987:67).

Paulo Freire pretende que a educação seja “problematizadora” e passe a ser um instrumento de libertação que vise superar às contradições sociais. Esse sujeito social, principalmente o educador, deve tomar consciência do seu papel na sociedade. Ressalta: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo”³³. Dessa forma, o processo de educação/formação conclama os sujeitos para uma tomada de consciência.

Na mesma direção segue Vanda Silva. Na sua análise antropológica sobre os jovens do sertão, destaca as constantes disputas entre a educação informal, apreendida no dia-a-dia e a

³⁰ Principalmente o Paulo Freire dos primeiros escritos.

³¹ “Só o indivíduo concreto, percebido no seu condicionamento biológico e no seu condicionamento social, é o sujeito concreto da relação cognitiva. É, portanto então evidente que esta relação não é nem pode ser passiva, que o seu sujeito é sempre ativo”. (SCHAFF,1995:81).

³² “Totalmente contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tão pouco dos homens pensado, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos dos ecos desse processo de vida” (MARX, 1996:37).

³³ Cf. FREIRE, 1987:68.

educação formal escolar; bem como a força que a primeira exerce sobre a segunda. Em suas palavras:

A educação informal compreende os atos de transmissão de valores, representações correspondentes aos processos espontâneos de aprendizado, na família, no cotidiano, nos festejos 'tradicionais', nos grupos folclóricos (SILVA, 2004:29).

Também Mészáros, ao afirmar que “a educação não é uma mercadoria” e ao criticar o modelo de educação que qualifica para o mercado e não para a vida, pensa a sociedade onde os valores humanos devem superar a lógica desumanizadora do capital. Para este autor, a tarefa de educar vai além dos espaços das salas de aulas e deve ter um sentido estruturante, pois a teoria deve estar somada às práticas concretas. Isso significa que a educação deve ajudar na construção de um “outro mundo possível”:

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de um possível êxito. Em contraste, cair na tentação dos reparos institucionais formais – “passo a passo”, como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoriais – significa permanecer aprisionado dentro de um círculo vicioso institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital (MÉSZÁROS, 2005:48).

É precisamente nesse sentido que a professora Roseli Caldart escreve sobre a concepção de formação/educação no MST. De acordo com a pedagoga, a formação do indivíduo, para o MST, não se restringe aos muros da escola, ao contrário, se expande para um sentido mais geral de como os homens conjuntamente se constituem em cada lugar, em cada tempo histórico através de suas relações de produção. Educar-se é um ato que se efetiva em todos os âmbitos da existência humana: na rua, nos sindicatos, nas escolas, nas conversas, nos movimentos sociais, enfim, no confronto direto e indireto entre os sujeitos e a realidade social e histórica. Por isso, Roseli Caldart denomina o tipo de educação desenvolvida pelo MST como “ação educativa” tal como conceituou Paulo Freire. Roseli afirma que:

A trajetória histórica da formação do sem-terra como sujeito social é um processo educativo, de formação humana. Como tal vai sendo produzido a partir da experiência humana (de pessoas concretas) de participar das ações

que constituem cada um dos três momentos identificados na história do MST. A formação do sem-terra, pois, não se dá pela assimilação de discursos, mas, fundamentalmente, pela vivência pessoal em ações de luta social, cuja força educativa costuma ser proporcional ao grau de ruptura que estabelece como padrões anteriores de existência social destes trabalhadores e destas trabalhadoras da terra, exatamente porque exige a elaboração de novas sínteses culturais. Esta experiência humana de participação em movimento social com MST produz aprendizados coletivos, que, aos poucos, se conformam em cultura, naquele sentido de seu jeito de ser, hábitos, posturas, convicções, valores, expressões de vida social produzido em movimento, que já extrapolam os limites deste grupo social específico (CALDART, 2000:106).

Dessa maneira, o processo de formação do MST é de grande amplitude porque questiona valores da sociedade de mercado e de consumo e contribui para a construção de um sujeito social como um ser ativo no mundo. Por conseguinte, Roseli Caldart recupera um sentido de educação como formação que foi deixado de lado depois das grandes transformações sociais operadas pela sociedade capitalista, mas que pensadores marxistas nunca deixaram de abordar explicitamente; para estes a educação é um ato de construção de um ser novo, com interesses, valores e padrões específicos de classe (ou de movimento social) a partir dos quais se identifica e se forma.

Sendo assim, para o MST, a formação não se dá apenas nos cursos de formação políticas, nas salas de aula e nos espaços tradicionais da educação, porém também e principalmente, no cotidiano do próprio Movimento. Isto é, o MST é por si mesmo é pedagógico/formativo: nas assembleias, nas ocupações, nas conversas informais, nas negociações políticas, nas místicas, nas festas culturais, nas marchas ou quaisquer outros atos políticos, etc., aprendizados coletivos são construídos, firmados e expressos numa concepção compartilhada de cultura, de política e de sociedade, que identifica a todos. Nas palavras de Roseli:

O que estou buscando fazer aqui é identificar no cotidiano das ações do MST algumas das vivências que podem ser consideradas especialmente significativas do ponto de vista da formação da identidade Sem Terra. São aquelas vivências que, de certa forma, reproduzem ao nível da experiência, a trajetória apresentada antes como formadora dos sem-terra na história do MST. Neste sentido, não estou fazendo uma escolha aleatória, mas, sim, tentando identificar o caminho vivenciado pelo trabalhador sem-terra que chega a firmeza da afirmação sou Sem Terra, sou do MST! E que se projeta como lutador do povo (CALDART, 2000:107).

Roseli Caldart destaca que uma das mais importantes atividades educativas vivenciadas pelo sem-terra é a ocupação de terra, posto que aí se realiza um primeiro questionamento de

concepção de valores, de postura, diante da realidade histórica e política. Contudo, isso não significa que os sem-terra estejam conscientes dos sentidos e consequência do ato de ocupação, mas que opera de algum modo antes e depois, uma mudança da forma de compreender a sua situação social: começa a perder o medo das autoridades e repensar o seu conformismo diante de um suposto destino “natural” de ser explorado.

Certamente o aprendizado de que a ação é de “ocupação” e não de “invasão” foi e é difícil e, também, demorado, porém diz muito do que significa essa vivência educativa. A invasão pressupõe a usurpação de terras que, evidentemente, pertence a alguém; enquanto que a ocupação significa um ato de liberdade e de libertação, uma vez que se trata de ocupar e produzir nas terras que, muitas vezes, foram adquiridas por meios pouco lícitos, de distribuir o que está concentrado nas mãos de poucos e que, por isso, impede o desenvolvimento social. Por conseguinte, a existência de latifúndio, de um grupo social muito rico, de um lado, e de outro, uma massa imensa de pobres, os sem terra para trabalhar, não é uma situação “natural”, mas construída injustamente na história. Assim que se toma consciência disso, ou seja, de que esta foi uma “situação construída” pelos homens, então é passível de ser mudada ou desconstruída.

A partir de atividades como essa, por fim, os indivíduos começam a perder o “anonimato” não se sentem mais sujeitos isolados e particularizados, porém parte fundamental de um processo de luta, compartilhamento de valores, posturas, opiniões, enfim, que os aproxima e os identifica com o “ser Sem Terra”. Conforme expressou Josivaldo da Cruz, conhecido como Bilisco:

A ocupação para mim foi um verdadeiro aprendizado. Tive contato com coisa que jamais imaginei e passei a assumir tarefas que ninguém achava que conseguiria. Me senti realizado e reconhecido. Todos me respeitavam e me tratavam como um adulto. Pena que isso não durou para sempre e hoje já não sou tão jovem e acho que não sou mais reconhecido (Bilisco entrou no MST com 16 anos. Foi da Direção Estadual e atualmente é assentado no P. A Moacir Wanderley).

Pensamos que uma das razões para esse “sentimento” de Josivaldo seja a chamada perda da mística que marca todo o processo inicial do processo formador da ocupação, acampamento, formação política, etc., ao qual chamamos de cotidiano do MST. Mas o que é mística para o MST? É considerada uma das mais poderosas práticas formadoras e identificatórias da juventude com o Movimento. Segundo Leonardo Boff, a mística tem origem grega na palavra *mysterion* que quer dizer algo não comunicável ou escondido. Desde a antiguidade a mística esta ligada às

experiências religiosas. Na verdade, também a constituição do MST enquanto movimento social tem relação com a religião, mais expressamente com a Igreja Católica, o que explica a presença marcante da mística na sua formação.

Seguindo a definição de Boff, podemos considerar ainda a mística como sendo:

(...) O motor secreto de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas dentro da monotonia das tarefas quotidianas, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. É a mística que nos fez antes aceitar uma derrota com honra do que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição aos valores éticos e resultado das manipulações e mentiras (BOFF, 1993:19).

Ele ainda esclarece que existem alguns sentidos que devem ser analisados quando falamos de mística: o antropológico-existencial, o religioso, o cristão e o sócio-político. Seguindo essas opções, acreditamos que o MST absorveu da sua origem religiosa uma mística com sentido cristão que "(...) identifica o mistério e Deus na história do povo, particularmente na história do oprimido" (BOFF, 1993: 15), porém, ao longo do tempo foi migrando para um sentido mais sócio-político. Sobre essa segunda opção de mística, descreve Boff:

Mística significa, então, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança face aos fracassos históricos (BOFF, 1993:09).

Essa adoção do MST por um sentido social-político da mística, vem acontecendo por razões que evidentemente diferenciaram sua estrutura laica no trato com as questões da sociedade e a orientação fundada em dogmas da Igreja. Embora os elementos básicos da cena ritualística da religião ainda estejam presentes na mística que é organizada, praticada, sentida pelos acampados e assentados, sobretudo pelos jovens.

Desse sentido social-político, desejamos reter o caráter utópico caracterizado, sobretudo, pela capacidade de ultrapassar o real, de projetar modelos alternativos para a sociedade. Leonardo Boff relaciona esse sentido com a concepção weberiana de dominação carismática segundo a qual a legitimidade do poder baseia-se no carisma pessoal do agente, em seu poder de conquistar e engendrar novos valores e visões de mundo. Como condutor de uma sociedade ou de um grupo

social, o líder carismático é capaz de revolucionar a história. Todavia, a mística praticada pelo MST exclui essa visão de poder revolucionário e motivador concentrado na figura de uma liderança, ao contrário, amplia para todo aquele indivíduo (no caso militante) que toma consciência de seu lugar de dominado e concebe conjuntamente uma nova realidade social. Concordando com Boff, o teólogo Frei Betto, alerta para o risco dessa dimensão individualista e egoísta, e destaca: “Se é militante, pode ‘queimar’ rápido suas baterias e ser reabsorvido pelo sistema, sob pretexto de cuidar mais de si mesmo...” (BETTO, 1993:46).

Portanto, a mística é encenada e vivida no MST de forma coletiva³⁴. Em atos políticos do Movimento a mística está presente, organizada previamente por uma equipe (nunca por uma pessoa) ou expressada espontaneamente por uma pessoa ou por um grupo, porém, ela nunca é da pessoa ou do grupo. A mística, só faz sentido no MST quando envolve todo o grupo. Segundo um dos líderes nacionais do MST, João Pedro Stedile, um dos principais aspectos da mística no Movimento é:

(...) A questão de como trabalhamos a mística para obter unidade entre nós. Nem a esquerda – porque tinha vergonha – nem a direita desenvolveram isso. Incorporamos a mística como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta (STEDILE, 1999:129).

O “Grito de Ordem”, por exemplo, pode ser puxado por uma pessoa, mas ele só será místico se for respondido por todos e, principalmente emocionar todos. Dessa forma, ela adquire um caráter envolvente e formador, “(...) Como se uma energia misteriosa tocasse cada um” (MORISSAWA, 200: 209). Ao falar da dimensão formadora Maria José N. Soares demarca que:

A mística faz-se presente nesse processo formativo-educativo de seus militantes como uma forma de manter viva a luta e recuperar pensamentos de pessoas que lideraram e deram sua vida em prol da luta pela Reforma Agrária no Brasil e no Mundo (SOARES, 2006:76).

A paixão que move a ação política, a produção de valores e o desejo de transformação social que caracterizam a mística, são elementos fundamentais no cotidiano formador do MST. Por isso sua efetividade não está limitada à organização quase teatral que abre congressos, cursos,

³⁴ Paulo Mansan, na sua dissertação intitulada “A Construção Identitária da Juventude nos Movimentos Sociais da Via Campesina do Brasil” descreve a mística como: “(...) um elemento central em todos os encontros e é ponto unificador da juventude às causas dos movimentos. (...) Todos são envolvidos por ela, vários preparam e a organizam”. (MANSAN, 2008:99).

manifestações, mas se expressa e acontece nas conversas e contextos sociais diversos no interior do acampamento e do assentamento como força motriz de motivação e esperança que move adultos, crianças, idosos e, essencialmente, jovens.

Dessa forma que o Setor de Formação Nacional no 4º Curso sobre Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural, concebe a relação entre mística e juventude da seguinte forma:

A mística deve comover a juventude, deve tocar o coração e a consciência a fim de que assumam e defendam a causa do MST, ao invés de se deixarem levar pelas falsas ilusões da mídia e da classe dominante que anestesia por todos os meios o potencial rebelde e criativo que existe nela (MST, 2002:02).

De qualquer forma, essa prática formadora prepara o terreno para o processo de “identificação” dos jovens com os objetivos gerais e específicos do MST. Desse modo, o MST vale-se de ações fundamentais e interconectadas para construir e manter sua base de sustentação: a formação em seu sentido amplo como constituinte da construção identitária, ou melhor, “identificação”; com ações, princípios e valores, de um projeto de sociedade frente às dificuldades históricas atuais decorrentes do avanço do capitalismo e da sociedade globalizada.

IV – Identidade e Identificação:

A preferência pelo termo identificação e não identidade advém das análises de Stuart Hall³⁵ que discute a história do “descentramento” do sujeito. Para isso, remete-nos ao primeiro momento da modernidade com René Descartes o qual concebia como identidade essencial do homem sua racionalidade, isto é, o sujeito é sua capacidade de pensar, e é essa capacidade que torna possível sua existência.

Essa concepção de identidade, com imensas variações, também está presente entre os pensadores iluministas. Entretanto, é com o advento da sociologia que vamos encontrar mudanças mais significativas neste conceito. A crítica mais importante, a nosso ver, é a que a sociologia dirige ao chamado “individualismo racional” do sujeito cartesiano³⁶ porque entendeu

³⁵ Neste projeto, a abordagem de Stuart Hall serve-nos para dar a devida dimensão da complexidade da discussão contemporânea sobre identidade. Com isso, não afastamos outras concepções igualmente fundamentais que certamente entrarão no recorte bibliográfico da pesquisa propriamente dita, tais como: Giddens, Goffman e Boaventura Santos.

³⁶ Cf. HALL, 2005:31.

que os indivíduos são constituídos por relações sociais e pela participação em processos identitários mais amplos. Nesse sentido, são nesses contextos que se constrói a identidade do indivíduo.

É com Marx, para Hall, que tivemos um considerável descentramento do sujeito, posto que o homem deixa de ser uma entidade fixa que o determina independente de suas particularidades históricas. Ao contrário, são as circunstâncias materiais, a inscrição numa específica realidade social que determina a identidade: estar entre os donos dos meios de produção confere ao sujeito a identidade capitalista e estar entre os despossuídos, inclusive de força de trabalho, confere a identidade proletária.

Um outro importante descentramento do sujeito moderno discutido por Stuart Hall e numa perspectiva quase que oposta a de Marx³⁷, é aquele desenvolvido pela psicanálise, principalmente a partir de Lacan. Este, orientando-se por Freud, entende que são os processos inconscientes, e não a “razão cartesiana”, que colaboram significativamente para a formação da identidade. Esta formação é lenta e conturbada, bem como se dá na relação com outro ou mediante o olhar do outro³⁸. Escreve:

Ela [a identidade] não se desenvolve naturalmente a partir do interior do núcleo do ser criança, mas é formada em relação com os outros; especialmente nas complexas negociações psíquicas inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras paternas e maternas (HALL, 2005:37).

Parece-nos que nesse descentramento do sujeito lacaniano, Hall ressalta dois elementos fundamentais. O primeiro é a pressuposição de que a identidade do eu se constrói a partir do que enxerga no olhar do outro a respeito de si, ou seja, a identidade inteira é o “‘espelho’ do olhar do outro”. O segundo, esta plenamente associado ao anterior, porque diz respeito aos conflitos que permanecem insolúveis de um sujeito que é partido, porém “vivencia sua identidade como se ela

³⁷ Acreditamos nesse “quase oposta” porque os pontos de partida de Freud e Marx são bastante diversos, mas ao menos a leitura lacaniana que supõe a relação com o outro pressupõe algum nível de interação social ou deu margem para que outros pensadores desenvolvessem esse elemento; tal é o caso de Deleuze e também do interacionismo simbólico de Mead.

³⁸ Também para Bruce Fink: “Uma vez internalizadas essas várias imagens fundem-se, digamos assim, em uma imagem global imensa que a criança vem a considerar o seu *self*. É claro que essa *auto-imagem* pode ser incrementada ao longo da vida da criança, à medida que novas imagens são enxertadas sobre as velhas” (1998:57).

estivesse reunida e ‘resolvida’” porque produziu durante a fase do espelho uma fantasia a respeito de si mesmo como uma “pessoa” unificada.

Essa concepção lacaniana de identidade está muito presente na análise específica de Hall sobre as identidades nacionais a qual pressupõe a compreensão de que a identidade nacional é em grande medida um discurso ou uma “comunidade imaginada”, pois moderna ou não, pretende unificar classe, gênero e raça numa família nacional. Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que apenas sob o suposto de diferentes formas de poder é que essa unificação poderia se realizar; ou seja, toda vez que se fala em identidades nacionais é preciso perguntar se as diferenças que necessariamente caracterizam essas culturas não estão sendo solapadas ou “costuradas” em função de uma única identidade. Ora, o sujeito lacaniano também supõe ter uma identidade unificada, porém está é uma fantasia da fase heterônoma do espelho na qual suas possíveis diferenças foram “ofuscadas”.

Com isso, Hall chama atenção para duas tentativas atuais. A primeira pretende reconstruir identidades unificadas na contrapartida histórica da formação do hibridismo e da diáspora que se caracterizam justamente pela composição de elementos e contextos díspares. Em seus termos:

(...) existem fortes tentativas para se reconstruírem identidades purificadas, para se restaurar a coesão, o ‘fechamento’ e a tradição, frente ao hibridismo e à diversidade. Dois exemplos são o ressurgimento do nacionalismo na Europa Oriental e o crescimento do fundamentalismo (HALL, 2005:92).

A segunda diz respeito à crença de alguns teóricos atuais de acordo com a qual não há possibilidade alguma de se assumir uma identidade, mesmo que temporária. Posto que, o que caracterizaria os tempos pós-modernos seria a constante fragmentação e volúvel alteração do processo identitário. Contra essa visão, Hall é enfático:

Esta é a razão porque o modo como tento pensar as questões da identidade é um pouco diferente do pós-modernismo ‘nômade’. Acho que a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de história e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um ‘posicionamento’, ao qual nós podemos chamar provisoriamente de identidade. Isto não é qualquer coisa. Portanto, cada uma dessas histórias de identidade está inscrita nas posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Temos que

virar esse conjunto de posições de identidade com todas as suas especificidades (HALL, 2006:409).

Essa atitude teórico-prática defendida por Hall, ou seja, compreender identidade como uma construção de um posicionamento em formações históricas específicas nos conduz a problematizar o conceito de classe de Marx sobre quem tratamos acima. Posto que, atualmente não podemos – se não quisermos cometer abusos de interpretação – dizer que: estar entre os latifundiários definiria a identidade, pura e simples, do capitalista ou estar entre os sem-terra caracterizaria, de uma vez por todas, a identidade dos excluídos do poder político e econômico. Ora, isso não é possível porque o mundo “pós-moderno” é caracterizado, sobretudo, pelas mudanças rápidas, pelo vir-a-ser constante do novo e pelas transformações ininterruptas das relações sociais: nada efetivamente se solidifica; tal como escreveu Marx no Manifesto Comunista: “Tudo que é sólido se desmancha no ar” (MARX, ENGELS, 1988:79).

Nesse sentido, o próprio Marx antecipou a fluidez das identidades dos tempos atuais, consequência e causa (vice-versa) das “descontinuidades” modernas. Essa fluidez, porém, tem um duplo aspecto. O primeiro refere-se às mudanças de referências identitárias e de posições que um indivíduo pode assumir, estas, inclusive, concorrentes entre si. O segundo é o que nos autoriza falar, ainda seguindo Hall, do processo de “identificação” e não de identidade. Em sua escrita: “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento”³⁹.

Essa multiplicidade de referenciais identitários entraria em choque com o “determinismo” da sua teoria da luta de classe? Com essa pergunta, evidentemente, não pretendemos entrar na discussão se Marx estava ou não errado, ou seja, se são os fatores econômicos que determinam os fatores políticos e culturais, mas apenas recuperar essa discussão e entendê-la enquanto uma relação dialética suposta pelo próprio Marx. De modo que, os elementos econômicos não constituam sempre o ponto de partida causal: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”⁴⁰, porém na medida em que isso acontece (a vida determinando a consciência) fornece condições para que esta última, em todas as suas expressões histórico-político-culturais, também contribua para a formação das posições sociais e nos processos de construção de identidades. Ora, isso de alguma forma foi o que Marx sugeriu

³⁹ Cf. HALL, 2005:39.

⁴⁰ Cf. MARX, 1996:37.

quando analisou as circunstâncias históricas possibilitadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo para a união dos proletários, embora com uma importante diferença: esta classe estava restrita à identidade proletária.

Ocorre, todavia, que definir o que seja proletário e o que seja burguesia nos dias de hoje é extremamente complexo, pois se na classe proletária apenas couber operários de fábrica ou de indústrias e afins, em que classes incluiríamos os trabalhadores informais, os profissionais liberais, estudantes universitários e professores? Entre a classe detentora das forças produtivas, a capitalista? E os assalariados rurais, parceiros, meeiros, se enquadrariam enquanto classe proletária? Realmente não sabemos ao certo como entender, pela via marxista, essas relações e posições sociais contemporâneas; mas nem por isso consideramos viável seguir uma inversão idealista: são elementos super-estruturais, políticos, por exemplo, que determinam a estrutura material. Acreditamos na possibilidade de que infra-estrutura e superestrutura se condicionam reciprocamente e formam identidades sociais. Ou seja, estão dialeticamente indissociáveis.

Parece-nos que E. P. Thompson propõe exatamente isso, ou seja, que economia e cultura não estejam separados, porém sejam elementos constitutivos de um mesmo processo. Pois em seu entender, “Não existe o desenvolvimento econômico, se não é ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança cultural”⁴¹. Essa concepção de Thompson tem importantes implicações para seu conceito de lutas de classes, pois o seu estudo da consciência de classe de artesãos urbanos do começo do capitalismo industrial caracteriza-se tanto pelas relações materiais quanto pelas práticas culturais.

A contradição entre a plebe e a classe dos industriais não se expressa apenas através de lutas econômicas e políticas, mas também pelo contra-teatro e anonimato. Por conseguinte, o termo classe, para Thompson, é uma categoria histórica que depende necessariamente de processos sociais específicos, isto é, das lutas sociais travadas historicamente, bem como das expressões culturais.

Eu aceito o argumento de que muitos artesãos urbanos revelavam uma consciência “vertical” do “ofício” (em lugar da consciência “horizontal” da classe trabalhadora industrial madura). (Este é um dos motivos pelos quais tenho adotado o termo plebe preferencialmente ao de classe trabalhadora). Porém esta consciência vertical não estava atada com as cadeias diamantinas do consenso dos governantes da sociedade. As figuras características desta sociedade não se produziam entre patrões e trabalhadores assalariados (como

⁴¹ Cf. THOMPSON, 1979:10.

nas classes “horizontais”), mas por questões que dão origem a maioria dos motins. (...) Não somente era a consciência da plebe distinta da classe trabalhadora industrial, mas também suas formas características de revoltas: como, por exemplo, a tradição anônima, o “contrateatro” (ridículo ou ultraje dos símbolos da autoridade) e a ação rápida e direta. (THOMPSON, 1979:31).

Nesse sentido, classes sociais e consciência de classe são resultados e não ponto de partida. Escreve o autor:

Na realidade, luta de classes é um conceito prévio assim como muito mais universal. Para expressar claramente: as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas se encontram em uma sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre o explorado), identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões, e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico (THOMPSON, 1979:37).

Thompson ainda nos esclarece que não é possível “atribuir identidade a uma classe”, pois isso significaria afastar a possibilidade efetiva de que um grupo ou indivíduos mantivessem relações com classes diferentes, como é o exemplo apresentado pelo historiador de grupos profissionais e comerciantes do século XVIII que tinham vínculos de dependência com os poderosos e simultaneamente agiam de comum acordo com o povo⁴². Em suas palavras:

Assim é praticamente como eu vejo a sociedade do século XVIII, com a multidão em um pólo, a aristocracia e a *gentry* em outro, e em muitas questões, a até finais do século, os grupos profissionais e comerciantes vinculados por linhas de dependência magnética aos poderosos ou, em ocasiões, escondendo seus rostos em uma ação comum com a multidão. (...) Utilizo, portanto, a terminologia de conflito de classes enquanto resisto a atribuir identidade a *uma* classe. (THOMPSON, 1979:40-41).

Sendo assim, trata-se mais de compreender os processos de construção de identidades do que de identidades já fixadas. No caso específico do MST - ressaltamos, não é uma corporação profissional e sim um movimento social com objetivos e interesses mais amplos -

⁴² Cf. THOMPSON, 1979: 41.

podemos dizer que congrega pessoas sócio-cultural e economicamente diferentes. De acordo com a definição apresentada por Maria da Glória Gohn:

Atuar segundo um movimento/organização implica na tarefa contínua de formar esses quadros. O processo de educação política ganha relevância e o educador que atua nos cursos de formação é também um formador político. Neste sentido, Boaventura Santos tem razão ao afirmar que 'os movimentos são produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares onde se confrontam idéias, saberes, práticas, produzindo organizações que, aos poucos, vão se transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares' (GOHN, 2000:107).

É a partir da hipótese de um processo dialético, isto é, sem determinantes unilaterais, em que os conteúdos, idéias, projetos político-sociais, as diversas experiências, necessidades, práticas individuais ou coletivas são confrontados e efetivados no processo de formação, principalmente pelos jovens sem-terra e/ou simpatizantes-colaboradores (jovens estudantes, professores, estrangeiros), que se constitui o processo de identificação com os ideais políticos e práticas do MST. Portanto, do encontro de indivíduos e grupos sociais, distintos, aparentemente heterogêneos e com outros vínculos identitários, o MST é formado e forma uma organização coletiva de caráter político-social.

Com isso entendemos que, a identificação da juventude Sem Terra com o MST caracteriza-se por ser um processo histórico em construção, pois como nos ensina Thompson, a consciência de que pertence a um grupo social somente acontece ao final do processo e não como ponto de partida. Por isso, procuramos identificar elementos identificatórios, segundo a orientação de Hall, nas posições assumidas pelos jovens no cotidiano do MST. Reconhecendo, na esteira de ambos, que o pertencimento ao movimento dos sem terra não invalida outras possíveis identificações.

SEGUNDO CAPÍTULO

Juventude na luta pela terra no Brasil.

Este capítulo visa expor a problemática da juventude na história da luta pela terra no Brasil, principalmente do Estado de Sergipe. Num primeiro momento analisamos períodos importantes da história do Brasil, com foco no campo, chamando a atenção para o possível peso que uma categoria social que, mesmo respeitando os limites temporais e sociais, chamo de jovens. Num segundo momento, pontuamos lutas importantes para a história do MST em Sergipe, identificando os personagens que tiveram um papel importante. Destaco as idades dessas lideranças para vermos até que ponto a juventude participou desse processo e qual o seu papel nessa história. Portanto, apesar de ganhar uma roupagem mais histórica, esse capítulo ajuda a entender o papel político-social dos jovens.

Considerando as dificuldades em estabelecer definições precisas do que seria a juventude e, por conseguinte, em localizar sua contribuição nessa história, essa exposição é relacionada com a análise das concepções de juventude, identidade e de formação, a partir da perspectiva de Stuart Hall, Norbert Elias e E. P. Thompson.

Esses pensadores de maneira diversa realizam suas pesquisas e suas produções científicas tendo como base a história ou concebendo um conceito próprio de história, pois entendem que quaisquer objetos de estudo, principalmente sendo este o homem e seus vários aspectos, devem ser compreendidos como processos históricos.

A concepção de história na qual nos pautamos é aquela definida por E. P. Thompson como um processo dinâmico, que está no passado e, ao mesmo tempo, faz parte do presente. Para ele, a história oficial tem servido como um instrumento ideológico à disposição das classes dominantes para se legitimar no poder. Por isso, a história e toda produção cultural são indissociáveis da luta de classes. E classes, para Thompson, é:

(...) um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. [Ressalta ainda] Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. (THOMPSON, 2001:09).

No enalço de Karl Marx que criticou a tradição hegeliana da história dos heróis, esse autor propõe a construção de uma história que considere “os de baixo”. A história deve englobar vencedores e vencidos, sendo o povo seu protagonista. Também não pode ser vista de uma forma fria, datada e fragmentada, mas como um processo vivo, pulsante e cheio de contradições.

É a partir dessa visão de história que partiremos para um resumo pontual da luta pela terra no Brasil, cujos agentes históricos enfatizados serão o grupo jovem, com suas características próprias e experiências específicas.

I – Presença da juventude nas lutas do campo brasileiro:

Inicialmente, consideraremos o lugar da juventude indígena e negra nessa luta de resistência popular que se deu ao longo dos 508 anos de história, desde a chegada dos portugueses ao Brasil. Isso porque pressupomos que essa juventude desempenhou um papel fundamental na construção da identidade brasileira, que não foi devidamente reconhecida pela literatura especializada⁴³.

Em vista disso perguntamos: Existiriam jovens indígenas como os que concebemos hoje? Se existiram, como se deu sua participação nas lutas de resistência? Para responder a essas perguntas, partiremos dos dados sobre a média de vida dos indígenas, que, segundo estudiosos como Mário Maestre⁴⁴, a expectativa de vida era de pouco mais de 30 anos; claro que, como a chegada dos portugueses e com o extermínio dos índios, essa média caiu drasticamente em algumas tribos.

⁴³ Fizemos uma rápida pesquisa e encontramos alguns estudos sobre o tema, como o denso e cuidadoso estudo elaborado por Florestan Fernandes; mas em termos de número são insuficientes para o aprofundamento do tema.

⁴⁴ Mário Maestre escreveu diversos livros e artigos sobre as lutas de resistências dos índios e dos negros. Podemos citar como exemplos: “Breve História da Escravidão” (1986) e “Deus é Grande, o Mato é Maior!” (2002).

Mesmo reconhecendo os riscos de se usar deliberadamente o termo juventude, vários estudiosos admitiram a importância deste na constituição da história das sociedades. Zaneti assevera que:

Em toda a história da humanidade, em quase todas as civilizações podemos constatar o potencial do jovem para provocar ações políticas transformadoras (ZANETI, 2001:21).

No caso da luta indígena brasileira, há registros de “jovens” que assumiram papel de liderança na luta de resistência contra a colonização portuguesa ou espanhola. Um dos exemplos foi o guerreiro Ajuricaba, que não concordava com a relação mercantil que o pai mantinha com os portugueses. Com a morte de seu pai, Ajuricaba organizou e liderou várias tribos da região do Rio Negro e Manau contra os portugueses. Através da guerra de guerrilha, combateu grandes expedições militares e, mesmo preso, conseguiu se jogar nas águas do rio sem nunca mais aparecer, por isso virou mito de resistência e de luta contra a colonização portuguesa.

Sem a intenção de nos alongar na discussão do estudo denso e profundo de Florestan Fernandes sobre os “Tupinambás”, ressaltamos que este autor rejeita a expressão “ciclo de vida” porque resume a vida à passagens de etapas estanques, propondo, em substituição, o conceito de estágio de vida, pois:

(...) Os vários estágios da vida de um grupo de indivíduos são mais importantes na emergência dos tipos aprovados de comportamento, do que como expressão exclusiva de um processo de desenvolvimento orgânico. (...) resolve o problema da integração dos indivíduos ao meio social em cada estágio da sua vida, de acordo com o reconhecimento cultural do mesmo. (FERNANDES, 1989:221-222).

Segundo Florestan, na sociedade Tupinambá podemos trabalhar com onze categorias de idades, sendo Peitan (recém-nascidos de qualquer sexo, até começar a andar); para os homens: Kunumy-miry (de 8 aos 15 anos), Kunumy-uaçu (de 15 a 25 anos), Aua (de 25 a 40 anos) e Thuyuae (de 40 anos em diante) e, para as mulheres: Kagntin-miry (até 7 anos), Kugatin (de 7 a 15 anos), Kugnammuçu (de 15 a 25 anos), Kugnam (de 25 a 40 anos) e Uainuy (de 40 anos em

diante). Já na categoria de Kunumy-miry e Kagntin-miry, ou seja, desde quando a criança começa a andar sozinha os filhos homens recebem dos pais arco e flechas “proporcionais às suas forças” e começa a treinar a pontaria com cabaças, vai à roça e acompanha os homens em algumas danças e jogos. No período de 4 a 6 anos os meninos passavam pelo ritual de perfuração dos lábios e, para isso, “diziam-lhe que lhe vão furar o lábio para que se torne um guerreiro valente e prestigiado”, ou seja, desde cedo aprendiam a ser guerreiros. Quando entravam na categoria de Kunumy-uaçu, os rapazes começavam a trabalhar, a remar, “... por isso são escolhidos para tripularem as canoas quando vão à guerra”⁴⁵.

Como vemos, mesmo respeitando o tempo histórico e as condições sociais, não seria completamente desproporcional compararmos a categoria de Kunumy-miry e Kagntin-miry com a de várias categorizações do período que chamamos atualmente de juventude rural, uma vez que também entre este grupo social a entrada no “mundo do trabalho”, com obrigações, deveres familiares ou até sociais, casamentos e procriações precoces, responsabilidades políticas, enfim, um conjunto de práticas e decisões que encurtam a infância/adolescência e antecipam a juventude.

Também podemos fazer os mesmos questionamentos sobre a participação dos “jovens” nas lutas de resistência dos negros. Segundo Mestre, além das resistências armadas, as fugas fizeram um estrago para a sociedade escravista, tanto na Colônia quanto no Império. Em tempos normais as fugas eram de 2% a 5% na sua grande maioria de jovens. Lembremos que a média de idade dos negros era de pouco mais de 20 anos.

As fugas foram uma hemorragia incessante da produção escravista. Fugiam trabalhadores escravizados, de ambos os sexos, crianças, jovens [principalmente] adultos ou já velhos; fugiram cativos das cidades, das residências, das embarcações, das chácaras, das olarias, das fazendas, das charqueadas. Fugia o cativo crioulo, que não conhecia outra vida, e o africano a peno ou a muito chegado ao Brasil, que vivera em liberdade. (MESTRE, APUD: FIABANI, 2005:8).

⁴⁵ Cf. FERNANDES, 1989: 229.

Estudiosos como Marin, ao analisar a exploração das crianças negras como mão-de-obra escrava, antes, durante e depois da Lei do Ventre Livre⁴⁶, vale-se de Mattoso (1991) e Mott (1979) para destingir a infância em duas fases: a primeira, do nascimento até os 7-8 anos de idade, onde incorporava costumes e eram preparadas para a condição de escravos; já na segunda, começava dos 7-8 anos de idade e ia até os 12 anos, onde passava a ser considerados adultos de menos força. Nessa segunda fase:

(...) os filhos das escravas deixavam de ser irresponsáveis para ingressar no mundo dos adultos, tornado-se força produtiva. Para os senhores, a criança escrava distinguia-se dos escravos adultos apenas pelo seu menor vigor físico (MARIN, 2005:13).

Em muitos casos, as fugas, “não só para os adultos, mas também para as novas gerações” (Marin, 2005: 27) eram formas de luta pela sobrevivência, pois em algumas senzalas, o nível de exploração e tortura física e psicológica era tamanha que fazia com que a mortalidade fosse altíssima. Segundo Fiabani:

(...) o escravizador submetia os trabalhadores escravizados a terríveis esforços produtivos, fazendo com que muitos abandonassem o eito pelas matas em desesperada defesa da própria sobrevivência biológica. (FIABANI, 2005: 256-257).

Mesmo depois da Lei do Ventre Livre, as crianças e os jovens continuaram sendo explorados como escravos, pois devido a falta de fiscalização e através das manobras legais, os senhores continuavam controlando a mão-de-obra dos beneficiários da lei. As crianças ficavam sob a guarda das mães até os 8 anos, e dos 9 aos 21 poderiam ficar sob a guarda do Estado, nas associações autorizadas, ou sob o controle dos senhores. Dessa forma:

(...) os patrões optavam por reter os filhos de escravos até os 21 anos de idade. Como essa era a fase da vida em que o escravo alcançava maior vigor

⁴⁶ Lei nº 2.040, publicada em 28 de setembro de 1871, que declarava livres os filhos de escravos que nascessem a partir da data de sua promulgação.

físico, melhor rendimento no trabalho proporcionava-se, conseqüentemente, um maior retorno econômico aos senhores (MARIN, 2005:33).

Exemplos dessa antecipação da idade são encontrados em outros momentos da história cujos “jovens” tiveram um papel fundamental. Tanto nas lutas messiânicas quanto no cangaço, os “jovens” estiveram presentes. Citando Canudos, como principal exemplo do “messianismo”, temos vários registros da presença de “jovens”, como seguidores do beato Antônio Conselheiro e/ou como combatente do arraial de Canudos. Emblemático disso é o fato de que praticamente todos os participantes de sexo masculino combateram o exército. Segundo “Os Sertões” de Euclides da Cunha:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (CUNHA, 1998:497).

Outra forma de perceber a presença de jovens nessas lutas, são as fotografias. Uma das poucas fotografias de Canudos mostra as mulheres que se entregaram na fase final da guerra, em meio a algumas senhoras, há várias crianças e jovens. Em Contestado⁴⁷, também várias crianças e “jovens”: ou como “virgens” (jovens femininas) ou como rebeldes empunhando armas (jovens masculinos).

No cangaço, os jovens também tiveram uma importância muito grande. A maioria dos cangaceiros “entrou na vida” com pouco mais de 15 anos e saiu (morreram ou deixaram o cangaço) com menos de 20 anos. Citaremos como exemplo alguns cangaceiros e cangaceiras que tiveram importância neste cenário: Sila entrou com 16 e saiu com 18 anos; Dadá entrou com 12 e saiu com 25 anos; Adília entrou com 16 e saiu com 18 anos; Volta Seca entrou com 11 e saiu

⁴⁷ Movimento ocorrido no início da década de 20 do século XX, em Santa Catarina, onde milhares de camponeses liderados pelo Monge Zé Maria, rebelaram-se contra a grilagem de terra incentivada pelo governo em favor da empresa norte americana Brazil Railway Company, para construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul. Estima-se que morreram mais de 3 mil pessoas.

com 18 anos. Os mais velhos foram: Maria Bonita entrou com 19 e saiu com 27 anos; Lampião entrou com 21 e saiu com 40 anos e Corisco, que entrou com 19 e saiu com 33 anos⁴⁸.

No caso da volante, a média de idade é a mesma, os oficiais eram jovens de pouco mais de 20 anos e os soldados, em geral, eram muito “jovens”, inclusive alguns deles eram ex-cangaceiros.

Numa fase posterior ao que Hobsbawm chamou de “Banditismo Social”, entre as décadas de quarenta e cinquenta, as lutas sociais do campo passaram por uma nova fase. Desencadeia-se uma série de revoltas de caráter violento, chamada por Stédile de “Lutas Radicais Localizadas”, pois envolviam um grande número de pessoas, sempre de forma armada, mas se restringiam aos focos locais. Geralmente envolvendo parceiros⁴⁹ e posseiros⁵⁰ e coronéis locais, que forjavam documentos e reconheciam nos cartórios para se tornarem falsos proprietários. Eram os chamados grileiros.

Esse momento é marcado por muita violência, cujo movimento de resistência mais destacado foi Trombas e Formosos e cuja presença de crianças bem como de jovens foi acentuada. Sobre isso, escreve Abreu:

Papel importante nesse trabalho de ligação foi exercido pelas crianças, meninos de 12 a 14 anos, que varavam a pé as encostas das serras, transpunham córregos cheios, subiam e desciam morros, ocultado nas moitas de capim para não serem vistos por ninguém. Assim levaram e traziam mensagens, fugindo à vigilância dos jagunços dos grileiros, que se postavam nos lugares estratégicos para prender os mais combativos posseiros. (ABREU, 2002:36).

Em uma fase posterior das lutas pela terra no Brasil, não podemos esquecer da participação efetiva dos jovens nas Ligas Camponesas. Clodomir S. de Moraes (2002), ao falar da faixa etária das pessoas que se tornaram referências políticas das Ligas Camponesas considera

⁴⁸ Informações colhidas a partir de pesquisas em vários documentos históricos do Museu do Cangaço, na cidade de Piranhas, no Estado de Alagoas, no ano de 2006.

⁴⁹ “É aquele agricultor que trabalha com sua família, arrenda uma terra e faz uma parceria [com o dono ou responsável pela terra]; ele entra com o trabalho, a ferramenta e as vezes com a semente e o adubo, etc. E na colheita dividem a produção. (STÉDILE, 1993:26).

⁵⁰ “É aquele agricultor que trabalha com sua família numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra.” (STÉDILE, 1993:26).

dentre as 51 pessoas, 10 com menos de 25. Para tanto, vale-se do critério dos “(...) que tinham prestígio entre os camponeses e que conseguiam dirigir mais de quinhentas pessoas”⁵¹, porém, não deixa claro se as idades dessas “lideranças” refletem sua “entrada” no movimento (fundação em 1955) ou no final das lutas (1964).

II - Dimensão social e política da categoria juventude no MST:

Embora se reconheça a acentuada participação e contribuição da juventude no MST desde há muito tempo, apenas recentemente o termo juventude escapou do “anonimato”. Só nos últimos anos é que os termos juventude e mulher aparecem com mais assiduidade nas discussões do MST e são refletidos nos seus materiais.

Portanto, mesmo sendo muitas de suas lideranças “jovens”, essa “atenção” aos jovens em geral, como parcela específica, só ganha ressonância a partir de 1999. O MST, nas suas reuniões nacionais, começa a discutir formas de envolver ainda mais a juventude na construção do movimento e de um projeto diferente de sociedade. Para isso, organiza mutirões, campanhas de formação, inserção dos jovens nos setores e nas instâncias de decisão, dentre outras (SANTOS, 2007:74). Sobre essa questão, discute Gohn:

Visando superar essa dificuldade, o MST deflagrou a partir de 1999 uma série de ações objetivando sensibilizar / conquistar os jovens para permanecerem e atuarem juntos ao movimento. (...) As iniciativas mais ousadas foram dois cursos de capacitação destinados a jovens do MST, realizados em parcerias com a UNICAMP, em julho de 1999 e fevereiro de 2000 (GOHN, 2000: 118).

Pensamos, contudo, que seria exagero afirmar que o tema da juventude só aparece no MST a partir dos encontros da Universidade de Campinas, uma vez que esses encontros só corroboraram com as iniciativas propostas nas deliberações anteriores. Essa ressalva é perceptível na análise dos primeiros documentos do MST nos quais existe a evidente presença do tema da juventude.

⁵¹ Cf. MORAIS, 2002: 57.

Nesses documentos (cartilhas, livros, textos impressos, etc.), está sublinhado a participação efetiva no dia-a-dia do MST. Um dos primeiros é publicado pelo Movimento em 1986, intitulado “Construindo o Caminho” fica claro a preocupação não só com o “chefe de família”, mas com toda família, inclusive o jovem. Esse livro, ao falar das preocupações e dos cuidados para que as ocupações sejam produtivas, afirma ser preciso:

Procurar envolver toda a família, homem, mulheres, jovens e crianças. A conquista da Reforma Agrária não é responsabilidade só dos homens, mas de todos que dependem da terra para viver (MST, 1986:73).

Nesse mesmo livro, o MST resume as decisões tomadas no Segundo Encontro Nacional de Assentados, que reuniu 162 participantes de 10 Estados. Uma dessas decisões foi apontar como uma das resoluções políticas que competiam à Comissão Nacional⁵² “incentivar a participação das mulheres e dos jovens nos assentamentos e em outras instâncias” (p. 172). Além disso, criou uma resolução específica para os jovens a qual delegava:

Os jovens formaram uma Comissão Provisória Nacional e que terá as seguintes atribuições: 1º preparar uma grande discussão a nível de assentamento com o tema: O VALOR DO JOVEM DA ROÇA; 2º formar uma comissão local do assentamentos; 3º organizar uma assembléia a nível estadual; 4º na assembléia estadual, tira-se-á a comissão estadual; 5º tirar assessores jovens na base; 6º garantir uma maior troca de experiências entre os jovens da roça e o jovem da cidade. Pode-se fazer, por exemplo, visitas de jovens das duas realidades para troca de experiências. (MST, 1986:176).

Um ano depois, o MST publica o Caderno de Formação nº 12, com as decisões tomadas no Terceiro Encontro Nacional, realizado entre 19 e 23 de janeiro, no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo. Este contou com a participação de 17 Estados. No item “organização da base” o Encontro deliberou: “Ampliar o movimento em todos os sentidos. Para isso, precisamos: (...) incentivar a maior participação dos jovens” (MST, 1987:08).

Nesse mesmo documento, no item “Nossa Organização nos Assentamentos”, propõe como organização interna dos assentamentos:

⁵² Nesse período, as instâncias do MST eram: Comissão Nacional e Comissões Estaduais. Era um coletivo de dirigentes muito parecidos com as atuais: Direção Nacional e Direções Estaduais.

Em cada assentamento devemos organizar uma COMISSÃO ou EQUIPE com 6 a 10 companheiros, os mais experientes. Essa comissão deve estar organizada de maneira que tenha um companheiro responsável para acompanhar e estar por dentro de tudo que acontece. Um responsável para cada uma dessas atividades: o sindicato, a organização das mulheres; a organização dos jovens; o zelador do jornal sem terra; a cooperação agrícola e o partido político (MST, 1987: 15, grifo nosso).

Em 1989, após uma série de debates nos Encontros Estaduais, no V Encontro Nacional, o MST construiu um Plano Nacional quinquenal (1989 a 1993), que avaliou os avanços e os desafios da luta pela reforma agrária no Brasil. E no item “organização interna do movimento” propõe “garantir a participação das mulheres e jovens em todas as instâncias do movimento” (MST, 1989:15).

Se avançarmos para a década de 1990, constatamos também essa presença da juventude nos materiais informativos e nas deliberações dos encontros e reuniões. Podemos citar alguns exemplos: na cartilha “Entendendo a realidade para acertar na prática”, de 1993, acentua como um dos métodos de trabalho de base “priorizar o trabalho com a Juventude. Motivá-la para a organização e a luta” (p. 04); de 1994, a cartilha “Como organizar os assentamentos individuais”, que coloca como um dos principais problemas dos assentamentos a “desistência dos Jovens” (p. 08) e como um dos desafios: “organizar jovens e mulheres” (p.12).

Em 1997, no caderno de textos de preparação dos encontros estaduais e do IX Encontro Nacional, o MST propõe a criação de “Cruzadas da Juventude”, na intenção de articular jovens do campo e da cidade na tarefa de mobilização social a partir dos problemas concretos, para isso visa:

Investir no meio estudantil, procurando atrair a juventude para as lutas sociais elevando assim, o nível de consciência da juventude. (...) As cruzadas podem atuar nas periferias em assuntos como: educação, analfabetismo, saúde, higiene, etc. As cruzadas não terão caráter assistencialista, terão o papel de denunciar a situação e apresentar para a população, quem são os responsáveis (MST, 1997:41).

No início da atual década uma série de ações foram desenvolvidas para potencializar a juventude dentro do MST. Exemplo disso foi o lançamento pelo MST, através do Setor Nacional de Formação, do documento intitulado “A força da Juventude do MST na luta por um Brasil sem latifúndio e contra a ALCA” (2002) para os jovens que participaram do “4º Curso sobre a Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural”, na UNICAMP. Esse documento discute coisas como a “pertença” da juventude no MST; alguns mecanismos para que os jovens assumam-se como grupo relevante politicamente no MST, especifica as tarefas práticas a serem desenvolvidas por esses jovens, principalmente contra a articulação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

Nesse sentido, a preocupação do MST com a especificidade da participação dos jovens sem terra é recorrente desde o começo de sua história. Isso nos coloca um problema que deve ser considerado, segundo o qual essa identificação da juventude com os ideais e práticas do MST não seria exatamente um processo que lhe seja desconhecido, pois, se encontra na própria orientação ideológica e prática do MST o objetivo de tornar os jovens identificados com o movimento. Isso pode resvalar numa ação a-crítica, como nos sugere Norbert Elias ou Groppo quando analisam a juventude hitleriana e a juventude marxista do pós-guerra.

Essa idéia, todavia, parece-nos polêmica dado o fato básico de que se essa identificação é com seus ideais e práticas, inevitavelmente estas estão carregadas de ideologia, de interesses e, portanto, de orientações pré-formuladas pela estrutura de todos os movimentos sociais, inclusive do MST. Hall nos encaminha para essa compreensão na medida em que afirma ser o processo de identificação sempre fundado em ideologias, em conflitos de poder e em possibilidades de assumir posições. Ora, em nenhum momento de nossa pesquisa supomos que a identificação da juventude sem terra seria um processo axiologicamente neutro.

Para realçar ainda essa discussão, recortamos um trecho de um documento do MST:

Não basta ser filho de acampado e assentado, portanto, filhos da luta contra a exclusão desenvolvida pelo Movimento, para pertencer ao MST. Essa condição objetiva não é suficiente (MST, 2002:02).

A identidade, por conseguinte, não é conferida pelo fato de ser simplesmente assentado ou acampado, mas pelo engajamento político, ou seja, pela militância no MST. É com base nessa idéia que aconteceu em novembro 2006, na Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, em Guararema, São Paulo, o Primeiro Seminário Nacional da Juventude da Via Campesina. Nesse encontro estiveram presentes jovens representantes de diversos movimentos do campo e da cidade, de vinte e um Estados do Brasil. Esse encontro foi considerado pelo MST um marco histórico para a sua juventude e da Via Campesina, pois ajudou na articulação nacional desta juventude antes dispersa em vários grupos. Também, colaborou para o fortalecimento interno da discussão em torno do Coletivo Nacional de Juventude do MST e para a troca de experiências e planejamento de ações efetivas com outros movimentos.

Esse seminário, pela sua importância, foi palco de estudos e objeto de estudos da professora Elisa Guaraná e do militante da PJR (e nosso colega de Mestrado) Paulo Mansan. Este último descreve o seminário da seguinte forma:

(...) Foi um espaço importante de investigação, pois foi o primeiro encontro desse caráter com a presença de quase todas as lideranças dos movimentos que compõem a Via: tínhamos dois integrantes do MPA, dois do MAB, um do MMC, dois da PJR, um FEAB e quarenta e três do MST (MANSAN, 2008:93-94).

Em 2007, o MST juntamente com os movimentos da Via Campesina e outras organizações parceiras da cidade, realiza entre os dias 13 e 14 de março, na CEPATEC, em São Paulo, uma reunião do Coletivo de Juventude. Participaram os seguintes movimentos: Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, Pastoral da Juventude Rural, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, Movimento das Mulheres Camponesas, Consulta Popular, Juventude da Gaviões da Fiel (torcida do Corinthians), EDUCAFRO, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e Rede Popular dos Estudantes de Direito.

A principal pauta desse encontro, segundo registra seus relatórios, foi a criação do “Programa Nacional de Formação para Jovens da Classe Trabalhadora em Movimento”. Esse programa tem como objetivo articular jovens de diversos movimentos do campo e da cidade em

torno de uma proposta de formação para cem jovens, que culminasse numa articulação estadual de luta dos jovens para intervir na realidade social ao qual estão inseridos.

Outros encontros, seminários e plenárias nacionais aconteceram de 2006 aos dias atuais, como o I Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade, que reuniu cerca de 1000 jovens, num esforço conjunto de várias organizações do Coletivo Nacional de Juventude da Via Campesina. Este encontro aconteceu na Universidade Federal Fluminense – UFF, entre os dias 11 a 15 de agosto de 2008, em Niterói - RJ.

Os jovens membros dos movimentos da Via Campesina de Sergipe, principalmente MST e MPA, influenciaram e foram influenciados por esses encontros. O Estado participou efetivamente das atividades nacionais e, talvez por isso, foi um dos primeiros a organizar o programa de formação nacional.

Em Sergipe, esse programa de formação de jovens foi coordenado por uma comissão de jovens do campo (principalmente do MST) e da cidade (principalmente universitários) e teve muito êxito no início, mas atualmente enfrenta problemas com relação a sua continuidade. Cerca de 40% são jovens dos diversos movimentos do campo, dentre estes 12 são do MST, inclusive das duas áreas pesquisadas (Tingui e Quissamã).

Além desse programa, várias outras atividades foram realizadas em contexto nacional e estadual, mas nos detivemos na observação de algumas destas no Estado de Sergipe. Citamos como exemplo: o Encontro Estadual de Jovens do MST; Encontro dos Jovens da Regional Agreste; Encontro dos Coletivos de Juventude Comunicação e Cultura da Região Metropolitana; Reuniões do Coletivo Estadual e Curso de Formação para os jovens da Regional Metropolitana.

A ampliação das discussões sobre a juventude, nesta década, fez com que o MST construísse e publicasse uma série de documentos, através dos vários setores, que destacam o papel da juventude como grupo social importante para o conjunto do Movimento e criasse, dentro da organicidade interna, os espaços para que os jovens pudessem atuar mais intensamente de dentro para dentro e de dentro para fora do Movimento.

Em parte, essa amplitude no trato das questões da juventude se deu a partir da publicação dos dados do I Censo da Reforma Agrária do Brasil, Coordenado pela Universidade de Brasília – UnB, realizado entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997, que apesar de não tratar da juventude de uma forma específica trouxe algumas informações que davam conta da presença marcante de

jovens nos assentamentos. Mas a pesquisa que mais chamou a atenção foi a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PNERA, realizada em 2004. Esta última trouxe dados mais específicos sobre a juventude, relacionando-os principalmente com a educação. Constatou-se que:

(...) Há em torno de 6 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 24 anos vivendo no campo. E a PNERA nos indica que de uma população de 203 mil jovens existente nos assentamentos na faixa etária de 15 a 17 anos, aproximadamente 47 mil estão fora da escola e dos que freqüentam, são pouco menos de 28 mil os que estão no ensino médio (MST, 2006:05).

Em ambas as pesquisas, I Censo (1996/1997) e PNRA (2004), o MST parece que foi tomado de surpresa com a quantidade de jovens nos assentamentos e passou a dar mais atenção a esse público. Claro que a preocupação com a juventude não começou e nem terminou com a publicação dessas pesquisas, apenas acendeu ou reacendeu um debate já em pauta.

Esses documentos reproduziram o que já vinha sendo feito ou a preocupação com o que ainda estava por fazer. Portanto, não podem ser vistos como meras produções teóricas, mas sim como avaliações, reflexões e pretensões que partem de uma realidade concreta. Pois, os jovens descritos nesses documentos são os mesmos acampados/ assentados nas áreas de reforma agrária.

Neste sentido, gostaríamos de ressaltar algumas ações desenvolvidas pelo MST, que colocam em foco a juventude, ao longo de sua história, como: os cursos de formação política (formais e informais); os cursos formais no ensino fundamental, médio, superior e alfabetização; as brigadas itinerantes de jovens; as campanhas de solidariedades; dentre outras.

Desde o início o MST, ainda sob a influência da igreja, se preocupou com a formação de seus militantes. E como muitos desses militantes eram jovens, a formação oferecida era dirigida a esse público. Uma das primeiras iniciativas foram os cursos de formação nas pastorais sociais da Igreja Católica (ou das igrejas), que formava jovens para atuarem como agentes pastorais e/ou como militantes sociais.

Muitos desses jovens atuavam nas lutas dentro da própria diocese onde era formado, mas alguns deles atuavam em lutas estaduais ou nacionais, principalmente saindo da Região Sul do Brasil para atuar em outras regiões do país.

Nessa fase inicial o MST também estabeleceu parcerias com diversas entidades ou grupos internacionais latino-americanos, principalmente com Cuba para formar militantes jovens. Muitas das atuais lideranças nacionais passaram por esses cursos, dentre os quais: Ademar Bogo, Adelar João Pizetta, José Rainha Júnior, Itelviva, etc., dentre elas, alguns jovens que atuavam em Sergipe, como: José Francisco do Santos, Zenaide Frades e João Daniel. A maioria desses jovens tinha entre 18 a 25 anos.

Tempos depois, o MST começou a pensar seu próprio método de formação. Organizou o Setor de Formação e articulou os cursos de formação local, estadual, regional e nacional. Citaremos alguns dos mais importantes, pensados nacionalmente: as Escolas Sindicais, muito comum no final da década de oitenta; os Cursos Prolongados Integrados a Produção, intensificados no início da década de noventa; os cursos da Escola Nacional, que começaram em Caçador, no Estado de Santa Catarina e hoje é itinerante; os cursos de Formação de Formadores, em geral organizados nas regionais; Realidade Brasileira, com pessoas de diversos movimentos, inclusive urbanos; Cone-Sul, para jovens latino- americanos, dentre outros.

A maioria destes cursos passou por Sergipe. Citamos por exemplo, as Escolas Sindicais realizadas na Diocese de Própria, que formou os primeiros militantes do MST de Sergipe; os Cursos Prolongados Integrados a Produção, que formou jovens de diversos Estados do Nordeste, e muito deles se tornaram dirigentes. Hoje os mais comuns, em Sergipe, são os de formação básica e os de Formação de Formadores. Constatamos, no acompanhamento dos cursos, nas consultas aos documentos históricos do MST e/ou através do Setor de Formação estadual e nacional que a maioria dos participantes desses cursos é jovem. Em muitos destes cursos, a totalidade é de jovens.

Diante disso, resta-nos a pergunta: quais os principais objetivos desses cursos de formação para o MST? Segundo o Programa Nacional de Formação seria: “Elevar o nível de consciência política de nossa base; envolver e estimular o surgimento de novos militantes que hoje estão dispersos ou desmotivados nos acampamentos e assentamentos; garantir um processo de articulação nacional de toda nossa militância” (PNFMB, 2001:100). Em poucas linhas, pretende-se com os cursos de formação que os indivíduos desenvolvam uma atuação engajada e articulada.

Evidentemente essa atuação de militância ou liderança pressupõe que os jovens, especificamente, estejam identificados com o Movimento, por isso toda uma estrutura prático-teórica é criada com essa finalidade. Analisando o formato impresso e efetivo (nas salas de aula, nas ocupações, nas manifestações, nas místicas) do processo de formação do MST, é plausível afirmar que o anseio de identificação não é apenas requerida pelas lideranças do MST, mas de todo modo ensaiada, dita, escrita, discutida, sentida por todos que o compõem. Entre a juventude essa seqüência assume, por assim dizer, ainda mais amplitude, dada a possibilidade ainda maior de “entrega apaixonada” facilmente percebida no discurso de jovens, como o de Roberto Araújo Silva:

O que me chamou a atenção e me provocou para que eu entrasse de cabeça no MST foi a experiência que tive na ocupação de Xingó. Fiquei impressionado como o MST conseguia organizar mais de mil famílias de lugares diferentes, de culturas diferentes, sem infra-estrutura nenhuma. Era uma organização incrível. Eram equipes responsáveis pelo credenciamento, alimentação, saúde, segurança, imprensa, etc. E tinha um grupo da direção que acompanhava. Tudo dava certo. Eu fiquei impressionado!. (Roberto acampou, ainda criança, com os pais na fazenda Barra da Onça, em 1985. Atualmente tem 33 anos e é da Direção Estadual).

Já o militante Joselito de Jesus Santos, conhecido como Cabelinho, ao participar das reuniões de base antes preparatória para ocupação da fazenda Riachão do Macedo, descreve a surpresa que teve com os gritos de ordem e com o canto do hino do MST.

A reunião tava boa, falando de terra, de reforma agrária, de conquista. De repente alguém grita: ocupa ou num ocupa!?, reforma agrária, quando? Aquilo me deu um choque brabo, mas gostei demais. Depois puxaram o hino e quase todo o mundo cantava e levantava o braço esquerdo. Era bonito demais! (Cabelinho se engajou no MST com 21 anos de idade e hoje é assentado no PA Paulo Freire II, no município de Estância).

Essa organização ideologicamente pensada está por toda parte. No caso das ocupações, tudo começa com o grupo pré-definido do Setor de Frente de Massas, ou seja, militantes que em sua maioria participaram de cursos de formação e cuja função é a articulação e motivação da população para a ação de ocupar. Esse grupo reúne e discute com agricultores, lideranças e

demais interessados em terra de determinado local a fim de expor os objetivos e métodos do MST na ocupação de fazendas improdutivas.

Destaco aqui a forma e o conteúdo dessa exposição: a mistura entre razão e paixão, ou seja, de um lado, uma organização fundada em divisão de tarefas (grupo que faz vistoria da área, outro que pensa a infra-estrutura do acampamento, etc.), em uma rotina disciplinar, em um sistema de idéias políticas, econômicas e sociais; de outro, todo um trabalho de motivação e conchamação para a luta, expresso nos discursos dos militantes que coordenam as reuniões de base que na altura de um púlpito ou simplesmente sentados no chão tentam “inflamar” as pessoas, como fazem, numa comparação forçada, as lideranças carismáticas de Max Weber (1993). Essa comparação não é de todo forçada se retermos apenas um elemento específico da teoria weberiana da dominação carismática, a saber, a paixão despertada pelo líder carismático que justifica a legitimação de seu poder, mas principalmente promove nos indivíduos a motivação para as mudanças e revoluções.

Esse elemento passional está fortemente presente na mística que constitui um dos itens fundamentais da ocupação. A motivação que cotidianamente revitaliza o MST é retirada em grande parte da mística. Ela se expressa no desejo, força e paixão para não desistir sempre que um acampamento é desfeito por ordem judicial ou não temer a possibilidade e a efetividade da violência do Estado e dos latifundiários ou não se render diante das dificuldades estruturais, enfim, a motivação que cotidianamente revitaliza o MST é retirada em grande parte da mística.

A prática da mística, em nosso entender um ritual celebrativo da luta do MST, compõe praticamente todo o processo de formação do Movimento. Nessa medida, a mística é caracterizada basicamente por elementos simbólicos e afetivos, muito embora o “texto” ritualizado ou representado tenha geralmente um caráter predominantemente político. São as emoções que se deseja despertar, por isso é possível perceber uma “platéia” tensa e comovida com as injustiças imputadas aos explorados (especificamente aos sem terra), mas também esperançosa e apaixonada pela transformação dessa condição injusta. Ora, esses sentimentos mesclam-se aos termos ideológico/políticos do MST.

É nesse sentido que pensamos ser o MST um movimento social singular, por sua natureza intrinsecamente dialética que comporta tanto sínteses como mantém contradições, como o centralismo de alguns dirigente-coordenadores e o conflito entre as gerações. Dentre estas

realçamos sua preocupação com a formação de militantes, inclusive com um número considerável de jovens no quadro; esses militantes podem ser simultaneamente as lideranças nacionais, regionais e estaduais que coordenam e organizam o MST. Contudo, a organização política do MST, dividida em setores, pressupõe a recusa do papel do líder caracterizado como aquele condutor das massas que toma para si o poder das decisões.

O jovem líder militante do MST, politicamente e afetivamente motivado, exercita, ao menos geralmente, uma liderança democrática no sentido em que toma as decisões políticas conjuntamente: com os acampados, os assentados, os participantes dos setores, das micro-regionais, etc. Mesmo porque a própria estrutura política do Movimento não legitima a centralidade de poder; embora contraditoriamente existem na prática do MST vários casos em que líderes extrapolaram e extrapolam seus limites políticos.

É com base na preocupação com a continuidade da luta por reforma agrária que o MST incorpora como um de seus objetivos fundamentais “formar quadros de lideranças” cuja relação com a juventude e a identificação desta com seus ideais constituem facetas de um mesmo processo.

Essa preocupação foi ainda mais acentuada no 10º Encontro Nacional de Belo Horizonte, em 2002, no qual o MST aprovou a criação dos Coletivos de Juventudes⁵³ dentro das suas instâncias organizativas⁵⁴. Entre as decisões tomadas, uma foi a escolha de um responsável político na Direção Nacional, neste caso Gilmar Mauro, e foi sugerido que todos os Estados elegeassem ou designassem pelo menos uma liderança estadual responsável pelo coletivo.

Porém, foram poucos os Estados que realizaram encontros estaduais de jovens, dentre estes a Bahia e o Rio Grande do Sul. Com isso, a maioria dos coordenadores políticos foi escolhida pelas direções e não sugeridos a partir de encontros de jovens. Essa forma de seleção acarretou alguns problemas: a escolha de responsáveis políticos que não tinham interesse com o tema e, portanto, nunca se motivaram para organizar o Coletivo, ou a escolha de responsáveis políticos já cheios de tarefas e com pouco tempo para a questão da juventude. Avaliamos que essa segunda opção foi a que limitou o avanço nacional do Coletivo, pois o responsável político

⁵³ MST, 2005:71.

⁵⁴ Além dos encontros, das direções, das coordenações o MST também é dividido em Setores (Formação, Comunicação, Finanças, Educação, Frente de Massa, Direitos Humanos, Produção, Gênero, Saúde) e Coletivos (Cultura, Projetos, Relações Internacionais e juventude).

nacional (Gilmar Mauro) além de ser dirigente político do MST do Estado de São Paulo, assumia várias outras tarefas nacionais e internacionais.

Com essa experiência, ficou claro que a estratégia utilizada na Nacional e em alguns Estados não resolveu a problemática da participação efetiva da juventude nos espaços de poder do MST. Constatou-se que não pode ser uma deliberação verticalizada ou um decreto, o instrumento mais afirmativo para envolver a juventude. Contudo, algumas tarefas importantes foram levadas a cabo, tais como: a participação de Gilmar Mauro em alguns encontros estaduais de jovens; na provocação para que os Estados assumissem, de fato, essa tarefa; nas decisões de pautar as discussões em encontros da Coordenação Nacional e no Encontro Nacional de 2004, em São Miguel do Iguçu, no Estado do Paraná, dentre outras.

Em Sergipe, incorremos nos mesmos erros descritos acima. A nossa⁵⁵ escolha para acompanhar o Coletivo de Juventude no Estado foi deliberada numa reunião da Direção Estadual e homologada no Encontro Estadual de 2004 e, como acabávamos de sair da Direção Nacional, tínhamos responsabilidades estaduais no acompanhamento de diversas tarefas e setores. Portanto, era responsável “por tudo” e não fazíamos bem a tarefa de articulador estadual da juventude.

Em 2006, escolhemos um novo militante como Dirigente Estadual responsável pelo Coletivo de Juventude. Fábio Andrei P. S Matos, com 21 anos, um estudante de Engenharia Florestal, militante do Movimento Estudantil, presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Este tinha mais tempo e mais disposição que eu, mas, ainda assim, tinha alguns limites, como por exemplo: novamente escolhido pela Direção Estadual; tinha uma origem urbana e ao se graduar entrou numa equipe de assistência técnica, na Região Sertão, e ficou com dificuldades de acompanhar todo o Estado. Contudo, ainda assim, articulou o Primeiro e o Segundo Encontro Estadual de Jovens, o Programa Nacional de Formação para Jovens da Classe Trabalhadores em Movimento de Sergipe e tem buscado criar coletivos regionais de jovens. Esse coordenador relata algumas dificuldades:

É difícil tocar o coletivo, pois ainda somos vistos por alguns dirigentes como algo secundário. Nem todas as Brigadas abriram espaços para o trabalho com

⁵⁵ Eu (Esmeraldo) fui o primeiro Dirigente Estadual a assumir a tarefa de responsável para acompanhar o Coletivo Estadual de Juventude de Sergipe.

a juventude e alguns dirigentes se sentem ameaçados pelas novas lideranças jovens. Avançamos bastante nos últimos anos, mas ainda temos muita luta pela frente. (Fabio Andrey).

Em 2006, a Nacional também mudou seu representante e trouxe uma jovem liderança política de São Paulo, que atuava como coordenador e dirigente responsável pelo Escritório Nacional de Brasília, João Paulo Rodrigues. Dessa vez ficaria responsável exclusivamente pelo Coletivo Nacional de Juventude e, com isso, resolveria o problema de desempenhar várias funções.

Com a chegada de João Paulo, percebemos que o problema de já ser liderança nacional, com várias responsabilidades, dificultaria a pretensão da exclusividade, pois além das discussões em torno da juventude do MST ele passou a coordenar as discussões em torno das juventudes da Via Campesina; sem falar das responsabilidades com a Consulta Popular, com a Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS, dentre outras, que tomaria parte importante do seu tempo e da sua atenção. Por outro lado, emprestava seu prestígio de liderança já conhecida interna e externamente para encaminhar tarefas e articular encontros que um “jovem comum” teria dificuldades.

Portanto, verificamos que os problemas de falta de espaço da juventude nas áreas de reforma agrária não somente tinha como consequência a falta de políticas públicas dirigidas para esse público, mas também das dificuldades de encaminhar soluções. Ou seja, o MST parece disposto, cada vez mais, a buscar soluções para a problemática da falta de espaços para a juventude, ao passo que algumas dificuldades organizativas limitam as alternativas.

III – História do MST em Sergipe e o papel da juventude:

Dentro da perspectiva de reconstituição histórica da juventude, podemos considerar que a história de fundação e de desenvolvimento posterior do MST conta com a participação importante dos jovens. A questão a ser tratada é: como os jovens atuam no Movimento e como emergem com uma categoria específica?

O MST nasceu a partir de uma série de lutas travadas no final da década de 70. Dentre estas, destaca-se a ocupação da fazenda Macali no Rio Grande do Sul; mas outras ocupações foram também muito importantes para a constituição histórica e política do MST: em Santa Catarina (Fazenda Burro Branco) e em São Paulo (Fazenda Primavera), etc. Essas ações, de um lado, produziram resultados positivos, porém, de outro, aconteceram de forma desarticuladas entre si, ou seja, foram ações isoladas. Em vista disso, é apenas no início da década de 80 que a Comissão Pastoral da Terra – CPT começa a realizar encontros entre as lideranças desses primeiros acampamentos com o objetivo fundamental de unificação do processo de luta pela terra no Brasil; conseqüentemente, em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel – PR, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional do MST que marcou a fundação do MST como movimento nacional.

No início da década de 1980, logo após o Encontro Nacional, as lideranças da Comissão Pastoral da Terra e do recém fundado MST, discutiram a importância de formar “quadros”, em sua maioria jovens, para articular o MST e a luta pela reforma Agrária em algumas regiões do Brasil. O Nordeste, por exemplo recebeu um grande número de militantes com esse perfil, dentre eles: João Somariva Daniel, Dilei Aparecida Schiochet, Jaime Amorin, Fátima Ribeiro, José Rainha Junior, Ademar Bogo, Adelar João Pizetta, dentre outros.

Já nesse momento, existiam espaços de formação de jovens. Destes, destacamos o da Diocese de Chapecó, em Santa Catarina. Coordenado pelo então Bispo Dom José Gomes da Silva, vários jovens militantes da CPT e do MST passaram pelos cursos de formação. Um deles foi João Daniel, que com 18 anos, participou do Primeiro Curso Nacional de Monitores e foi designado para articular o MST no Nordeste e, mais tarde, tornou-se uma das mais importantes lideranças dessa região. Atualmente, atua na direção do MST em Sergipe. Relata Daniel sobre sua entrada no MST:

(...) Nós tínhamos como tarefa e como princípio do curso ser voluntários para a organização do Movimento em outros Estados, em outras regiões. (João Somariva Daniel entrou no MST com 18 anos. Foi um dos pioneiros na organização do MST no Nordeste. Atualmente é Dirigente Estadual e é assentado no P. A. Moacir Wanderley).

Portanto, nesses mais de vinte anos de história, o MST se constituiu como um Movimento Nacional, organizado em vinte e três Estados do Brasil e Distrito Federal e conhecido como uma

das referências internacionais de organização popular de luta pela reforma agrária do mundo, através da Via Campesina, sendo que, desde o início a juventude teve um papel importante.

Hoje, segundo dados do INCRA, são mais de 350 mil famílias assentadas e segundo dados do MST, estima-se que atualmente existem aproximadamente 150 mil famílias acampadas em todo Brasil⁵⁶.

Quanto a realidade de Sergipe, notaremos, evidentemente, influências acentuadas da realidade nacional. Visto que, desde a chegada dos portugueses que se luta por terra no Brasil e em Sergipe. Índios, Negros, Caboclos, Sem Terra vem ao longo dos séculos lutando pela sobrevivência e permanência no campo.

Com efeito, Sergipe não teve a mesma tradição de lutas que outros estados brasileiros e nos grandes fatos históricos, Sergipe atua como coadjuvante. Por isso, nos deteremos aos fatos importantes das últimas décadas que impulsionaram os sergipanos no intuito de diminuir as desigualdades no campo.

No final da década de setenta, intensificam-se os conflitos de terra no Estado de Sergipe. Em 1978, os índios Xocós ocupam a ilha de São Pedro, com a ajuda da diocese de Propriá, intelectuais e militantes da esquerda sergipana, em sua maioria jovem com pouco mais de 20 anos, como Marcelinho, Eugênio, Marcelo Deda, Milson, dentre outros. Esse conflito durou vários anos, pois é só no início da década de 90 que os índios reconquistam seu território, com a posse das fazendas Caiçara e Belém.

É também em 1978, que se acentua o conflito pela posse de terra em Santana dos Frades, no município de Pacatuba. Depois de vários anos de submissão, os posseiros se revoltaram contra o “Coronel”. O estopim é a construção de uma cerca atrás de suas casas, que os isolavam das suas plantações e possibilitava que o gado destruísse a produção. A luta perdurou por vários anos e a posse só foi reconhecida oficialmente em 1981, com Decreto Presidencial nº 86.595. (SILVA, 2002)

O MST começa a se articular oficialmente, depois da participação de um grupo de sindicalistas e agentes pastorais no Primeiro Congresso Nacional, em janeiro de 1985, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esses trabalhadores, ao retornarem para Sergipe, já se consideravam membros do MST e organizam uma secretária no município de Nossa Senhora da Glória.

⁵⁶ Dados do MST, 2007.

Em setembro desse mesmo ano, lideram um dos grupos que ocupam a fazenda Barra da Onça, no município de Poço Redondo. Sendo a primeira ocupação de terra organizada no modelo⁵⁷ do MST, essa fazenda era uma das maiores do Estado de Sergipe e foi ocupada por pouco mais de 200 famílias organizadas por três grupos: Sindicalistas de N. S. da Glória, ligados ao MST; Sindicalistas e religiosos de Porto da Folha e Sindicalistas de Poço Redondo. Foram vários despejos e prisões, até que em 1996 os trabalhadores conquistaram definitivamente a fazenda e assentaram 213 famílias.

Um dos líderes do grupo de Glória era João Rodrigues Santana, um dos fundadores do pólo sindical, da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores. João Sessenta, como era conhecido, já era militante das lutas sociais desde o final da década de 1970 e sua porta de entrada foi um grupo de jovens.

O processo foi o seguinte: minha irmã Madalena [também jovem e líder do MST], ela era muito ligada à igreja e inventaram um clube de jovem, aí fizeram uns convites e eu fui, né, para esse grupo de jovem de lá. A gente foi adquirindo consciência (João Sessenta foi um dos jovens articuladores da ocupação da fazenda Barra da Onça, em 1985. Hoje é representante comercial).

Com essa citação de João Sessenta, vemos que também em Sergipe muitos dos militantes do MST vieram de grupo de jovens da Igreja Católica. Como veremos abaixo, a maioria das lideranças dessas lutas eram jovens. Vejamos: Maria Madalena de Santana (20 anos), seu irmão João Rodrigues de Santana, conhecido como João Sessenta (23 anos), Sival, Michel Dessy, conhecido como Guido Branco (47 anos), dentre outros. Porém, alguns desses sindicalistas e agentes pastorais não se desvincularam completamente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR de Nossa Senhora da Glória e das pastorais de Diocese de Própria, por isso, até hoje existem questionamentos quanto ao pertencimento ao MST.

Sobre sua participação “precoce”, Madalena observa⁵⁸:

⁵⁷ Ocupação previamente organizada e seguindo orientações nacionais do MST e da CPT.

⁵⁸ Essa entrevista foi realizada em 18/10/1997, com a nossa participação num projeto desenvolvido pelo NEPA/UFS, chamado “História Oral da Vida Camponesa”.

Eu era jovem, né!? assim bem jovem. Senti assim que eu fui muito assim, assim ... violentada⁵⁹. Acho que alguma coisa aconteceu assim, sem eu ta um pouco preparada (Madalena foi uma das jovens articuladoras do MST, em 1985 e atualmente é assentada no PA Vitória da União).

Essa afirmação de Madalena nos leva a questionar o limite de idade mínima para assumir tarefas tão responsáveis. Ao tratar do tema, o MST prega que o jovem deve, cada vez mais, assumir posição de liderança e passar a ser sujeito efetivo da história. Porém, privar os jovens de certas responsabilidades práticas e políticas não seria uma forma de preservá-los? Por outro lado, preservando-os não estaríamos retirando deles a possibilidade e a efetividade de serem agentes da história? O MST, de acordo com Gilmar Mauro, segue a premissa de Karl Marx, segundo a qual os homens (jovens) devem ser sujeitos de sua própria história, portanto não exclui por quaisquer justificativas o direito de todos serem ativos na construção da sociedade.

Em 1987, o MST (Nacional) envia o segundo⁶⁰ grupo de militantes das regiões Sul e Sudeste para organizar o MST no Nordeste. Nesse mesmo ano, chega em Sergipe, com 20 anos, o já citado João Somariva Daniel.

Com o aval do MST nacional ele organizou o Segundo⁶¹ Encontro Estadual dos Trabalhadores Sem Terra de Sergipe, no município de Itabi. Com isso, o MST constitui-se como movimento estadual “separado” do STR, mas ainda, vinculado à Igreja Católica. Essa decisão da Nacional é duramente questionada pela direção local, principalmente pelo sindicalista João Sessenta.

Como vimos e veremos no decorrer do trabalho, muitos desses personagens vieram da igreja. Um desses era Frei Roberto, que atuava em vários municípios do Sertão Sergipano (Diocese de Própria) e foi um dos apoiadores do MST, pois além de acolher os jovens recém chegados, organizava cursos de formação para capacitar novos jovens e motivava os seminaristas a entrarem no MST. Foi o caso de José Roberto Alves da Silva, recém chegado do Seminário de Serra Redonda, na Paraíba, com 20 anos de idade, que a convite do Frei entrou no MST e se

⁵⁹ Perguntei à entrevistada a que sentido o termo “violentada” se referia e a mesma explicou que ao fato de não ter idade suficiente, responsabilidade e maturidade para se defender das pressões do mundo dos adultos e do mundo das “raposas” da política.

⁶⁰ Em 1985 o MST já havia enviado o primeiro grupo de militantes, dentre eles: Adelar Pizzetta e Ademar Bogo.

⁶¹ O Primeiro Encontro Estadual aconteceu na cidade de Nossa Senhora da Glória e contou com a presença de Adelar Pizzetta, uma das lideranças nacionais do MST. Mas, como já foi dito, esse foi um período mais de gestação.

tornou uma de suas maiores lideranças. Segundo José Roberto, o principal argumento era o do Concílio Vaticano Segundo, de “opção pelo pobre”, ou seja, o Cristo real é aquele que luta para acabar com as desigualdades de terra. Nas suas palavras:

Então eu vi que ali [conflito na fazenda Cruiri, 1989] era a possibilidade de nós jovens resolvermos o problema da gente e principalmente de todos os trabalhadores. Foi a partir dali, daquele momento que me dava assim força, coragem, perspectiva do futuro promissor de construção de família, de construção de emprego e de uma vida melhor (Zé Roberto Alves da Silva colaborou com o MST no Estado de Alagoa e é assentado no P. A. Ivan Ribeiro).

Ainda segundo Zé Roberto:

É a partir dali de 87, é 1987 que me deu esse sentido. Pra você ter uma idéia, a maioria dos membros do Movimento naquele período era em média de 18, 20, 25. Não chegava nem ter 30 anos (Zé Roberto).

Como consequência desse Encontro Estadual, um mês depois, 97 famílias ocuparam a fazenda Monte Santo, no município de Gararu. Mesmo sendo improdutivo, a fazenda foi dividida para burlar a vistoria. Nela, houve vários despejos e reocupações; em um desses, dez trabalhadores foram presos e torturados, dentre eles João Daniel. A fazenda só foi desapropriada dois anos depois, tornando-se Assentamento Nova Esperança.

Nesse mesmo ano, o MST, juntamente com a igreja, ajudou a organizar cerca de 70 famílias para ocupar a fazenda Morro do Chaves, no município de Propriá. Passaram dois dias na área e mais de dois anos à beira da estrada, para enfim, conseguirem o que é hoje assentamento Padre Cícero. No final do ano, foi feito um ato na capital denunciando os problemas da fazenda Monte Santo e exigindo agilidade para a reforma Agrária.

Com as ocupações de 1987, o número de jovens envolvidos em tarefas de coordenação aumentou expressivamente. Além dos acampados surgiram outros das cidades, principalmente de Própria que eram ligados ao Movimento de Educação de Base – MEB e a outros movimentos de bases ligados a diocese de Própria. Citamos alguns deles: José Francisco dos Santos, conhecido como Zé Pipiu (20 anos); Zenaide Frandes (22 anos); Vera Vilar (19 anos), dentre outros.

Além dessas, outra ocupação importante para a autonomia do MST diante da Igreja, foi a da fazenda Betânia, no povoado Olhos D'água, no município de Lagarto. Por estar fora da região do Baixo São Francisco⁶² e, portanto, sem a influência da Diocese de Propriá. Esta aconteceu na madrugada de 28 de outubro de 1988, na qual um grupo de 280 famílias, organizado pelo MST ocupou por três dias, mas logo depois foi despejado violentamente. Parte das famílias ficaram acampadas no povoado Jenipapo, no mesmo município e só saíram para ocupar a fazenda Cruiri, alguns meses depois. Além de João Daniel, Madalena, algumas novas lideranças despontaram nessa ocupação, como: Alcides, Mocotó, Edson e José Roberto Celestino de Jesus que na época tinha 18 anos e já era da Direção Estadual do MST, dentre outros.

Na madrugada do dia 05 de fevereiro de 1989, a ocupação da fazenda Cruiri, no município de Pacatuba, marcou a consolidação do MST enquanto movimento massivo e com autonomia política. Reuniu os despejados da fazenda Betânia e Monte Santo e mobilizou trabalhadores rurais de diversos municípios num contingente de aproximadamente mil famílias. Também queremos lembrar que, desde 1987, a igreja questionava a forma de luta do MST, por não entender que "... o MST não é uma organização de apoio à luta dos sem-terra. Ele é o movimento. Por essa razão não é uma instituição ou entidade de fora do processo"⁶³. Com a atuação vitoriosa do MST, nesta ocupação, e o consequente enfraquecimento da Diocese de Propriá, as dificuldades de entendimento se acirraram.

Com essa mudança de estratégia e com essa vinda para região da cana-de-açúcar, muitas lideranças "novas" surgiram e viraram referência do MST, muitas delas ainda muito jovem. Citamos como exemplo Carlos Borges Marinho (23 anos), sem falar dos jovens enviados de outros estados, como: Dimas Pereira de Melo (24 anos) e José Rainha Junior (23 anos), ambos enviados pelo MST do Espírito Santo.

Essa forma "mais radical" que a da igreja chamava a uma atenção maior da juventude. Citamos, Zé Roberto:

Esse estilo radical, chama a atenção da gente. Eu e outros jovens vibrávamos com as ações e passávamos noites afio acordados, sonhado e planejando fazer uma reforma agrária que desencadeasse numa grande revolução. Era mais

⁶² Região que abrange as cidades que margeiam o Rio São Francisco, pertencente à Diocese de Propriá.

⁶³ A Formação do MST no Brasil, p. 104/105.

interessante e nos lembrava as lutas da juventude organizada no período da ditadura militar (Zé Roberto).

Dessa maneira, conquistou a aprovação de setores importantes da sociedade, principalmente em Aracaju, dentre estes, dos participantes do Comitê de Apoio Permanente à Luta dos Trabalhadores Rurais⁶⁴, que passaram a ajudar a pressionar o governo na liberação das fazendas: Monte Santo, em Gararu; Paiaíá, em Cristinápolis; Priapu e Pau Torto, ambas em Santa Luzia do Itanhi e Pontal, em Japaratuba.

A ocupação da Cruiri obteve tanto êxito, que o Governo do Estado se obrigou a convidar um representante dos trabalhadores para ajudar nas negociações junto ao Ministério da Reforma Agrária. Como esclarece João Daniel:

A ocupação da fazenda Cruiri [em 1989] criou um fato político no Estado, pois, a polícia não teve coragem de despejar, e o juiz Dr. Novais⁶⁵, transferido propositadamente para conter os avanços das lutas dos trabalhadores rurais sem terra, saiu-se desmoralizado por não ter sido executada sua ordem de despejo. O Governador, diante disso, teve que reconhecer a força do movimento, tanto é que se obrigou a ir à Brasília com um representante do MST, no próprio avião do Estado para negociar com o então Ministro Íris Rezende (João Daniel).

Essas conquistas acarretaram reações negativas, uma vez que, incomodava as estruturas políticas dominantes no campo da época, por isso, "(...) resultou em forte reação dos proprietários de terra do Estado"⁶⁶. Por outro lado, como ainda escreve Rosemiro Magno, a postura da imprensa sergipana diante dessa ocupação foi alterada, deixando de ter uma certa "simpatia" pelos sem terra passando a servir de instrumento de defesa dos interesses dos latifundiários. Também ficaram claras as posições dos deputados estaduais, que se manifestaram em favor do latifúndio cobrando ações mais duras do Governo do Estado contra aqueles que consideravam: "invasores", "forasteiros", "guerrilheiros", etc.; com exceção do então Deputado Estadual, hoje

⁶⁴ Em 1985, professores da UFS e sindicalistas de Aracaju "*resolveram criar uma entidade supra partidária para apoiar a luta dos trabalhadores rurais e pressionar as autoridades constituídas para imprimir rapidez à reforma agrária*" (Conflitos de Terra e a Reforma Agrária em Sergipe, p. 77). O Comitê tinha mais de 30 entidades, entre partidos, sindicatos, etc.

⁶⁵ Considerado um dos juízes que perseguiu os trabalhadores rurais sem terra no Estado de Sergipe. Era temido pelas ações sempre violentas. Atualmente está condenado pela participação no assassinato de um promotor de justiça.

⁶⁶ Cf. SILVA & LOPES, 1996: 41.

Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Déda Chagas, que assumiu a defesa dos interesses dos trabalhadores Sem Terra.

Contudo, o Assentamento Cruiri não comportou todas as famílias acampadas. Em vista disso, o MST procurou outras fazendas para assentar os excedentes, acabando por descobrir, através do INCRA, a fazenda Tingui, localizada entre os municípios de Malhador, Riachuelo e Santa Rosa de Lima, com 2.027 ha. Esta fazenda já dispunha do decreto de desapropriação, datado de 14 de julho de 1987, sob o número 94.614 e da imissão de posse, ocorrida no dia 21 de setembro do mesmo ano. Apesar disso, a fazenda estava “*sub júdice*”, pois, os herdeiros do espólio de Ariosvaldo Barreto, recorreram à Justiça Federal, pedindo anulação da “... desapropriação, conforme processo 12.779”⁶⁷ do mesmo ano.

No início da década de 90, principalmente no governo Collor, o MST de Sergipe avançou muito pouco. Foram poucas as ocupações e a maioria delas ainda para resolver o problema dos excedentes do Assentamento Cruiri. Uma dessas foi a Monjolo, no município de Santa Luzia do Itanhy, que apesar de não conquistarem a terra, conseguiram formar um bom grupo de militantes que ajudaram em outras ocupações na região. Foi o caso dos irmãos Genivaldo da Cruz, conhecido como Chochinho, que tinha 19 anos e Josevaldo da Cruz, conhecido como Bilisco, que tinha 17 anos.

Porém, em 04 de agosto de 1991, um grupo de 151 famílias dos municípios de Lagarto, Salgado, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, alguns vindos de outras ocupações como Betânia, em Lagarto e Monjolo, em Santa Luzia do Itanhy, ocuparam a estação experimental da EMBRAPA. Essa área estava a mais de três anos abandonada e já se especulava que seria vendida a fazendeiros vizinhos.

Em todo processo de luta para conquistar a Fazenda Quissamã, os jovens tiveram uma participação fundamental, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos. Mais de 30% dos assentados tinham menos de 25 anos quando conquistaram a fazenda. Por exemplo: Genivaldo da Cruz (Chochinho), que com 19 anos, foi um dos mobilizadores para a ocupação, um dos líderes do acampamento e depois se tornou presidente da associação e dirigente estadual do MST.

⁶⁷ Cf. SILVA & LOPES, 1996: 47.

A partir de 08 de março de 1993, com a ocupação da fazenda Cumbe, entre os municípios de Itaporanga D'ajuda e São Cristovão, hoje Projeto de Assentamento 08 de março. O Movimento voltou às grandes mobilizações, desta vez direcionadas à região Centro-Sul do Estado. As Fazendas Mocambo, no município de Santa Luzia do Ithai; a fazenda Rio Fundo, entre os municípios de Estância e Itaporanga D'ajuda; a fazenda Maravilha, em estância, dentre outras consolidou o MST com um movimento, de fato, estadual, com atuação em todas as regiões do Estado. Foi nessa década que o MST mudou sua forma de organização criando as regionais: Sertão, Norte, Sul, Agreste e Metropolitana.

Em 1993, com a conquista do Quissamã e em homenagem aos 100 anos de Canudos, o MST fundou o Centro de Capacitação Canudos – CECAC e organizou o Primeiro Curso Prolongado Integrado a Produção, com jovens de todo o Nordeste. Deste curso saíram alguns dos futuros dirigentes estaduais e nacionais de vários estados do Nordeste. Podemos citar como exemplo: Nelci da Silva, um alagoano de 16 anos que se tornou dirigente estadual do MST e um dos líderes do Movimento no Sertão sergipano.

Em 1994, além das ocupações das fazendas Cipozinho, no município de Boquim e Rio Fundo, no município de Itaporanga D'ajuda, o MST realizou o Segundo Curso Prolongado Integrado à Produção, com 42 jovens dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Alagoas e Espírito Santo. Destes, um dos que se destacaram foi o jovem Reginaldo Almeida de Jesus, com 20 anos e que, logo após o curso passa a ser dirigente estadual do MST.

Para muitos dos atuais dirigentes, os cursos de formações foram sua porta de entrada no MST. Reginaldo Almeida de Jesus, deixou claro que o que o motivou a entrar no Movimento foi o Segundo Curso Prolongado Integrando a Produção, realizado no Quissamã em 1993:

(...) E aí, a gente ficou interessado. Queria que nós participasse desse curso de formação e, três dias depois, o companheiro Daniel foi e me buscou lá no Sítio da minha mãe, pra mim participar do curso de formação prolongado, de seis meses, de seis a oito meses, no assentamento Moacir Wanderley (Reginaldo, atualmente é assentado no P. A. Flor do Mucuri).

É em 1995, porém, que o MST entra em uma nova fase, com ocupações massivas, já que o número de famílias aumentou significativamente, e descentralizadas politicamente, por serem organizadas por diversos militantes em várias partes do Estado. As ocupações mais significativas

foram: Mocambo, no município de Santa Luzia do Itanhy; Riachão do Macedo, no município de Salgado.

Com essa nova fase de organização surgem muitas outras lideranças que passaram a assumir a Direção Estadual, como: Gileno Damacena Silva, com 28 anos; Roberto Araújo da Silva, com 20 anos; Antônio José Flamarion de Carvalho Deda, com 32 anos; José Alberto dos Santos, conhecido como Careca, com 29 anos, José Batista dos Santos, com 26 anos, dentre outras. Uma ocupação simbólica dessa nova fase foi a do engenho fazenda Santa Clara, com 800 famílias, no município de Capela. Conforme relata Daniel:

No dia 27 de novembro de 1995, um grande ato público e assembléia na região do Contiguiba onde reunimos em torno de 1800 trabalhadores rurais no ginásio de esportes do município de Capela, onde contou com a participação de várias entidades, autoridades e nós conseguimos a criar um clima e havia uma organização dos trabalhadores daquela região para ocupação da Usina Santa Clara, umas das áreas reivindicadas há muito tempo e pressionada o INCRA pelo Movimento Sem Terra, nós decidimos nessa assembléia a ocupar a área, e no dia 28 pela manhã saímos em passeata até a ocupação da Usina Santa Clara. (João Daniel).

Esse foi um dos maiores conflitos do MST em Sergipe, pelo número de pessoas envolvidas e pela resistência no enfrentamento dos usineiros. O conflito durou mais de 10 anos e só recebeu a imissão de posse em 2006. No conflito, um dos acampados, José Emídio dos Santos, 36 anos foi assassinado pelos jagunços da usina.

No dia 15 de janeiro de 1996, 630 famílias ocuparam a fazenda São Roque e no dia 12 de março de 1996 o MST realizou a maior ocupação da história de Sergipe, onde 1811 famílias, segundo cadastro do INCRA, ocuparam as dependências da XINGÓ/CHESF, em Canindé de São Francisco e depois acamparam na fazenda Cuiabá, no mesmo município. Com essa mobilização a luta pela terra no Sertão reacendeu e várias outras fazendas foram conquistadas na região, como: Alto Bonito, Gualté, Queimada Grande, Pioneira; Bom Jardim, no município de Monte Alegre; Esperança, em porto da Folha, dentre outras. Um deles se transformou no maior assentamento do Estado de Sergipe, que é o projeto de irrigação Jacaré-Curituba. Esse projeto estadual previa, através de recursos do Estado, criar lotes empresariais irrigado, porém, com a pressão do MST, o então governador do Estado de Sergipe, Albano Franco, transformou num projeto de irrigação para assentados.

Nessas ocupações se sobressaem, dentre outros jovens, Luiz Alberto dos Santos, que tinha 24 anos e hoje é dirigente do MST na Região Sul e Roberto Araújo da Silva. Este último, mesmo já sendo filho de assentado da primeira ocupação do MST em Sergipe (Barra da Onça), tendo inclusive sido preso com 10 anos de idade junto com seu pai, admite que seu “batismo” foi a ocupação de Xingó.

Eu era pequeno. Tinha 10 anos, mais, ouvia falar e tal. Nós fomos presos junto com meu pai, na delegacia de Poço. (...) E depois fomos participando, fomos crescendo, fomos aprendendo a luta do MST, e fomos dedicando o nosso trabalho mais a vida do Movimento (Roberto Araújo).

Em 11 de março de 1997, mais de 200 trabalhadores e trabalhadoras ocupam, pela segunda vez, a fazenda Tinguí, que será objeto de nossa investigação e receberá mais destaque no próximo capítulo. Apesar do sucesso dessa ocupação, foram várias as tentativas de despejos e até hoje as famílias esperam a imissão de posse, pois mesmo após o INCRA ter reconhecido como uma área improdutivo os proprietários sempre recorreram e anularam o processo. Atualmente, com 11 anos, são 277 famílias que moram e produzem na área e cobram a solução definitiva. Nessa fase se destacaram vários jovens, como por exemplo, Reginaldo Almeida de Jesus, com 24 anos; Dilma Lima dos Santos, com 27 anos e Gislene dos Santos Reis (15 anos), acampada que representa Sergipe na Direção Nacional do MST.

Na verdade, a história do MST em Sergipe foi construída desde seu início (em 1985) pelos jovens oriundos do sul e do sudeste e jovens sergipanos ligados ao pólo sindical e a Diocese de Propriá. Ao longo da história, a ação dos jovens, militantes e lideranças, no MST foi e é imprescindível para a sua organização e sua inserção na sociedade.

Gislene, além de ser filha de acampada, também é acampada na Tingui e será objeto de discussão no próximo capítulo. Já Reginaldo, que entrou no MST em 1993, com 20 anos, admite que uma das lutas mais importantes que ele participou no MST foi a da Tingui.

No final de 1997 e início de 1998, o movimento avança em direção a Região Agreste⁶⁸, fazendo ocupações nos municípios de Simão Dias: Faz. Quinguimbe-Floresta (assentamento 08 de Outubro); Fazenda Logoa da Mata (Carlos Lamarca); Fazenda Piranhas (assentamento 27 de

⁶⁸ Até 1997, o MST de Sergipe estava organizado em três regionais: Sertão (semi-árido), Norte (litoral Norte e Vale do Cotinguiba) e Sul (litoral Sul e parte do Centro Sul). Como crescimento geográfico e numérico do Movimento, a Direção Estadual decidiu criar mais duas regionais: a Agreste (do semi-árido ao centro Sul) e a Metropolitana (municípios da Grande Aracaju).

outubro); no município de Lagarto: faz. Tapera do Nico (Assentamento Tapera); fazenda Moreira (assentamento Antônio Conselheiro); no município de Mancambira: fazenda Quixaba (Assentamento Zumbi dos Palmares); e no município de Carira: Fazenda Chico Uruçu (assentamento Carlos Prestes), dentro outros.

O grupo de militantes que assumiu essa tarefa de organizar a Regional Agreste de Sergipe era muito jovem. Nesse período, fui⁶⁹ designado pela Direção Estadual para articular as áreas já existentes, dentre estas: fazenda Ilha, hoje assentamento 22 de Novembro no município de Lagarto; fazenda Brejinho, hoje assentamento Vaza Barris no município de Pinhão; a fazenda Curimatá, hoje assentamento Antonio Conselheiro II no município de Paripiranga – BA, além do acampamento Riachão do Macedo em Salgado. Éramos, basicamente, Antonio José Flamarion de Carvalho Deda; Edilson Curvelo de Santana, com 27 anos; Valdo de Jesus Santos, com 24 anos; eu, Esmeraldo Leal dos Santos, com 24 anos e mais alguns jovens com menos de 18 anos como José Domingos dos Santos, conhecido como Mingo (14 anos), Rosivaldo dos Santos, conhecido como De Menor (15 anos), dentre outros.

Em 1998, a nova Regional Agreste avançou significativamente em termos de ocupações. Nesse ano foram ocupadas as fazendas: Canudos, no município de Pedra Mole, que após uma série de despejos, e as famílias passarem por vários outros acampamentos, foi reocupada e hoje é o Assentamento São José da Quixabeira; Fazenda Alagoas/Soberana, no município de Pinhão, esta, após alguns despejos mudaram para outras áreas, porém, foi reocupada e hoje é um acampamento com mais de 100 famílias; Fazenda Chico Uruçu, no município de Carira, após a conquista passou a ser chamado Assentamento Edimilson de Oliveira, em homenagem a um dos militantes assassinados; Fazenda Mussurepe II, no município de Lagarto, hoje assentamento Mussurepe; Fazenda; Fazenda Porções, no município de Simão Dias, hoje é o assentamento Maria Bonita; dentre outras.

Além das lideranças acima citadas, vários outros jovens despontaram, como: Josilene de Santana, com 21 anos, Sandra Oliveira Santos, com 26 anos, Degilvan Moura de Oliveira, com 19 anos, etc.

Em 1999, houve várias lutas, em todo o Estado de Sergipe, que chamaram a atenção. Citaremos alguns exemplos por regional, como: Regional Norte - Fazenda Bela Vista, no

⁶⁹ Apesar de participar do MST desde 1993, foi somente em 1997 que me afastei das tarefas da Secretária Estadual e do Setor de Educação para me dedicar efetivamente ao Setor de Frente de Massa e assumir o papel de Dirigente Regional Agreste.

município de Santana do São Francisco; Regional Agreste - Fazenda São Cristóvão, no município de Carira; Regional Sul - Fazenda Araçás, no município de Estância; Regional Sertão – Fazenda Cajueiro, no município de Poço Redondo.

No segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, o tratamento dado à reforma agrária foi a de “questão já resolvida” ou de “fórmula atrasada de desenvolvimento”, já os movimentos sociais que lutavam por reforma agrária foram tratados como caso de polícia e, portanto deveriam ser criminalizados. Para isso criou uma série de medidas que visava bloquear as lutas dos trabalhadores sem terra e convencer a sociedade que não havia mais problemas no campo, tais como: o Cadastro nos Correios, que convencia os trabalhadores a não passar pelas dificuldades da lona preta e a não se expor aos riscos de violência; suspensão da distribuição das cestas básicas para os acampamentos, sob a justificativa que só servia para fomentar novas ocupações; firmou com o Banco Mundial parcerias para implementar as políticas de reforma agrária de mercado; intensificou o uso de instrumentos de propagandas que falavam de cancelas aberta para uma reforma agrária passiva; criou a Medida Provisória 2.186-56 de 24 de agosto de 2001, que continha no seu artigo 2º A, Parágrafo 6º a proibição de ocupação de terras e, que, dentre outras coisas, suspendia a vistoria por dois anos das terras ocupadas ou em situações de constrangimento dos proprietários que interferisse na produtividade da propriedade.

Essas medidas, dentre várias outras, criaram um problema sério para os movimentos sociais do campo, inclusive o MST, pois além de colocar a opinião pública contra, desanimava os militantes e assustava os trabalhadores. Como isso, aconteceu temporariamente o refluxo das lutas e uma mudança drástica na forma de organizar os acampamentos. Em muitos Estados, inclusive em Sergipe, o MST continuou mantendo as ocupações dentro das propriedades na tentativa de questionar a MP 2.185-56, porém após algumas “derrotas” passou a utilizar outras estratégias para driblá-la e continuar com os acampamentos; eram as chamadas “ocupações nas rodovias”.

Essa nova estratégia mudou a configuração das ocupações e dos acampamentos. As ocupações passaram a ser nas rodovias federais, estaduais, municipais e em propriedades que não estavam no alvo das desapropriações. Com isso, o número de famílias nas ocupações aumentava e a quantidade de áreas solicitadas também aumentava. Passou a ser comum um acampamento reivindicar mais de cinco áreas para atender as famílias acampadas. Exemplos dessas novas

formas de luta foram os acampamentos Maribondo, no município de Simão Dias e Geraldo Garcia, no município Estância.

O primeiro aconteceu em 2000 e reuniu mais de 600 famílias, após um ato público na frente dos correios para exigir cadastramento das famílias sem terra. Nesse ato, a agência dos correios assumiu publicamente não ter formulários de inscrições mesmo após meses de divulgação nos meios de comunicação. Após o ato público foi montando um acampamento nas ruínas de um antigo hotel fazenda e um dia depois, uma comissão foi ao INCRA reivindicar vistoria em 12 áreas nos Estado da Bahia e Sergipe para atender a todas as famílias. Esse acampamento, meses depois, mudou para a fazenda Rio dos Negros e, após despejo, foi para a rodovia estadual que dá acesso a sede do município. Foram anos de lutas e de tentativas frustradas, porém hoje, são 35 famílias assentadas no PA Belo Monte (2005); 27 famílias assentadas no PA Zumbi (2006); 87 assentadas no PA Novo Maribondo (2006); 10 famílias assentadas no Tiago Soares (2006); 25 assentadas no Canaã (2007); além de dezenas espalhados em vários outros acampamentos (Santa Maria, Barra I e II, ambos na Bahia e José Ireno da Silva e Betânia, ambos em Sergipe).

No ano de 2000, uma das principais ocupações foi a da fazenda Carafbas, entre os municípios de Japoatã e Japarutuba. Foi considerada assim porque estar situada na região da cana-de-açúcar do estado de Sergipe, por ser propriedade de um dos maiores grupos canavieiros do Brasil (SERAGRO - Pessoa de Queiros), por ter uma parte com plantio de cana. A área foi ocupada por 370 famílias de vários municípios de Sergipe, muitos deles ex-cortadores de cana das usinas da região. Poucos meses depois da ocupação, as famílias foram despejadas e montaram o acampamento no povoado Câmaras, porém em 2001 reocuparam a área, iniciaram o plantio coletivo e a construção de infra-estruturas coletiva. Nesse mesmo ano, um grupo de pistoleiros tentou despejar as famílias e foram surpreendidos com uma contra ofensiva, onde os acampados cercaram os pistoleiros, tomaram as armas e levaram para a delegacia do município. Após vários confrontos e ameaças, as famílias conquistariam definitivamente a fazenda que se encontra em processo de pré-seleção das famílias.

Um dos líderes da ocupação e dirigente regional do MST, Félix Urgino Santos, tinha 36 anos, mas destaca com veemência o papel da juventude durante o processo de luta para a conquista da fazenda.

Contávamos com um número significativo de jovens e eles ajudam bastante desde a organização da ocupação até a conquista da fazenda. Essa turma [os jovens] ajudava a dar mística e alegria na área, principalmente nos momentos de tensão. O radicalismo deles ajudou na resistência de todo o acampamento (Felix atualmente faz parte da Direção Estadual e é assentado no P. A. Caraíbas).

Em 2002, 700 famílias montaram um acampamento na BR 101 para reivindicar as fazendas Morgânia e Vera Cruz, porém, além dessas, conquistaram as fazendas Alto Limpo (hoje assentamento 17 de Abril, com 30 famílias), Capivara (hoje assentamento Caio Prado, com 80 famílias), que têm 87 famílias prestes a conquistar a fazenda Berta Grande, sem falar de muitas outras espalhadas em diversos assentamentos e acampamentos da Região Sul do Estado.

Os acampamentos também mudaram sua configuração. Como o ambiente mudou, também mudaram as formas de participação das famílias e dos jovens. O fato de estarem acampados fora das áreas reivindicadas acaba dificultando os espaços de produção e de lazer, além disso, devido ao trânsito das rodovias, se tornam áreas de riscos para os filhos. Isso tem implicações no nosso trabalho, porque se de um lado a realidade geral dos acampamentos do Estado de Sergipe é essa, por outro lado escolhemos como espaço de observação do nosso trabalho o acampamento Tingui, que já tem mais de dez anos dentro da propriedade, morando, produzindo e construindo os espaços da juventude.

Em 2007, aconteceu um avanço significativo na região da Bahia que é acompanhado pelo MST de Sergipe, principalmente nos municípios de Itapicuru e Rio Real. Foram mais de 500 famílias acampadas em diversas fazendas e rodovias. Nesse mesmo ano, no estado de Sergipe, uma das principais mobilizações foi a segunda ocupação do Projeto Platô de Neópolis, em junho de 2007, com 400 famílias.

Nesses últimos 10 anos⁷⁰, o MST de Sergipe ocupou diversas fazendas no Estado de Sergipe e nos municípios baianos que fazem divisas com Sergipe. Também vários jovens despontaram como lideranças. Houve um grande processo de massificação e de distribuição pelas diversas cidades do Estado.

Hoje o MST de Sergipe conta com mais de 13 mil famílias acampadas, em mais de 120 acampamentos e mais de 8 mil famílias assentadas, em mais de 140 assentamentos⁷¹. Tem uma

⁷⁰ Optei em não resgatar, mesmo que resumidamente, a história dos últimos 10 anos de conflitos para não perder de vista meu objeto central dessa pesquisa, ou seja, o jovem Sem Terra no seu cotidiano.

⁷¹ Segundo dados do MST (2008) confirmado pelo INCRA.

direção⁷² formada por 41 dirigentes, sendo 05 entre 15 a 24 anos, 14 entre 25 a 35 anos e 22 entre 36 e 60 anos⁷³. Essa é a direção mais velha do MST em Sergipe, apesar da maioria dos dirigentes assumirem a direção com menos de 24 anos⁷⁴. A média de idade da primeira direção (1985) era de 22 anos; no início da década de 1990 a média de idade da direção era de 25 anos; já no início da década de 2000 a média de idade subiu para 28 anos.

Como vimos, a juventude tem presença marcante na vida política do MST. Ao longo da sua história nacional e local, constatamos que o número de jovens que contribuíram com a construção do movimento foi muito maior do que o próprio MST catalogou. De acordo com um dos últimos documentos formulados para reflexão no Grupo de Estudos Nacional - GEA⁷⁵:

Ao olharmos para o Brasil, em geral quando debatemos temáticas relativas ao acúmulo de forças no interior das lutas sociais, pouco tem sido debatido e é definido sobre o papel da juventude para a construção do Projeto Popular⁷⁶, o que implica pouca participação da juventude em geral, nas lutas, como sujeitos da mudança pela qual caminhamos.⁷⁷

É bem verdade que após esse documento, muita coisa já se formulou sobre juventude no MST. Foram vários os seminários nacionais do MST e da Via Campesina para discutir o papel do jovem nas organizações do campo. O que chamo atenção é para discussão “tardia” que o MST trava com os jovens e sobre esses jovens. E mesmo assim, incorre no erro de reproduzir alguns conceitos em volga na sociedade segundo o qual os jovens são tratados como “problemas”, que são passivamente vítimas da “ofensiva da globalização”, ou como público estratégico para o futuro do MST. O mesmo documento faz uma ressalva com relação a essa visão do jovem “futuro”:

⁷² Direção eleita em 2006, com mandato de dois anos.

⁷³ Questionário aplicado a atual Direção Estadual do MST de Sergipe. Válido para ilustrar a média das idades atuais.

⁷⁴ Em pesquisas sobre as composições das direções estaduais do MST de Sergipe, verificamos a média de idade atual tem aumentado. Porém constatamos um tempo maior de participação dessa direção nessa instância estadual.

⁷⁵ O GEA foi criado em 1995, em função do novo processo de reorganização interna do MST. Com a organização em torno dos Núcleos de Famílias e das Brigadas, possibilitou uma participação cada vez maior das mulheres nas instâncias de poder e um aumento do número de membros nas direções. Esse número maior nas direções implicou numa dificuldade de mobilidade nas reuniões para discutir questões emergenciais (conjunturais). O GEA acabou sendo o grupo com condições de se reunir mais freqüentemente, para estudos e para avaliações rápidas da conjuntura.

⁷⁶ Nos últimos anos o MST e outras organizações sociais brasileiras têm se detido na discussão de um projeto popular para o Brasil, que dentre outras coisas teria a reforma agrária como prioridade.

⁷⁷ Documento impresso, intitulado: Um Olhar sobre a Juventude: Elementos para reflexão no GEA-Nacional.

(...) não podemos pensar a juventude como aqueles que vão conduzir o futuro, mas como os que vivem e sentem as mazelas do presente causadas pelo capital, sentindo-se provocados a agir como sujeitos que necessitam assumir seu papel histórico.⁷⁸

⁷⁸ Um Olhar sobre a Juventude, pagina 3 (impresso).

TERCEIRO CAPÍTULO

História das juventudes e juventudes na história.

Esse capítulo dedica-se à reconstrução simplificada da história do acampamento Tingui e do assentamento Moacir Wanderley, tendo em vista a atuação de jovens nessas histórias. Ressaltamos, contudo, que essa análise configura-se um pano de fundo para a tentativa de apreendermos o processo de identificação desses jovens com as ideais e o cotidiano do MST.

I - História Oral de Vida – um instrumento metodológico:

Antes de mais nada precisamos esclarecer que essa reconstituição do processo de identificação tem como via principal a história oral. Isto é, não impomos uma história mesmo porque esta ainda não faz parte da historiografia; a questão aqui é deixar que os atores reais da história operem essa reconstituição e no mesmo passo possibilitem que percebamos as motivações dessa ação.

Por conseguinte, a fim de manter uma coerência com a concepção de identificação discutida nos capítulos anteriores, adotaremos, como recurso metodológico, a relação indissociável apresentada por Odete Pinheiro (2004) entre entrevistas, observação participante e práticas discursivas. Segundo essa autora:

... a entrevista como prática discursiva, ou seja, entendê-la como ação (interação) situada e contextualiza, por meio da qual se produzem sentidos e constroem da realidade. (...) Esta relação se dá em um certo contexto, numa relação constantemente negociada. (...) O termo negociação é encontrado em Davies e Harré ao se referirem ao conceito de posicionamento definido como 'um processo discursivo, através do qual os selves são situados numa conversação como participantes observáveis, subjetivamente coerentes em linhas de história conjuntamente produzidas' (PINHEIRO, 2004:186).

Essa interação é ainda mais evidente quando o pesquisador é, também, o pesquisado. Isto é, os jovens que entrevistei e observei são os meus “companheiros” de luta e de militância no MST, participei das histórias que são por eles contadas, contribuí na produção dos sentidos das ações realizadas. Por conseguinte, eu tenho uma compreensão não apenas prévia do meu objeto de estudo, mas também me coloco diretamente numa relação sujeito/objeto da pesquisa.

Por isso, pretendemos evitar noções e avaliações prévias, isto é, antecipar a pesquisa propriamente dita. Ao contrário, visamos compreender os sentidos construídos entre o sujeito pesquisado e o pesquisador na interação social.

Essa opção pela construção recíproca dos sentidos para os sujeitos envolvidos em uma interação social só poderá ser firmada se estiver entrelaçada a uma visão de história como um processo dinâmico, que está no passado, faz parte do presente e constrói o futuro. Os sujeitos de nossa pesquisa estão construindo um questionamento à história “oficial”, que segundo o historiador inglês E. P. Thompson⁷⁹, tem servido como um instrumento ideológico a serviço das classes dominantes. Dessa forma, a história deve enxergar as “gentes comuns”, os trabalhadores e deve englobar vencedores e vencidos, sendo o povo seu protagonista. Também não pode ser vista de uma forma fria, datada e fragmentada, mas como um processo vivo, pulsante e cheio de contradições.

Por conseguinte, optamos pelo instrumento metodológico da História Oral de Vida, no qual o entrevistado (jovem, formador ou liderança) é o sujeito principal. Como o nosso público principal é o jovem Sem Terra, vale ressaltar que esse tipo de história não é exclusivo dos “velhos”. Vejamos o que diz Meihy:

Em relação aos critérios da história de vida, deve-se ter claro que não são apenas os velhos que detêm o monopólio do contar. Atualmente há importantes trabalhos sobre narrativas de crianças, adolescente de jovens (MEIHY, 1996:39).

Com essas entrevistas, pretendemos produzir documentos e interpretações a partir da memória⁸⁰ dos sujeitos, que ajudem a entender como o ambiente formador dos acampamentos e assentamentos e das lutas do MST interfere na vida dos jovens, provocando mudanças de

⁷⁹ Muito bem destacado já na introdução de sua obra: “As Peculiaridades dos Ingleses”.

⁸⁰ Destacamos que o termo *memória* não pode ser visto como um sinônimo do termo *história* (tradicional), pois segundo Halbwachs: “história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocupam o maior espaço na memória dos homens”(1990:80).

posturas frente à determinadas situações do cotidiano, questionando a realidade social. Como destaca Maria Neide Sobral (2006: 27): “(...) suas memórias constituem conteúdos político-ideológicos que revelam os laços de identidade do grupo social ao qual pertencem ou pertenceram”, motivando-os para tomada de decisões coletivas. Ainda segundo Marilda Menezes:

Tomando como referência essas perspectivas, o estudo da memória de homens e mulheres em família de camponeses contribui teoricamente para a compreensão de suas identidades (MENEZES, 2004:58/59).

Com isso, ao registrarmos as memórias desses sujeitos estamos “dando” voz aos jovens, uma vez que até mesmo seus “silêncios”, suas “omissões”, suas “memórias subterrâneas”, como diria Pollak (2002) serão levadas em conta.

Essas entrevistas, entretanto, não podem ser vistas como um interrogatório, no qual o pesquisador suga das “fontes” para montar seu quebra-cabeças. Ao contrário, a entrevista deve ser vista como um aprendizado mútuo, como “um diálogo, e não como uma inquirição”. Dessa forma, destaca Gattaz:

(...) algum tipo de mutualidade deve ser estabelecida, quebrando os papéis tradicionais de ‘observador’ e ‘observado’ e fazendo com que os dois sujeitos interagentes atuem conjuntamente (GATTAZ, 1996:261).

Marilda A. Menezes enriquece ainda mais essa afirmativa, quando destaca que:

A entrevista é apenas um momento da prática de pesquisa e não se orienta por procedimentos pré-fixados e rígidos, mas trata-se de um espaço de interação entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que se negociam saberes, práticas e interesses (MENEZES, 2005:23-36).

Nesse diálogo, intencionamos conhecer a história dos atores, observar seu cotidiano no acampamento, no assentamento e nos atos públicos do MST e analisar o lugar de cada um nesse processo. Entretanto, entendemos que nesse contato o indivíduo não está separado do coletivo. Queremos, com isso, ressaltar que a memória não pode ser vista apenas como um fenômeno individual. Conforme destaca Pollak:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuação, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992:201).

Camargo, ao fazer uma relação entre a história oral e a política reafirma esse entrelaçamento entre o público e o privado:

A dialética do público e do privado também é relevante. Porque nós achamos que a História Oral talvez seja o instrumento mais poderoso para atender esta estranha cumplicidade que a política produz com extrema competência, que é a capacidade de transformar, como se fosse um forno ou uma usina, o interesse privado em interesse público, e vice-versa (CAMARGO, 1994:90).

Esses processos de entrevista/diálogo aconteceram, prioritariamente, nos espaços de formação, no acampamento e no assentamento já delimitado, ambos situados na Região Metropolitana⁸¹, porém não se restringiram a esses espaços. Pois, estão situados numa das regionais mais “dinâmicas” do Estado de Sergipe e, parte desses jovens ajuda na organização da regional, nas marchas e nos atos políticos.

Dessa maneira, a “observação participante” deve se somar à história oral. Já que, a narrativa produzida na entrevista é contextualizada pela interação entre pesquisador e entrevistado e não permite, muitas vezes, compreender eventos e discursos produzidos no cotidiano dos cursos, dos acampamentos e das ocupações. Como se sabe a entrevista, por mais “leve” e informal que seja, é uma situação de produção de um determinado discurso de si para o outro.

Acompanhar os jovens no seu ambiente, por conseguinte, ajudará no resultado da pesquisa. Contudo, isso não quer dizer que os comportamentos observados num determinado ambiente correspondam fielmente ao comportamento “natural” do indivíduo. O comportamento pode variar devido à presença: dos parentes, dos mais velhos, dos dirigentes, dos subordinados, do estranho e, não poderia ser diferente, do próprio entrevistador. Erving Goffman, nos alerta para a possibilidade de falsa “expressividade do indivíduo”. Em suas palavras:

⁸¹ O MST de Sergipe dividiu o Estado em cinco grandes regionais: Agreste, Sertão, Sul, Norte e Metropolitana, sendo que, esta última, engloba a capital (Aracaju), tem bastantes conflitos e é uma das mais promissoras em termos de potencial expansivo.

O indivíduo evidentemente transmite informações falsas intencionalmente por meios de ambos estes tipos de comunicação [através dos símbolos verbais e seus substitutos ou através do sentido tradicional e escrito], o primeiro implica em fraude, o segundo em dissimulação (GOFFMAN, 1985:12).

No caso específico dessa pesquisa, percebemos que os atores que selecionamos para entrevistar apresentaram essa preocupação em construir uma auto-imagem de si mesmo que fosse irrepreensível⁸². Também percebemos que alguns, principalmente Josivaldo da Cruz (Bilisco) e Josivan da Cruz (Nego), mostraram-se tímidos e temerosos com a fala, com a articulação das respostas, com um discurso acentuadamente sintético. Contudo, quando sabiam que a conversa não estava sendo gravada, assumiam uma postura muito mais “à vontade”, falavam com mais desenvoltura, colocavam-se mais no discurso como sujeitos ativos do processo.

É possível que uma das explicações para essa dupla atitude seja porque o entrevistador em questão, eu (Esmeraldo), seja “companheiro de luta” e participante da história de vida dos entrevistados. Inclusive um destes antes de iniciar a entrevista falou: “É difícil ser entrevistado por você. Não dá pra gente enfeitar porque você conhece toda a história” (Entrevista com André Carlos dos Santos).

Sendo assim, as possibilidades de acrescentar ou retirar possíveis elementos que lhe sejam inconvenientes são diminuídas, mas de forma alguma impediu que “meus companheiros” no lugar de entrevistados por mim que estou na posição de liderança do movimento e de pesquisador, tentassem e conseguissem maquiagem a história por eles contada. Essa maquiagem, parece-nos, é revelada por um discurso contido, curto e cauteloso que, inclusive, dificultou o nosso trabalho de análise e reconstrução de suas histórias de vida.

Assumimos que essa preocupação com uma reconstrução coerente da história de vida nos perseguiu tanto nas entrevistas quanto na escrita do trabalho. Ou seja, a análise da construção de identidade dos jovens Sem Terra com o MST pressupõe, principalmente, a seleção da atuação de alguns desses jovens nos processos de luta do MST. Na verdade, a própria história do MST é reconstruída tendo como base a história de vida dos indivíduos que participaram de sua construção.

Ressaltamos, porém, que temos consciência da crítica de Bourdieu formulada na expressão “a ilusão biográfica” segundo a qual se pressupõe que a biografia seria uma trajetória

⁸² Alguns entrevistados admitiram estarem apreensivos com as gravações. Um deles, nos bastidores, reclamou bastante da falta de acesso dos jovens aos espaços de decisão da associação do Quissamã, mas se “omitiu” durante as gravações.

linear, com um sentido inteligível por si mesmo. Para Bourdieu, esse sentido é forjado, caracteriza a atitude do autobiógrafo e também do investigador de dar uma lógica retrospectiva e prospectiva, com coerência e constância à sua história, selecionando os fatos que lhes sejam mais “agradáveis”. Mesmo porque não existe efetivamente uma individualidade, uma “identidade da personalidade” estruturada como biografia que possua uma trajetória auto-referente. Escreve:

Em outras palavras, ele só pode atestar a identidade da personalidade, como individualidade socialmente constituída, à custa de uma formidável abstração. (...) Eis o que evoca o uso inabitual que Proust faz do nome próprio precedido do artigo definido (‘o Swann de Buckingham Palace, a Albertine de então’, ‘a Albertine encapotada dos dias de chuva’), rodeio complexo pelo qual se anunciam ao mesmo tempo a ‘súbita revelação de um sujeito fracionado, múltiplo’ e a permanência para além da pluralidade dos mundos da identidade socialmente determinada pelo nome próprio (BOURDIEU, 1996: 187).

Isto significa que a trajetória de vida dos agentes é variada e múltipla, depende da série de posições que o indivíduo ocupa no espaço social, sendo este por sua vez sujeito à transformações (Bourdieu, 1996: 189). Então não existe uma história de vida individual e nem muito menos linear. Essa concepção de Bourdieu nos lembra de Hall que defende a identidade como construção social e como posicionamento que o agente assume nas diversas situações sociais. Nas suas palavras:

Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’ (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos (HALL, 2005:112).

Tentamos incorporar esse aprendizado de Bourdieu e de Hall nesse trabalho. Exemplo dessa tentativa seria o fato de que nossos entrevistados em sua maioria ocuparam ou ocupam diversas posições no espaço social que atuam (no MST). Essas posições contribuem para o processo identificatório do indivíduo, para a elaboração e alteração do seu discurso, de sua auto-representação, etc. Notamos que as lideranças estabeleciam uma relação entre a realidade local, nos seus aspectos positiva ou negativa e as questões gerais internas e externas. Da mesma forma, os jovens quando respondiam às questões relacionadas ao sentimento de pertença ao MST, faziam referência às atividades que estavam participando no momento ou às experiências mais

recentes, dentre estas, organização do acampamento/assentamento, curso, encontro, mobilização, etc.

Aprendemos, portanto, com esses estudiosos que devemos tomar cuidado com o tipo de que o pesquisador deve ter ao fazer observações, entrevistas, questionários, nos trabalhos de campo. Além disso, nenhum procedimento metodológico se esgota em si mesmo.

II - As histórias na história: Primeira ocupação da fazenda Tingui:

A fazenda Tingui foi ocupada duas vezes pelo MST. A primeira ocupação ocorreu em 11 de maio de 1989, com cerca de 200 famílias⁸³; destacaremos duas de suas principais particularidades: seu despejo violento e a presença maciça de jovens militantes entre seus organizadores. Essa rápida “reconstituição” se baseará nos relatos dos principais envolvidos no conflito, dentre os quais: militantes sem terra, militares, estudiosos, panfletos e matéria de jornais.

A fazenda Tingui, localizada entre os municípios de Malhador, Riachuelo e Santa Rosa de Lima, à 25 km de Aracaju. Com 2.027 há de terra, foi ocupada, pela primeira vez em 1989 e logo depois foram despejados violentamente. Porém, em 1997 ela foi ocupada pela segunda vez e até o momento e, como veremos posteriormente, se encontram acampadas 277 famílias sem solução definitiva. A área já dispunha do Decreto de Desapropriação, datado de 14 de julho de 1987, sob o número 94.614 e da imissão de posse, ocorrida no dia 21 de setembro do mesmo ano. Apesar disso, a fazenda estava e está “*sub júdice*”, pois, os herdeiros do espólio de Ariosvaldo Barreto, recorreram à Justiça Federal, pedindo anulação da “... desapropriação, conforme processo 12.779” (MAGNO, 1996:47). Esse procedimento jurídico foi reutilizado outras vezes para inviabilizar a liberação definitiva da área para reforma agrária.

A primeira ocupação da fazenda Tingui foi organizada por um grupo de militantes cuja média de idade era de pouco mais de 20 anos. Estes, em sua maioria, já eram coordenadores dos diversos acampamentos já organizados no Estado de Sergipe e, alguns deles fizeram parte do grupo que ajudou nas primeiras ocupações do MST no Nordeste. A maioria deles participou da bem sucedida ocupação da fazenda Cruiri (já relatada no capítulo anterior). Portanto, eram jovens

⁸³ Há uma divergência quanto ao número exato de ocupantes. Os jornais falam de 200 famílias (Jornal de Sergipe, 13/05/89) e os Sem Terras entrevistados afirmam que havia em torno de 150 famílias.

que já tinham experiência de luta e eram agentes articuladores. Vejamos, através dos jornais da época, como fica clara a presença dos jovens:

Quatro pessoas foram detidas sobre a acusação de serem ‘cabeças da invasão’: Dimas Pereira, 24 anos – Natural de Minas Gerais, João Somariva Daniel, 21 anos – natural de Santa Catarina, José Roberto da Silva, 22 anos – natural de Pacatuba, Sergipe. [O jornal não cita a quarta presa, que seria: Zenaide Frades, de 21 anos] (JORNAL DE SERGIPE, 13/05/89).

Além das experiências de luta, destacamos que todos esses jovens fizeram cursos de formação do MST nos quais o aprendizado geral sobre o que seria o MST, seus objetivos, suas práticas sociais e políticas de ocupação, manifestações públicas, negociações com instituições bem como suas formas diversas de mobilização de pessoas para a luta comum por terra, como a mística e as reuniões de base, constituiu e constitui, normalmente, uma prática preliminar à coordenação de ocupações. É nesse sentido que destacamos a importância dos cursos de formação para o processo de identificação dos jovens com o MST, mas enquanto constitutivo de uma prática mais ampla e profunda que é o cotidiano formador do MST, sobre o qual falamos nos capítulos anteriores.

Para corroborar essa discussão, citaremos o jovem João Daniel, participante do primeiro curso nacional de formadores de 1986, que recebeu as orientações básicas para mobilizar trabalhadores rurais sem-terras e organizar ocupações⁸⁴. Ele reconhece a importância do curso, mas destaca que a formação só faz sentido se somado a uma prática militante.

Particpei de um curso nacional ministrado por várias lideranças políticas e religiosas. Mas o que me fez compreender a importância do MST e como eu me identificava com sua luta, foram as minhas ações como militante em Santa Catarina e depois no nordeste, fazendo ocupação, reunião de base, manifestação, enfim, sendo sem terra, sendo MST (João Daniel).

⁸⁴ Nos relatos dos militantes e nas observações dos cursos constatamos que a formação política oferecida pelo MST sempre esteve veiculada a prática. Segundo Nelci da Silva, que com 16 anos de idade fez parte do primeiro curso prolongado de Sergipe, no Quissamã, “a teoria que aprendemos só fazia sentido quando aplicamos na prática. Era esse o sentido do curso do Curso Prolongado Integrado à Produção”.

Esse recorte do discurso de Daniel nos faz lembrar da idéia de Thompson segundo a qual são as lutas cotidianamente travadas entre os homens, enquanto pensam e agem, que engendram os grupos e experiências sociais. Conforme o autor:

Mas a questão que temos imediatamente a nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontecem a eles e a seu mundo (THOMPSON, 1981:16).

Voltando à Tinguí. De acordo com as entrevistas realizadas, havia dificuldades estruturais para a efetivação da ocupação, como por exemplo: era uma noite de muita chuva, o rio transbordou e impossibilitou o acesso dos caminhões ao local previamente escolhido para montar o acampamento. Contudo, a ocupação foi realizada por cerca 150 famílias de sem terra.

Ainda segundo os entrevistados, essa ocupação era caracterizada por “certo clima” de tranquilidade entre os ocupantes da fazenda em virtude, principalmente, da recepção aparentemente positiva de membros do governo e do destaque em pelo menos um canal de TV local (TV Sergipe).

Conforme destaca Anilson Gonsalves da Silva, que na ocasião da ocupação tinha apenas 21 anos, hoje é assentado no PA Moacir Wanderley : “(...) tiramos uma comissão para ir à Aracaju, a fim de negociar alimentação e impedir que a polícia fosse lá para fazer o despejo”. Estavam nessa comissão, os sem terra: Guido Preto, Dilei, Anilson, dentre outros. Tiveram audiência com o então Superintendente do INCRA, Dr. Manoel Hora; com o Secretário de Agricultura, Dr. Paulo Viana; e com a representante da Legião Brasileira de Assistência - LBA. Nessas audiências, a comissão, além de uma Kombi de alimentos e de lonas, também retornou com a garantia de que não haveria despejo. Porém, segundo observou João Daniel, havia toda uma estratégia do Governo do Estado: “A estratégia foi deixar o Secretário de Agricultura negociar, mas foi preparado um plano de repressão, de despejo”, pois, no momento em que o pessoal negociava, já havia viaturas da polícia circulando na região do acampamento.

Para reforçar essa confiança, integrantes do fórum de apoio à luta do campo⁸⁵, criado a partir da ocupação da fazenda Cruiri, estiveram no local (na fazenda Tingui) com o objetivo de contribuir político e juridicamente na ocupação.

De acordo com as entrevistas e documentos, essa conjuntura favorável à ocupação e à negociação resultou em um maior “relaxamento” na vigília da ocupação a ponto de se liberar parte da equipe de segurança. O militante Eliseu José dos Nascimento, conhecido como Fofão, tinha 24 anos, e foi um dos poucos que ficaram de vigília, segundo ele atesta: “(...) estava tudo muito escuro, muita chuva e não deu para a gente perceber os policiais de longe”.

Todavia, a despeito das expectativas contrárias, o despejo da fazenda Tingui ocorreu por volta da madrugada do segundo dia da ocupação. A ação estava sob o comando do então Major Pinto, e contava com aproximadamente 250 policiais, segundo os sem terra, e de 120 a 150 policiais, segundo o Coronel Vicente, mas, segundo o Jornal de Sergipe⁸⁶, em torno de 500 policiais.

De qualquer maneira, esse despejo foi marcado pela violência policial que ameaçou, torturou e prendeu militantes do MST que julgaram ser os líderes da ocupação. Um dos torturados fisicamente, João Daniel, foi obrigado a deitar no chão e a carregar um saco de 60k nas costas bem como teve seu pescoço pisoteado. De acordo com Dimas:

(...) depois que chegamos todos nesse local, eles queriam nos levar sem Daniel, mas nós exigimos que libertassem Daniel. Foi nesse ato de protesto, que eu, José Roberto e Zenaide, fomos identificados como lideranças do grupo. Logo eles partiram pra cima de nós e colocaram umas lanças de fuzis. Foi um desespero total. Como estávamos todos dispersos e desesperados, de forma muito sutil, eles nos pegaram sem que os companheiros percebessem, em poucos segundos, eles nos jogaram dentro de um camburão. Eu lembro que me deram um chute na canela que ficou inchada por vários dias (Dimas Pereira de Melo tinha 24 anos quando ajudou na ocupação da Fazenda Tingui e hoje é assentado no Estado do Espírito Santo).

Segundo Anilson:

⁸⁵ Esse Fórum contava com representante de várias entidades de luta de Aracaju. Era o Comitê de Apoio Permanente à Luta dos Trabalhadores Rurais. Participavam desse comitê: sindicalistas, professores universitários, advogados, políticos e outros.

⁸⁶ Jornal escrito de circulação estadual.

A maioria eram homens (...), mas também mulheres, em torno de 25 a 30 mulheres, e crianças, cerca de 40, de todas as idades. Eu me lembro que tinha um recém-nascido e tinham outras crianças numa média de 06 a 10 anos (Anilson).

Nesse quadro de despejo, destacamos dois aspectos fundamentais. O primeiro é o fato de que esse foi considerado, pelo MST, um dos despejos mais violentos da história do MST em Sergipe. Foi marcado pelo uso desproporcional da força militar contra mulheres, crianças e homens com ênfase na tortura física/psicológica e prisões⁸⁷; o segundo seria a concentração de jovens tanto entre os militantes quanto entre os demais sem terra. Relata “Fofão”:

Naquela época, os companheiros da direção [Direção Estadual do MST] e a turma que articulou a ocupação da Tingui era uma turma muito jovem. Eu, Daniel, Zenaide, Dimas, Zé Roberto, Guido, Zé Rainha era tudo jovem. Na direção não tinha ninguém com mais de 30 anos (Fofão).

Na avaliação desses jovens, o despejo da Tingui foi uma experiência muito positiva para o MST de Sergipe. Ficou claro que não dava para subestimar os usineiros e o Movimento precisava acumular mais força para avançar na região canavieira. A estratégia foi priorizar as ações em outras regiões e organizar os novos assentamentos para ter uma base de apoio para fortalecimento do MST.

Nesse período, muitos desses jovens se assentaram, continuaram colaborando na luta em outros Estados ou retornaram para seus Estados de origem. Zé Roberto se assentou no Ivan Ribeiro, Guido se assentou no Monte Santo, João Daniel foi para o Estado do Mato Grosso do Sul, etc. Vejamos a trajetória de Dimas:

⁸⁷ De acordo com entrevistas e matérias de jornais, quatro jovens militantes foram presos na Delegacia de Riachuelo e foram apresentados à imprensa como “forasteiros e terroristas”. Posteriormente foram transferidos para a Penitenciária de Nossa Senhora da Glória até serem libertados no dia 17 de maio de 1989, após a pressão popular dos Sem Terra, da Igreja, da OAB, da UFS e de políticos do PT. “(...) de 15 a 17 [maio] foi ocupado a Delegacia Regional do INCRA. Se reivindicando que os 04 lavradores presos fossem soltos e emissão de posse da Fazenda Tingui”. (Relatório Descritivo Semestral, p. 01 (impresso)).

Depois da liberdade fui deslocado para ajudar na construção do MST em vários Estados do Nordeste: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, e Pará (Região Norte). Ainda em Pernambuco, conheci a minha companheira Joelma, militante do MST de Pernambuco. Nós casamos em 1991 e fomos deslocados para o Pará. Nesse estado, fomos presos, juntamente com mais 05 companheiros, em Marabá, durante 90 dias. Depois fomos deslocados para o Piauí, onde ficamos até junho de 1997. A família cresceu, tivemos dois filhos, e retornamos para o Espírito Santo que é a minha terra de origem, para ser assentado, ficar próximo a minha família e continuar nossa militância no Espírito Santo, já que no Nordeste já havia companheiros(as) com boas condições de continuar organizando o MST em seus Estados (Dimas).

Desse relato destacamos dois elementos. Quanto ao primeiro, parece-nos que o entrevistado deixou que suas experiências de vida, os acontecimentos que se ligaram uns aos outros, os percalços imprevisíveis fossem tecendo sua trajetória. Pois, se acaso sua interação com seus “companheiros” não tivesse logrado o resultado esperado: a construção do MST no Estado de Sergipe, talvez a frustração o tivesse feito desistir da “luta”, ou continuar em Sergipe, ou tantas outras possibilidades diferentes da que ele nos apresentou na sua rápida trajetória. Bourdieu faz uma discussão fundamental sobre essa idéia de “história de vida”:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto num metro sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos num espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (BOURDIEU,1996:189-190).

No que diz respeito ao segundo, o relato parece dar indícios de que mesmo com essa experiência difícil e “traumatizante” da primeira ocupação e despejo da fazenda Tingui, seus jovens militantes não recuaram dos seus anseios sociais e políticos, ao contrário, não apenas se mantiveram identificados com o MST (seu projeto de luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social), como muitos deles se colocaram à frente desse projeto como dirigentes.

Podemos encontrar explicações para isso em alguns elementos os quais analisamos nos capítulos anteriores, a exemplo da força motivadora que subjaz o cotidiano do MST que se convencionou chamar de mística. É bem verdade que está assume no contexto do Movimento um sentido bastante amplo que ultrapassa à *poiética* teatral que abre congressos, manifestações e

cursos. É propriamente o que alavanca a luta, o que une os indivíduos em torno dos mesmos anseios, o que imprime esperança à ação mesmo diante de derrotas ou expectativas frustrantes que caracterizam, inevitavelmente, o percurso histórico de todo movimento social.

Sobre isso fala Zé Roberto:

Participar e se manter militante do MST é muito difícil, principalmente porque colocamos nossa vida em risco, deixamos muitas vezes as nossas famílias, vivemos uma vida incerta sem endereço, de barraco em barraco, de Estado em Estado, etc. Mas existe alguma coisa que me faz acreditar no MST, que me faz me sentir MST, é a mística. Às vezes estamos desanimados com as dificuldades e derrotas no nosso dia-a-dia de sem terra, mas aí a gente se une, se empolga, se fortalece e segue lutando (Zé Roberto).

Nem todos os jovens militantes engajados na luta do MST, contudo, são surpreendidos e arrebatados pelos encantos da mística do Movimento ou permanecem sob seu poder motivador ou escapam a seu caráter necessário e encantador. O que chamo de encantamento na mística é o fato de se tratar de uma forma ritualística de motivação para uma ação fundamentada em práticas simbólicas, como a entrega de bonés, hasteamento de bandeira, gritos de ordem e a própria representação de um valor ou objetivo por meio de um ritual teatral. Seu objetivo é despertar o sentimento de união, empolgar os indivíduos para a luta, fazer com que todos percebam que compartilham os mesmos anseios e que juntos vencerão. É emblemático como a maioria das pessoas, inclusive as que já assistiram ou participaram outras vezes, se emocionam e se encantam com as místicas.

Como já dissemos, no decorrer desse trabalho, a grande maioria dos jovens entrevistados estão engajados no MST. Porém, entre os acampamentos e assentamentos existem muitos jovens que não se sentem membros do Movimento, e alguns deles sentem vergonha de serem chamados de Sem Terra e se recusam a participar ativamente do MST. Alguns desses jovens chegam a se “encantar” com as místicas e com a teoria dos cursos de formação, mas, frustram-se com as contradições do cotidiano (“vida real”). Temos casos de jovens que participaram da Escola Nacional de Formação, que saíram das suas áreas curiosos e abertos para as novidades, passaram pela euforia impulsionada pelas místicas e pelas teorias que visam à construção de um “mundo

ideal” e se transformam em críticos do Movimento assim que retornam para suas áreas. Foi o caso do jovem José⁸⁸:

Comunico meu afastamento do movimento por conta desses absurdos [refere-se aos embates que houve na direção da regional em torno da pré-seleção de famílias para serem assentadas na área que ele acompanhava e da postura de alguns membros dessa direção]. Esse não é o movimento que eu acredito. O que vejo nos acampamentos não tem nada a ver com o que eu aprendi na Escola Nacional. Estou decepcionado! (Fragmento da carta de afastamento).

Grande parte dos estudiosos que se debruçaram sobre o tema da mística no MST concorda que sua existência no MST é fundamental. Porém, percebi (a partir da minha trajetória de militante e de pesquisador) que, em primeiro lugar, a mística não se mantém tão atuante na situação efetiva do assentamento quanto o é na do acampamento e da ocupação; em segundo lugar, penso que a mística deve ser entendida como um momento fundamental na construção da luta do MST ao lado de outro momento que é o da reflexão madura sobre as reais dificuldades de construir e de se fazer parte de um movimento social. Isto é, o cotidiano do MST não é apenas união, empolgação, emoção, encantamento, mas também contradições, individualismos, desencantamento, centralismo de poder, etc.

Acontece que por vezes jovens e outras faixas etárias concebem o MST a partir apenas de um de seus momentos, da mística, e quando encaram o cotidiano efetivo se frustram diante de seus tropeços e dificuldades. Acredito que por isso alguns desistem do engajamento e da luta do MST. Tal foi o caso, por exemplo, da ex-militante Zenaide que opta em se desvincular do MST porque se depara com valores e regras de convivência social e disputas políticas dissonantes com aquilo que ela esperava do MST. Ou seja, deparou-se com as dificuldades naturais de um cotidiano coletivo em luta constante com as aspirações individuais. Cito-a:

Eu saí organicamente do MST porque fui me desestimulando com suas contradições, tive muitos embates políticos na Direção, e como me senti minoria, acabei desistindo. Não tenho mágoas e sempre me coloco à disposição para contribuir. (Zenaide entrou na militância muito jovem.

⁸⁸ Esse é o único codinome da dissertação, pois não fui autorizado a citá-lo. Trata-se de jovem (21 anos na época) que atuava em uma das regionais, que ao retornar do curso da “Escola Nacional” se voltou contra o MST, sob o argumento que a nossa prática não condizia com a teoria do curso que acabara de frequentar. Tempos depois ele tentou retornar ao MST, mas não foi aceito pela coordenação.

Atualmente trabalha numa secretaria de Estado do Governo do Estado de Sergipe).

Zenaide nos encaminha para um debate sobre e nos movimentos sociais, inclusive o MST, bastante complexo. Trata-se das relações políticas entre seus dirigentes e militantes. Dentre suas variadas ramificações e múltiplos elementos, destacamos a difícil conciliação (ou “homologia”, como escreve Bourdieu) entre a auto-compreensão do MST de que configura um movimento social de caráter não institucional e de centralismo democrático e algumas de suas práticas efetivas que apontam para um centralismo “circunstancial”. Pois diante de situações emergenciais, as lideranças precisam tomar decisões importantes e rápidas as quais não podem esperar a organização do cenário propriamente democrático, ou seja, reunir a maioria de seus membros, discutir e deliberar.

Essa demanda do cotidiano político no MST pode, eventualmente, promover alguns de seus militantes a ocupar posições de poder no grupo. As conseqüências disso são, por exemplo, esses militantes podem desconsiderar que seu poder é limitado por um contexto e desejar ampliá-lo para toda sua atuação e seus possíveis “liderados” inevitavelmente reagem a sua pretensão de centralismo.

Talvez esse militante seja parecido com aquele analisado por Bourdieu que esquece que:

Existe um campo político (assim como existe um espaço religioso, artístico, etc.), isto é, um universo autônomo, um espaço de jogo onde se joga um jogo que possui regras próprias; que as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes (BOURDIEU, 1986:200).

Praticar e entender as difíceis regras do campo político está ligado à possibilidade de que a empolgação mística conviva com o “ganho” cotidiano de maturidade/reflexiva pessoal, política e social, de forma a melhor enfrentar as intempéries inevitáveis (a disputa pelo poder, por exemplo) de qualquer movimento social, não seria diferente com o MST.

Veremos na análise da segunda ocupação da fazenda Tingui, no final deste capítulo, uma jovem militante que faz alusão explícita à mística como elemento motivador do MST para que permaneça acampada após 11 anos de reocupação da fazenda. Porque se sente simplesmente identificada com os sentimentos e ideais presentes no MST cuja representação simbólica é a mística.

III – O Assentamento Moacir Wanderley (Quissamã) e as juventudes do passado e do presente:

Na mesma linha de argumentação do subitem anterior (a primeira ocupação da Tingui), no qual buscamos, na reconstituição sucinta de um evento histórico, aspectos que mostrem a presença ativa da juventude nas ações do MST e as variadas razões evidenciadas ou antevistas nas entrelinhas de seus discursos para que se mantenham identificados com o MST, neste subitem intencionamos mostrar como e porque jovens são motivados a organizar um complexo processo de ocupação e assentamento de uma fazenda pública em meio a um contexto nacional e estadual de refluxo de mobilizações populares⁸⁹.

Isto é, em Sergipe (como em todo o Brasil) vivia-se um clima de frustração político-ideológica entre parte da esquerda brasileira e dos movimentos sociais, principalmente com a derrota do então candidato à Presidência da República Luis Inácio Lula da Silva, o que evidentemente acabou desmobilizando o processo de ascensão de luta pela terra.

A ocupação da fazenda Quissamã, localizada entre os municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, numa área experimental da Embrapa abandonada já fazia alguns anos e prestes a ser apropriada pelos canavieiros da região, por um grupo de militantes que em sua maioria eram jovens pode ser considerado um momento histórico emblemático para entender o que é o MST, o que o caracteriza como um movimento social que aglutina cada vez mais sem terra e por que um despejo de um acampamento ou a consumação de um assentamento ou um cenário político conturbado pode sinalizar muitas vezes para um mesmo caminho, o da motivação social para a reforma agrária.

Como em outras ocupações de terra no Estado, a ocupação da fazenda Quissamã foi organizada por militantes e sem terra vindos de outros processos de luta pela terra, inclusive de despejos. Os irmãos Genivaldo e Josivaldo da Cruz, respectivamente com 19 e 16 anos, foram despejados da fazenda Monjolo e fizeram parte do grupo responsável pela Frente de Massa

⁸⁹ Como já dissemos, no capítulo anterior, no ano de 1989 aconteceram lutas importantes, mas o ano de 1990 foi de refluxo. Grande parte da esquerda brasileira apostou todas as fichas na vitória de Luiz Inácio Lula da Silva sobre Fernando Collor de Melo. Seria uma forma de “coroar” todo o processo de luta contra a Ditadura Militar e pelas “Diretas Já”. Com a derrota eleitoral, parte da esquerda se desmobilizou e as lutas do campo também sentiram seus reflexos. Portanto, o início da década de 1990 foi complicado para o MST, pois o tema da reforma agrária foi suspenso da pauta do início do governo Collor até a sua cassação.

porque já tinham experiência. Ressaltamos ainda que praticamente todos os jovens envolvidos na luta da fazenda Tingui (dois anos atrás) estiveram, direta e indiretamente, envolvidos na organização da ocupação e do acampamento da fazenda Quissamã, dentre eles: Zé Roberto, Fofão e Anísio (inclusive, como já dissemos, Anilson foi um dos assentados) .

(...) a gente iniciamos pelos povoados que a gente conhecia. A gente tiramos três equipes. Aonde cada um escolhia seu lugar que tivesse uma referência. Eu sai junto com Fofão. A gente veio iniciar o primeiro trabalho aqui no povoado Rita Cassete (Genivaldo da Cruz entrou no MST com 19 anos, foi da Direção Estadual e é Assentado no P. A. Moacir Wanderley).

Seu irmão, Josivaldo da Cruz (Bilisco) também participou do processo de mobilização e relata a sua experiência:

A gente se dedicamos a vim aqui fazer um trabalho na região... na Bitá, no Cajueiro, na região inteira. A gente fizemos esse trabalho ... eu, Mocotó, o próprio Fofão, Edson, Madalena e outros. Foi uma luta! (Bilisco).

Ressaltamos alguns aspectos dessa ocupação da fazenda Quissamã e desses discursos. O primeiro é o fato de que as lideranças que coordenaram as outras ocupações de terra em Sergipe (como a ocupação Cruiri e Monte), tratavam-se de jovens mobilizadores itinerantes de outros estados e também de Sergipe, ao contrário, da experiência da ocupação da fazenda Quissamã na qual em sua maioria seus agentes de frente de massa eram jovens da própria região e que, como veremos posteriormente, contribuíram na construção do segundo momento da luta pela reforma agrária, o assentamento.

O segundo diz respeito à questão da ocupação como elemento de identificação⁹⁰ com o MST, na medida em que, através de entrevistas, percebemos que muitos sem terra decidem participar de qualquer mobilização e, inclusive, da ocupação de terras sem entender exatamente o que isso significa, apenas que existe a possibilidade de obter um pedaço de terra para sua sobrevivência. Todavia, ao longo do processo desenvolvido pelo Movimento até a efetiva

⁹⁰ Conforme escreve Stuart Hall: “Em contraste com o “naturalismo” dessa definição, a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sem ‘em processo’. Ela não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre, ‘ganhá-la’ ou ‘perdê-la’; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada” (HALL, 2005:106).

ocupação com a posse ou não da terra, alguns revelam a clara compreensão de que não se tratava só de conquistar a terra, mas de se encontrar num grupo em que todos compartilham os mesmos anseios e dificuldades e de que, principalmente, tomam consciência de que se tornaram sujeitos de sua própria história, com conseqüências sociais importantes. No discurso do ainda jovem Cabelinho:

Eu gostei da palestra do companheiro Fadiga e fui para o acampamento às 5 horas da manhã em um caminhão. Fui por uma aventura e no final das contas estou no MST a dez anos e defendo o MST de alma e sangue. Quem falar do MST está falando de mim (Cabelinho).

À primeira vista o que levou Cabelinho para o MST, e mais que isso, a se sentir parte de um grupo e identificando-se com ele, foi o que Thompson chama de “fazer-se”, ou seja, as ações efetivas dos homens. Em seus termos:

Fazer-se, porque é um estudo sobre um processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se (THOMPSON, 2004:09).

Além disso, revelam como a ação dos jovens como mobilizadores na ocupação de uma fazenda pode envolver outros indivíduos, inclusive jovens, a ponto de sentirem vontade de fazer parte da luta, por já se sentirem identificados com os ideais sem terra. Isso também é perceptível na fala de Dilma Lima dos Santos (com 24 anos, colaborou na ocupação do Quissamã):

O que me envolveu foi o trabalho de militância. Eu não entendi na primeira reunião, mas da segunda em diante eu comecei a entender. O pessoal da direção faziam assembléias muito bonitas. Então o jeito como eles conduziam as assembléias, a forma como eles colocavam as coisas, as animações, etc. Isso foi me chamando a atenção. A capacidade que eles tinham de articulação das palavras. Era uma facilidade tão grande que aquilo me encantava. Foi isso que me tocou (Dilma atualmente faz parte da Direção Estadual SE/BA).

De acordo com Hall (2006), o processo de identificação pressupõe que a identidade de um grupo seja o resultado da composição histórico e cultural de vários elementos díspares. Sendo assim, afasta a concepção de uma identidade fixa e eterna. Compreendê-la desse modo implica em defender que o jogo de poder, implícito na produção identitária, seja considerado algo natural ou inexistente; a essa concepção Hall chama de “comunidade imaginada”. Ao contrário, toda

identidade é permanentemente construída, como a jovem Dilma deixa entrever, é um acontecer, um fazer, um posicionar-se que pode se dá em qualquer momento da vida do indivíduo a partir dos mais variados contextos.

A pergunta, por conseguinte, sobre como os jovens podem se sentir atraídos pelo MST ou por que o MST constitui o contexto de identificação, parece-nos ser difícil responder com precisão. Porém, acreditamos que a forma de organização do MST contribui para o envolvimento das pessoas, essencialmente os jovens, com a proposta de um projeto social amplo e massivo. Pois, de acordo com os irmãos já citados acima, as primeiras reuniões com as comunidades circunvizinhas da fazenda Quissamã, poucos compareceram e os que compareciam não acreditavam muito nem na possibilidade da conquista da terra, porém com a intensificação do trabalho de base, o número de interessados e de entusiastas aumentou sobremaneira.

Com esses processo de mobilização, no dia 04 de agosto de 1991, 151 famílias de variados municípios e oriundas de outras ocupações como Betânia (Lagarto) e Monjolo (Santa Luzia do Itanhy), ocuparam o Imóvel Quissamã, que era uma estação experimental da EMBRAPA. Esta ficava localizada, entre os municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro (SE). Estava a mais de três anos abandonada e se especulava que seria vendida a canavieiros vizinhos.

Apesar de não ter havido reação imediata dos funcionários e dos moradores da área, a coordenação da ocupação procedeu à divisão de tarefas na qual os jovens mais experientes (vindos de outras ocupações) assumiram as equipes de: segurança, negociação, animação, etc. Este foi o caso de “Bilisco”, segundo “Chochinho”: “Bilisco, né, por ter participado de outra ocupação na questão da segurança do acampamento, ouviu o barulho de um carro e correu pra vê quem era (...) era o carro da polícia e ele já saiu acendendo os pistolões [fogo de artifício utilizado como sinal de alarme]”.

Tratava-se de uma tática policial, já conhecida dos sem terra, para conhecer e intimidar o acampamento. Mesmo assim, o trabalho de frente de massa preconiza que em qualquer situação, as famílias devem ficar atentas e preparadas para ações coletivas. Por conseguinte, entendemos que os jovens militantes dessa ocupação tentam manter o grupo motivado, seguro e confiante através de estratégias anteriormente apreendidas nos cursos de formação e nas práticas de ocupação. Tal como sugere “Chochinho”:

(...) Que se espalhassem pra que desse a impressão que era mais gente (...) uns gritavam de um lado do mato e outros gritavam do outro lado, vários gritos de ordem, (...) pessoal com foice, facão e enxada na mão! (Genivaldo).

Ressalta-se nesse discurso o fato de que a forma como o MST pensa e organiza o processo de ocupação de terras, por si só, parece conferir identificação com seus ideais. Posto que, tanto a definição de formação para o MST assume um caráter amplo que vai desde a reunião de frente de massa aos cursos de formação, quanto essa formação já carrega sua proposta de aglutinar, mediante a identificação, cada vez mais pessoas. Segundo “Cabelinho”:

O que me chamou a atenção foram os gritos de ordem. Lembro de alguns deles e fico emocionado: ‘descobrimos lá na base que a tal da reforma agrária do papel não vai sair’ [na verdade é parte de uma música do MST] e aquele outro grito de ordem que dizia vamos ‘ocupar, resistir e produzir!’, ‘MST, a luta é pra valer!’ e tinha os companheiros que gritavam ‘pega ou não pega?’, eu não sabia o que era, mas era uma manifestação para dizer que o direito de um era o direito de todos e se acontecesse uma coisa com um acontecia com todo mundo. Além disso, o símbolo da bandeira me chamou a atenção, pois tinha um homem e uma mulher segurando um facão levantado indo para a luta (Cabelinho).

Essa motivação e entusiasmo, entretanto, não se mantêm todo tempo no processo de luta pela terra do MST. Existem momentos, segundo minha própria experiência e relatos dos entrevistados, em que o desespero e o desânimo se misturam fazendo fraquejar o mais engajado dos sem terra. Destacamos o despejo como um desses momentos difíceis que, dependendo de como acontece, pode, ao menos temporariamente, suscitar no grupo a dúvida sobre a validade e efetividade de seus direitos e anseios.

Pode-se perceber isso nos discursos dos militantes do Quissamã quando discorrem sobre o despejo da fazenda. Esta sofreu reintegração de posse 14 dias após a ocupação num clima de correria, desespero e insegurança; apesar do grupo já ter sido informado sobre o possível despejo pelo proprietário de terras vizinho, Bernardo Lima. Os ocupantes entendem que não poderiam enfrentar o batalhão da polícia, resolvem, às pressas, mudar o acampamento para a propriedade do já citado Bernardo Lima. Segundo “Chochinho”:

(...) Ninguém importou se tinha uma panela melada de carvão junto com o saco de farinha. Jogou tudo dentro do saco. E tinha que passar o rio, improvisamos uma ponte com duas madeiras. Sei que tinha neguinho que não dava tempo de passar por cima da ponte (Genivaldo).

Também seu irmão Josivan da Cruz, conhecido como “Nego”, relata:

Essa foi uma das horas mais difícil. Saí às carreiras com criança, pertences, sem olhar pra trás e direto pras terra de Bernardo, com medo de que os policiais prendesse a gente. Foi um desespero. Achei que a gente fosse perder tudo (Nego atualmente é presidente da associação do P. A. Moacir Wanderley).

A reorganização do acampamento Quissamã, após o clima de abatimento do despejo, acontece pouco tempo depois mediante discursos incentivadores das jovens lideranças, gritos de ordem, músicas. Com isso, pretende-se recuperar o compartilhamento de sonhos e a identificação com os mesmos ideais a partir do quais o grupo social se mantém unido. Gritos de ordem diversas vezes repetidos por jovens entusiasmados, como por exemplo: “Trabalhadores unidos jamais serão vencidos” ou trechos de música: “O risco que corre o pau corre o machado, não há o que temer, aquele que manda matar, também pode morrer”⁹¹, parecem fazer esquecer ou mesmo superar a recente situação de medo e frustração.

Isso fica claro na disposição das famílias sem terra, no final de março de 1992, retornarem à área outrora ocupada. Além disso, decidiram, em assembléia, outra estratégia de luta, qual seja, pressionar o governo do Estado e chamar a atenção da sociedade. Para isso fizeram mobilização na capital ocupando a frente do Palácio do Governo. Mas essa ocupação sofreu um violento despejo no qual um forte contingente policial surpreendeu as famílias ocupantes. Relata Celso do Nascimento⁹²:

(...) Só esperava apanhar ou ter mesmo um massacre. Ai as mulheres não suportaram dentro dos ônibus (...) ai, conversaram com o capitão, com a polícia e eles colocaram nós dentro do carro de novo e voltaram e entregaram

⁹¹ Música de Luiz Vila Nova, muito cantada na época em momentos de conflitos de terra.

⁹² Entrevista realizada pelo Projeto de História Oral da Vida Camponesa, em 09/12/97.

nós lá dentro do próprio Quissamã (Celso é assentado no P. A. Moacir Wanderley).

Ao que parece, essa nova situação de conflito também foi acompanhada, segundo nos conta o jovem Bilisco, pelo enfrentamento de uma reocupação definitiva da fazenda Quissamã:

Depois do despejo do acampamento da capital, voltemos à fazenda de Bernardo, e depois de meses organizemos a família para ocupar de novo o Quissamã. A gente queria muito trabalhar, e tava unido e forte pra enfrentar tudo, a gente somos sem terra (Bilisco).

Nesse “a gente somos sem terra”, Bilisco nos faz lembrar a concepção de identidade como auto-reconhecimento de si a partir da visão do outro. Isto é, segundo Hall:

Ela [a identidade] não se desenvolve naturalmente a partir do interior do núcleo do ser criança, mas é formada em relação com os outros; especialmente nas complexas negociações psíquicas inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras paternas e maternas (HALL, 2005: 37).

Isto é, o processo de identificação constitui-se a partir das relações que mantemos com outros e, principalmente, a imagem que os outros constroem de nós. Bilisco, como liderança jovem, ajuda a construir junto aos demais sem terra suas identidades sem terra (ou com o MST); e essa construção é marcada pela forma como as ocupações, a mística, as manifestações públicas, as assembléias, os cursos de formação concebem o que é e como deve ser a identidade sem terra. Ressaltamos, porém, que essa identidade não é fechada ou apenas interna ao MST e nas relações sociais travadas entre os sem terra. Sendo assim, é um processo dialético que passa pela relação com as contradições ou com a exterioridade. Senão caracterizaria uma identidade auto-referida, o que seria socialmente impossível. Segundo a perspectiva de Hall: “O sujeito é produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas, não tendo qualquer existência própria” (HALL, 2005:120).

Todo processo de ocupação de uma área demanda essa relação com a exterioridade (com a sociedade) porque pressupõe desde “conjunturas” gerais: políticas, jurídicas, sociais, midiáticas;

como informações específicas, a exemplo de como se situa político e socialmente o proprietário da terra, o juiz da comarca, o prefeito do município, etc.; são demandas e respostas que podem mudar ou apenas alterar a forma de atuação do MST e a posição de seus militantes.

De algum modo foi isso que aconteceu com a ocupação do Quissamã que passou por momentos diferenciados até sua última ação de ocupação. Pois, em 22 de abril de 1992 saiu decreto de desapropriação e em 24 de fevereiro de 1993, a imissão de posse. Logo em seguida, em 12 de agosto de 1993 foi criado o assentamento, que passou a se chamar Moacir Wanderley. O assentamento tem uma área total de 354,00 ha, onde foram assentadas 37 famílias em lotes de 8,00 ha.

O que significou para os jovens militantes a conquista desse assentamento? Ou seja: houve mudanças na forma de conceberem a luta pela terra, o MST e a si mesmos como partícipes desse processo de ocupação e assentamento? Diante dessas perguntas, os jovens Bilisco, Chochinho e Anilson, comentam:

Pela primeira vez me senti realizando uma coisa grande; parecia um sonho, depois de tanta luta, um jovem como eu acabava de completar 18 anos, que todo mundo dizia que não podia assentar, que não ia dá em nada (...) agora as pessoas me respeitavam como militante, sofremos e festejamos com todo mundo, com meus companheiros, todo mundo tinha esperança e vontade de crescer junto. E o MST é isso, é essa união (Bilisco).

Logo que a gente recebeu a notícia da imissão de posse, foi muita alegria. A gente festejou com música, gritos de ordem e muita música. Foi um desabafo e um alívio pra mim, depois de tanta luta e de tanto sacrifício tinha o pedaço de terra para minha família e para meus companheiros (Chochinho).

Eu já vinha calejado do despejo da Tingui, eu tinha muita esperança, mas só acreditei quando aconteceu. Essa conquista reacendeu em mim e em outros companheiros a fé na luta pela terra e pela justiça social; porque todo mundo junto pode conseguir. Me senti fazendo parte da luta do MST, com a mesma vontade que todos meus companheiros (Anilson).

Esses relatos nos fazem lembrar do conceito de juventude de Karl Mannheim segundo o qual a juventude é uma possibilidade indeterminada, uma vez que tudo lhe é novo ou lhe é conhecido pela primeira vez. Escreve:

A juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade. (...) O que para ele é

uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já se está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, essa penetração vinda de fora torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por razões bem diferentes das suas, estão insatisfeitos com o estado de coisas existente (MANNHEIM, 1968:74-5).

Quando Bilisco afirma que se sente “realizando uma coisa grande” fornece indícios fortes de seu entusiasmo com suas novas possibilidades, que é o engajamento em um movimento social que torna possível a crença na superação do *status quo*.

Esses três depoimentos nos mostram ainda que, essas experiências são individual e socialmente construídas; individual porque embora seja engendrada nas interações sociais, a forma de reagir e agir sobre elas varia de indivíduo para indivíduo. De qualquer forma, trata-se de uma luta constante. Conforme entende Sales:

Ao lutar pela terra, ao fazer política no assentamento, no MST, eles estão vivenciando experiências, preparando-se para fortalecer suas potências, ultrapassar seus limites (SALES, 2006:177).

Por fim, fica claro nesses discursos que a ação de ocupação e de criação do assentamento é fundamental para o processo de identificação de jovens militantes com o MST. Mas não apenas quando a ocupação tem sucesso, ou seja, a terra ocupada é desapropriada; porque inclusive elementos do processo de ocupação permanecem quando surgem derrotas para o investimento em outra ação de ocupação.

A ocupação da fazenda Quissamã, todavia, teve êxito. Devemos destacar a sua localização geográfica (próximo à Aracaju) e sua estrutura física (casas dos funcionários da EMBRAPA, salões, escola estadual, curral) que possibilitaram, em 1993, as condições para a criação do maior centro de formação do MST de Sergipe. Em homenagem ao centenário de Canudos, chamaram-no de Centro de Capacitação Canudos – CECAC. Nesse mesmo ano, o MST organiza o Primeiro Curso Prolongado Integrado à Produção, para formar jovens de vários estados do Nordeste.

Esse curso foi um marco para o MST e para o assentamento, pois vieram lideranças nacionais para morar e coordenar os jovens vindo de vários Estados do Nordeste, a exemplo de Adelar João Pizeta e Ana Justo Pizeta, Dilei Aparecida Schiochet que transformaram o Quissamã numa espécie de laboratório. Além desses jovens do MST, o assentamento recebeu 10 jovens dos Estados Unidos para conviverem alguns dias com os assentados e ajudarem na reforma do salão comunitário.

Esses grupos de jovens, juntamente com os assentados, além de estudarem sobre a realidade da classe trabalhadora nacional e internacional, discutiam os problemas do campo Brasileiro e as alternativas de mudanças. Somado a essas reflexões, os jovens realizavam tarefas práticas de organização do assentamento e de reforma da infra-estrutura e estruturação da produção agropecuária.

Aconteceram dois cursos desse tipo e várias outras iniciativas de formação e de ações práticas que ajudaram a definir o assentamento em termos organizativos e em termos produtivos. O assentamento, sob influência nacional e a partir das experiências concretas já desenvolvidas, escolheu o modo de produção e de organização coletiva.

Contudo, as próprias experiências concretas que desenvolveram enquanto acampados da Monjolo e da Quissamã, contribuíram enormemente para a escolha e efetivação do tipo coletivo de produção.

Sobre isso relata Bilisco:

(...) fora mim, tinha em torno de uns 35 jovens [no Monjolo] e a gente tinha até um projeto que era fazer um assentamento só com a juventude que tavam lá no acampamento (Bilisco).

Ao perguntarmos, quem tinha idealizado esse projeto? Surgiu dos próprios jovens ou da direção? Bilisco afirmou:

Da gente mesmo acampado de lá de dentro da área. A gente via que tinha mais jovens interessado do que outros (...) os jovens de lá se dedicaram muito (Bilisco).

Houve várias discussões para aprovar a forma de exploração do modo de produção do assentamento, para que se tornasse totalmente coletivo. Como eles já tinham experiências do acampamento e havia uma orientação do MST nacional nesse mesmo sentido, inclusive com cursos de formação para produção coletiva e cooperativismo, após longos debates e embates, o grupo coletivo acabou ganhando e os que optaram pela produção e organização individual, após um processo tenso, foram transferidos para o recém criado P. A. 08 de Março.

Essa forma de organização social de produção foi bem sucedida no início, inclusive com a participação massiva dos jovens, porém, ao longo do tempo foram aparecendo problemas, até que em 1999 a produção do assentamento ficou dividida em três grupos (coletivo, semi-coletivo e individual)⁹³. Segundo a pesquisadora Neide Sobral:

Tentou-se viabilizar uma coletivização centralizada, desconsiderando as raízes culturais dos assentados, acostumados unicamente às idéias do trabalho familiar e individual como forma de sobrevivência na terra. (SOBRAL, 2006:151).

Já o assentado e dirigente do MST, João Daniel, avalia que o processo de individualização da produção do assentamento se deu por três fatores: a má qualidade das terras, a falta de capital e a questão cultural. Sobre esse último fator, ele comenta:

(...) a grande maioria que participou [assentados] é de periferia da cidade que já estava há muito tempo distante da agricultura, (...) onde tem um outro grupo que tinha um outro costume que era... vivia basicamente da produção da pesca em São Cristovão (João Daniel).

O que predominou foi a forma de exploração individual e hoje (2008) são 37 famílias, discutindo coletivamente e produzindo individualmente. As culturas iniciais eram: feijão, arroz, mandioca, a fim de garantir a subsistência das famílias. Mas com a aprovação dos projetos produtivos investiu na fruticultura (mamão e coco), bovinocultura, suinocultura, avicultura e cana, sendo que, as duas últimas sob a forma de integração. Com esses projetos vieram as construções ou reformas das estruturas produtivas, como o curral, o aviário, a pocilga e, posteriormente, a casa de farinha. Hoje a produção predominante é a piscicultura, pecuária e suinocultura.

Porém, um fator relevante são as novas experiências coletivas e semi-coletivas de produção que resistiram ou ressurgiram. A mais forte delas é a produção de hortaliças, que

⁹³ Esse processo foi acompanhado por um grupo interdisciplinar da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Nesse grupo estava a Professora Thereza Cristina do Departamento de Serviço Social. Esta chama-nos a atenção para a influência do assentado Jairo, que possuía uma família muito numerosa e foi determinante para a aprovação do processo de individualização do assentamento.

ressurgiu recentemente, coordenada pelas mulheres e com a participação da juventude. Apesar dessa experiência não envolver todas as famílias assentadas, tornou-se um dos cartões postais da área, pois fica no centro do assentamento e envolve um número grande de pessoas.

Em todas essas experiências, o uso da mão-de-obra familiar é o que predomina. Crianças, jovens e adultos, homens ou mulheres participam da vida produtiva do assentamento. Além do grande número de mulheres, jovens e crianças envolvidas na produção coletiva, é comum assistirmos jovens e crianças acompanhadas ou não dos seus pais voltarem dos lotes com os animais para trazer para o curral coletivo ou individual. Na agricultura também vemos toda a família trabalhando na roça.

Conforme consta no Plano de Recuperação do Assentamento - PRA, estudo realizado em 2006, o assentamento tem um “população de 122 pessoas, 67 homens e 55 mulheres”. Além das famílias assentadas, o assentamento conta com 08 moradores permanentes no Centro de Formação, sem falar dos constantes cursos promovidos pelo MST, alguns em parcerias com a Universidade Federal de Sergipe - UFS⁹⁴ e com outras instituições públicas e privadas. Portanto, é grande o fluxo de pessoas, principalmente jovens, no espaço do assentamento.

Ainda segundo dados do PRA (2006), observou-se também que um baixo índice de idosos no assentamento: “Como se vê, somente 30 % dos habitantes tem mais de 40 anos, assim mesmo 25 indivíduos estão na faixa etária de 40 a 50 anos e somente 11% da população apresenta-se com mais de 60 anos de idade”. Ainda segundo a pesquisa, dos 85 indivíduos, ou seja, 70% dos habitantes estão na faixa etária de até 40 anos, 39 têm menos de 17 anos e 46 estão entre 18 e 39 anos. Na verdade, está constatação é reflexo da baixa média de idade dos ocupantes do Quissamã.

O trabalho pesado na agricultura e centralização econômica nas mãos dos pais faz com que alguns jovens optem pelo trabalho na capital. É significativo o número de jovens, moças ou rapazes, trabalhado como doméstica, vendedora, jardineiros, etc., porém, a grande maioria retorna no final do dia para o assentamento. É o caso de Simone Rosa, que começou a trabalhar em Aracaju com 22 anos.

⁹⁴ Desde 1995 o MST tem parcerias com a UFS. Hoje, através do PRONERA, foi aprovado três graduações: 50 jovens filhos de assentados ou assentados sendo formado na área de agronomia, 50 na área de pedagogia e acaba de ser aprovado mais 50 na educação no campo.

Trabalho em Aracaju porque acho melhor. Aqui a vida é muito difícil e a agricultura é coisa de adulto. Estou lá, mas não tenho vergonha de ser Sem Terra (Simone Rosa, filha de assentada do P.A. Moacir Wanderley e trabalha como cozinheira na Secretaria Estadual do MST).

Contudo, constatamos que o êxodo é pequeno. Cinco jovens trabalham em Aracaju, mas foram poucos os que saíram definitivamente do assentamento. Ambos alegam que a falta de alternativas no campo, as principais reclamações estão dirigidas à falta trabalho remunerado, falta de educação de qualidade e falta de alternativas de lazer. Sobre isso aponta o PRA:

Dos poucos casos de jovens, filhos de assentados, que se afastaram, os motivos estão relacionados à problemas de separação de casais ou para estudar fora. Talvez a proximidade do assentamento da capital Aracaju permita o jovem ir trabalhar e manter o assentamento como moradia apesar da dificuldade de transporte principalmente no inverno. (PRA, 2006:05).

Embora a falta de espaços de lazer tenha sido apontado como um dos motivos do êxodo, a avaliação dos jovens que trabalham em Aracaju e os que permanecem no assentamento é completamente diferente. Para esses últimos, a comunidade conta com alternativas de lazer, como por exemplo, um bom campo de futebol no centro do assentamento, piscinas naturais ao longo do Rio Poxim Mirim, 06 bares⁹⁵, sem falar da estrutura do Centro de Formação⁹⁶, que pode ser acessado por qualquer jovem do assentamento.

Na verdade, os espaços coletivos que os jovens do assentamento têm acesso são: os seis bares, o campo de futebol e o rio. Já a mini-quadra de areia para futebol e para voley; o Centro Digital, com computadores e internet; o Ponto de Cultura, que deveria funcionar regulamente, mas se prende às programações dos cursos, são vistas por alguns jovens do assentamento como “espaço do Centro” e, por isso não usufruem. Quem mais usa esse espaço são os coordenadores

⁹⁵ Como é grande o fluxo de pessoas que passam pelos cursos do Centro e que participam dos torneios de futebol nos domingos, o Quissamã é o assentamento do estado com o maior número de bares por famílias assentadas. Estes acabam sendo uma alternativa para os jovens internos e externos.

⁹⁶ Como já dissemos o Centro de Capacitação Canudo – CECAC é o principal espaço de formação do Estado de Sergipe e, estado situado dentro do assentamento Moacir Wanderley (Quissamã), tem uma importância muito grande para o Assentamento e para o MST do Estado de Sergipe.

do centro de formação e os jovens que fazem os cursos permanentes, como: Pedagogia da Terra e Ciências Agrárias (em conclusão)⁹⁷.

Os momentos de mores integrações entre o Centro e o Assentamento são as Noites Culturais, as Jornadas Socialistas, geralmente realizadas no final dos cursos e as atividades lúdicas oferecidas pelo MST no final das tardes.

Além das alternativas acima citadas o Centro de Formação possui uma Ciranda Infantil⁹⁸, para atender as crianças que vêm acompanhadas dos pais que participam dos cursos; um mini-parque infantil, utilizado pelas crianças do assentamento e dos cursos; uma área de TV e vídeo, usada intensamente durante os cursos; um auditório, com capacidade para quatrocentas pessoas; salas-de-aula; um refeitório; e alojamento para hospedar quem vem de fora.

Apesar da afirmação do MST de que há uma “integração total” entre o CECAC e o Assentamento, ouvimos da juventude reclamações informais quanto à separação entre os espaços “do Assentamento” e os espaços “do Centro”. É como se existisse uma fronteira simbólica.

Entendemos que o centro do problema encontra-se justamente nessa contradição de visões sobre a relação entre o Centro de formação e os jovens e demais assentados do Assentamento Quissamã. Mas para explicar essa contradição, precisamos discutir alguns elementos importantes.

O primeiro seria a dificuldade em manter a euforia e a visível esperança e identificação com os ideais e práticas do Movimento que marcam o processo de ocupação. E isso é válido em todas as situações de luta pela terra do MST, ou seja, não é específico do Assentamento Quissamã. Porque, dentre várias razões, o suposto inimigo externo (o Estado e latifúndio) é substituído por problemas internos de convivência social e individual que são normais nas relações humanas; o modelo de reforma agrária proposta pelo INCRA é estritamente individualizante o que dificulta o estabelecimento de práticas de produção e convivência coletivas; também porque a mística, as ações de frente de massa e toda dedicação, enfim, do MST à ocupação é fragrantemente mais intensa do que na situação do assentamento já conquistado. Parece-nos que os assentados não se preparam ou não são preparados para vivenciar uma fase diferenciada do processo de ocupação bem como de identificação com o MST, que exigiria deles uma nova postura individual e social.

⁹⁷ Cursos formais de graduação em parceria com a UFS. Os alunos (em sua grande maioria jovens filho de assentados) ficam internos no Centro de formação e assistem aulas no próprio Centro e no campus da universidade.

⁹⁸ Espaço criado pelo MST para acolher crianças acampadas ou assentadas nas suas próprias comunidades, nos cursos, nos encontros ou nas mobilizações (itinerantes). Está relacionada a uma concepção de aprendizagem transformadora a partir da realidade.

O segundo elemento diz respeito às especificidades do Quissamã e da política organizacional de seu Centro de Formação. Os cursos de formação desenvolvidos no Centro atende a acampados e assentados, jovens ou não, de várias partes do Estado. Em sua maioria já se interessam pelos cursos porque se sentem identificados com o MST e alimentam ainda mais essa identificação com os conteúdos formativos que exploram os ideais e práticas do MST e com as místicas que marcam todos os cursos. Porém, esse contexto formativo e identificatório entra em claro contraste com o clima de rotina do assentamento sede do centro. Seus 16 anos de existência mostram, na verdade, as dificuldades para manter projetos coletivos e individuais e a permanência do vigor inicial da luta.

Por fim, o Centro de Formação carrega em si mesmo um problema que é o de estar voltado para a formação de militantes do Estado, inclusive de militantes externos ao MST, mas não tem conseguido envolver e atrair os próprios assentados do assentamento sede. De forma a recuperar ou reconstruir a identificação de seus assentados, jovens ou não, com os objetivos gerais do MST. Mostrando-lhes que sua contribuição com a luta e o reconhecimento de pertença ao grupo não se encerram com a conquista da terra e as providências pragmáticas que provêm disso, mas ao contrário, ganham um aspecto ainda mais necessário e amplo no contexto da vida do assentamento.

Apesar dessas dificuldades apresentadas, também constatamos, através da observação participante e das entrevistas, que quando acontecem os cursos, os jovens convivem bem com os dois espaços; os jovens do assentamento participando das animadas noites culturais para dançar e beber com jovens de vários assentamentos e acampamentos do Estado de Sergipe, de outros Estados e de outros países, mas também, os jovens que vêm para os cursos vão para os bares do assentamento para conversar, beber, ouvir música, jogar futebol no campo, tomar banho no rio, etc.

Mesmo com toda essa estrutura citada, com certeza, o maior espaço de integração do assentamento é o campo de futebol. Ele fica no centro do assentamento e é utilizado nos torneios dos domingos e durante os treinos da semana. São dois times do assentamento: um de homens com jovens e velhos jogando juntos e um de mulheres com jovens filhas dos assentados. Em geral, quando acontecem os torneios há uma integração muito grande dos jovens e dos demais assentados, inclusive das mulheres.

Esses espaços são essenciais para a permanência dos jovens no assentamento, pois conforme deixa claro a estudiosa do tema da juventude, Eliza Guaraná, esse “ficar” ou “sair” não pode ser visto como um problema do assentamento ou do MST, mas sim como um problema da sociedade, ou de um modelo de sociedade, que não oferece alternativas para os jovens.

(...) Contudo, ‘ficar’ ou ‘sair’ do meio rural envolve múltiplas questões, onde a categoria jovem é construída e seus significados disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para certa invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais (GUARANÁ, 2006: 07).

O jovem Evânio Santos do Nascimento (28 anos), que se mudou para a periferia de Aracaju, alega que o Quissamã não oferece as condições para que os filhos de assentados possam morar. Ele argumenta:

No Quissamã eu não tinha como prosperar. Lá, não tem trabalho e mesmo que eu queira produzir, vai ser no lote de meu pai, que já é pequeno e tem muitos filhos. Também não posso casar e ter filho para morar com meu pai. Não me arrependo de morar em Aracaju porque aqui eu tenho acesso às coisas (Evânio é filho de assentado no P. A Moacir Wanderley).

Já sua irmã Jucilene Santos do Nascimento, apesar de reconhecer as dificuldades do assentamento e os atrativos da capital, discorda de Evânio quanto às oportunidades que o MST oferece aos jovens do assentamento. Destaca como exemplo o fato de está fazendo o curso de Licenciatura em Educação do Campo, oferecido pela UFS em parceria com os movimentos sociais do campo para jovens filhos de assentados e de pequenos agricultores. Ressalta:

Só estou fazendo esse curso por que sou filha de assentado de reforma agrária. Tive essa oportunidade através dos meus esforços, mas também pela luta dos meus pais e do MST. Apesar de reconhecer as dificuldades do assentamento sei que lá fora o mundo não é tão cor de rosa assim. (Jucilene tem 23 anos e é filha de assentado do P. A. Moacir Wanderley).

Ainda segundo Ricardo Abromovay, essa mobilidade não é de todo ruim e, ao citar José Gomes da Silva: “é poste, e não é gente, que fica parado num só lugar”, deixa claro sua posição de que:

(...) é comum no jovem o desejo de viver novas experiências e correr riscos, (...) além de ser um traço característico da juventude, o impulso para a inovação é evidentemente útil para a sociedade como um todo (ABROMOVAY, 2005: 01).

Um outro elemento, extremamente importante para os jovens das áreas de reforma agrária é o acesso à educação de qualidade. O assentamento Moacir Wanderley tem uma escola estadual que trabalha apenas a educação infantil e o ensino fundamental até a 4ª série. A escola foi criada antes da ocupação do MST, para atender aos filhos dos funcionários da EMBRAPA e às crianças da comunidade Quissamã. Porém, o que poderia ser um privilégio passou a ser motivo de constantes reclamações e conflitos, já que a direção da escola sempre se opôs a discutir conjuntamente com as famílias assentadas e com o Setor de Educação do MST.

Por vários anos, segundo relatos do Setor de Educação do MST, a direção da escola fez oposição ao Movimento, questionando a organização do MST e do assentamento, incentivando a divisão interna, nunca permitindo que as famílias assentadas pudessem se reunir nas dependências da escola, tratando as crianças com preconceito por serem sem terra e etc. Dessa forma, a escola sempre esteve dentro do assentamento, porém o assentamento nunca esteve dentro da escola⁹⁹.

No início de 2007, com o novo governador Marcelo Deda Chagas, após pressão da comunidade e do Setor de Educação do MST, a Delegacia Regional de Ensino - DRE 08 autorizou a mudança da diretora. A partir de então, a relação com a comunidade e com o Setor de Educação do MST melhorou, porém, o Estado ainda tem dificuldade de discutir um projeto pedagógico que leve em conta às especificidades do público.

Ainda segundo o PRA, existe baixo nível de escolaridade no assentamento, sendo que, apenas “20% atingiram a 8ª série e somente 9% chegaram a atingir o nível de 2º grau, enquanto 16 indivíduos são analfabetos”. Os jovens que estudam da 5ª série em diante são deslocados para a sede do município de Nossa Senhora do Socorro ou para Aracaju. Para os que estudam em Nossa Senhora do Socorro, o transporte é oferecido pela prefeitura, porém os jovens reclamam

⁹⁹ Cartinha de educação do campo nº. 1.

que no período de inverno perdem muito das aulas devido a precariedade das estradas. Já os que estudam em Aracaju reclamam que são obrigados a pagar o transporte de linha e que têm que se adequar aos poucos horários oferecidos pela empresa de transporte urbano.

Já no campo político, apesar da história de pioneirismo dos jovens internamente (na ocupação, durante o acampamento e na organização do assentamento Quissamã) e externamente (nas lutas gerais e direção política do MST no Estado) na década de 1980, hoje a participação efetiva dos jovens é muito tímida. Já chegaram a fazer parte da Direção Estadual simultaneamente oito representantes do Quissamã (João Daniel e sua companheira Acácia Maria Feitosa Daniel; Selmiro Finkler¹⁰⁰; Maria dos Prazeres (Dêdê)¹⁰¹; Valmir Batista¹⁰²; Jailton Bispo¹⁰³; Josivaldo da Cruz e Genivaldo da Cruz), em sua maioria jovem, num momento que a Direção Estadual não passava de quinze membros. Hoje, apenas dois fazem parte da Direção Estadual (João Somariva Daniel e Acácia Maria Feitosa Daniel) e ambos estão próximos dos 40 anos, porém hoje esse coletivo é composto por mais de quarenta representantes.

Contudo, não podemos nos prender à questão meramente numérica. Devemos levar em conta alguns aspectos internos e externos do passado e do presente, por exemplo: o crescimento do MST, pois nesse período havia pouco mais de mil famílias, entre acampados e assentados, mobilizadas em torno do Movimento, hoje são mais de 13 mil famílias acampadas e mais de 8 mil famílias assentadas em todo o Estado de Sergipe e na fronteira com a Bahia¹⁰⁴; a renovação sugerida pelo Movimento, o movimento prega a “renovação dos quadros” nas instâncias de poder; a nova organicidade e a nucleação do MST, que em Sergipe começou a ser discutida em 1997 e se consolidou no ano 2000, onde cada Regional, cada Micro Regional escolhe seus dirigentes locais, dentre outras coisas.

Hoje, internamente, os jovens têm dificuldades de participação nas decisões políticas do assentamento, já que dificilmente participam das assembleias ou das reuniões da Associação de

¹⁰⁰ Paranaense que veio para ajudar na organização da produção do assentamento e foi membro da Direção Estadual - D.E. do MST de Sergipe por alguns meses. Atualmente é assentado no Paraná.

¹⁰¹ Foi membro da DE por muitos anos. Também atuou no Estado de Alagoas. Continua assentada no Quissamã, mas está afastado do MST.

¹⁰² Foi da DE, responsável pelo Setor de Formação e coordenador do CECAC no período inicial nos primeiros anos. Saiu do assentamento e atualmente mora na Espanha.

¹⁰³ Foi da DE por alguns anos e continua assentado no Quissamã.

¹⁰⁴ O MST de Sergipe conseguiu, no ano de 2006, fazer com que os municípios baianos que fazem fronteiras com o Estado de Sergipe sejam acompanhados pela Superintendência Regional do INCRA de Sergipe. Um dos argumentos foi o grande número de latifúndios improdutivos no lado baiano e quantidade de acampados no lado sergipano. Com isso, o MST de Sergipe passou a ocupar e reivindicar áreas nessa região de fronteira.

Cooperação Agrícola do Assentamento Quissamã – ACAQ (fundada em 6/03/93). Mas a causa disso não está exatamente no programa organizativo do MST, uma vez que o estatuto e o regimento interno é flexível quanto a participação por idade, porém não estimula politicamente a participação da juventude. No seu artigo sexto, deixa claro:

Podem ingressar na associação os agricultores assentados no Quissamã, podendo ser homem, mulher e jovem a partir de 16 anos, que concordarem com o presente Estatuto e o Regimento Interno (ACAQ, 1993: 02).

Em suma, a história do assentamento Moacir Wanderley (Quissamã) contada por seus atores e por documentos nos revelou que, grande parte dos jovens que construíram sua história é atualmente militante e dirigente do MST. Quanto aos jovens que nasceram no assentamento ou eram crianças no período do acampamento, a maioria não se sente identificado com o MST tal como seus pais são ou foram. Alguns inclusive fazem uma distinção entre viver no assentamento (comunidade rural de uma região metropolitana) e ser sem terra. Quando falam dos atuais membros do MST, referem-se aos dirigentes que residem na área ou aos técnico-militantes que acompanham ou moram no Centro. Sobre isso comenta Evânio:

(...) meu pai foi... acho que ainda é um militante do MST. Acho importante e tenho orgulho da luta que ele teve para se assentar, mas eu não vivi o que ele viveu e não posso sentir o que ele sentiu, por isso não me considero militante (Evânio).

Evânio nos ajuda a entender que, se não existem os contextos, as práticas específicas, as estruturas normativas constitutivas do processo de identificação, não é possível o auto-reconhecimento como sem terra. De acordo com Hall:

(...) se precisamos de uma teoria que descreva quais são os mecanismos pelos quais os indivíduos considerados como sujeitos se identificam (ou não se identificam) com as “as posições” para as quais são convocados; que descreva de que forma eles moldam, estilizam, produzem e “exercem” essas posições; que explique porque eles não o fazem completamente, de uma só vez e por todo tempo, e porque alguns nunca o fazem ou estão em um processo constante, agonístico, de luta com as regras normativas ou regulativas com as quais se confrontam e pelas quais regulam a si mesmos – fazendo-lhes resistência, negociando-as ou acomodando-as (HALL, 2005:126).

Isto é, considerar-se identificado com os valores e práticas do MST não é simplesmente um ato de imposição, que vem de fora e exige uma tomada de posição. Sendo assim, mesmo que o MST tentasse criar mecanismos de inserção identificatória desses e de outros jovens com sua luta, encontraria mais resistência do que acomodação aos seus interesses. Pois, como diz Hall, a identidade é uma construção, permanentemente negociada.

IV – História e cotidiano do acampamento Tingui: a juventude na segunda ocupação:

Na segunda ocupação da Tingui, efetuada em 11 de março 1997 e em vigor até hoje, ocupar-nos-emos com outros aspectos de sua estrutura social, principalmente com aqueles relacionados ao seu cotidiano identificatório, às diversas posições assumidas pelos jovens e de como estes se identificam ou não com as práticas do MST. Para tanto, as entrevistas, as conversas informais e as observações no trabalho de campo, servir-nos-ão de fio condutor e de base para a argumentação e confirmação ou não de nossa hipótese inicial segundo a qual é nas próprias ações práticas e cursos do MST que o processo de identificação se constrói.

As mobilizações para ocupação da fazenda Tingui começaram no final de 1996. Foram várias reuniões em diversas comunidades dos municípios de Areia Branca, Malhador, Riachuelo e Santa Rosa de Lima¹⁰⁵. O jovem militante Reginaldo Almeida de Jesus, que tinha acabado de chegar do curso de formação da Escola Nacional, no Estado de Santa Catarina, foi um dos mobilizadores dessa ocupação. Ele relata que havia um receio muito grande que a ocupação fosse na fazenda Tingui, pois ainda pairava o fantasma da violência do despejo da primeira ocupação, já que “alguns dos mobilizados eram remanescentes da primeira ocupação”.

Os relatos colhidos através da história oral confirmaram a participação efetiva da juventude nesta segunda ocupação desde os trabalhos de base, pois já existia na região um trabalho desenvolvido pelos sindicatos com a juventude. Destaca Reginaldo: “(...) tinham muitos jovens, nessa época. Porque os sindicatos, principalmente o de Malhador, faziam um trabalho com a juventude”. Porém, a maioria dos jovens só apareceu na primeira semana da ocupação, pois muitos dos pais tiveram receio de colocá-los em risco.

A jovem de 15 anos, Joane dos Santos, relata que seu pai participou desde as primeiras mobilizações e, que apesar de temer a violência, ele convenceu a família a participar “(...), pois

¹⁰⁵ Esses municípios fazem parte da micro região do Cotinguiba, onde predomina a cultura da cana-de-açúcar e sempre foi difícil organizar as ocupações pelo medo que se tinha dos usineiros.

três anos antes da ocupação ele já conhecia essas terras”. Ela chegou ao acampamento na primeira semana da ocupação, com apenas 4 anos de idade e lembra como era sua vida antes da ocupação: “(...) minha vida era um pouco sofrida. Onde eu morava não tinha energia, não tinha água encana, era no rio e era no candeeiro mesmo, igual aqui”. Mesmo reclamando das dificuldades que tinha no sítio onde morava, ela reconheceu que estranhou muito quando chegou ao acampamento. Destaca:

Não era limpo assim, era tudo cheio de cansação, os barracos eram de plásticos e taquara. O rio era meio esbagaçado por causa das enchentes. Quando as enchentes viam levavam os barracos que tinha perto e levava os animais na beira do rio. (...) depois eu fui pegando intimidade com as pessoas e fui fazendo amizade. Eu gosto daqui. Parece que não estou sozinha, que as coisa vão mudar, que não vamos viver com essas dificuldades pra sempre (Joane dos Santos, 15 anos, filha de acampado da Tingui).

Com esse depoimento de Joane entendemos que a vida no acampamento Tingui, em comparação com sua situação anterior, lhe trás esperança em uma vida melhor e que o próprio acampamento já é a conquista de amizades, de compartilhamento social, de união.

Não seria exagero afirmar que essa percepção de uma nova condição de vida no acampamento, é emblemática da idéia de que a situação da ocupação e do acampamento constitui o contexto propício para a identificação de jovens sem terra com o MST. Dentre outras razões porque a esperança de superação das injustiças sociais por meio da luta coletiva é o ideal mais difundido pelo MST na sua prática cotidiana; pois este ideal é o pano de fundo de suas reuniões de frente de massa, suas místicas, suas assembléias, sua divisão de tarefas. São nesses termos que escreve Roseli Caldart:

O que estou buscando aqui é identificar no cotidiano das ações do MST algumas das vivências que podem ser consideradas especialmente significativas do ponto de vista da formação da identidade Sem Terra. São aquelas vivências que, de certa forma, reproduzem ao nível da experiência pessoal a trajetória apresentada antes como formadora dos sem-terra na história do MST. Neste sentido, não estou fazendo uma escolha aleatória, mas, sim, tentando identificar o caminho vivenciado pelo trabalhador sem-terra que chega à firmeza da afirmação *sou sem terra, sou do MST!*, e que se projeta como *lutador do povo* (CALDART, 2000:106-7).

É também nesse sentido que o atual coordenador do grupo de jovens e representante da juventude na Direção da Micro Regional de Riachuelo, André Carlos do Santos, 20 anos de

idade, fala do MST. Inicialmente conta que o pai foi convidado para participar do acampamento depois que o acampamento estava montado e destaca que ele, aos 10 anos de idade, foi o primeiro a visitar a área em nome da família. Reconhece que, como sua origem era rural e já tinha participado de uma ocupação urbana em Maceió, aquele ambiente não era completamente estranho, mas, mesmo assim “foi um choque”. Descreve da seguinte forma:

(...) aí viemos pra cá em 97, onde nós ficamos aqui em 8 pessoas em um barraco de quatro metros quadrados. Pra dormir, era um por cima do outro; eu, minha mãe, meu pai, e meus quatro irmãos, e ainda tinha a dona da casa que já era outra mulher. Sei que eram uns oitos a dez pra dormir num lugar só. Era um quadradinho pequeno lotado. Daí em diante, fizemos nossos barraco e fomos crescendo o lote. (André Carlos do Santos, 20 anos, acampado na Tinguí e coordenador da juventude da Regional Metropolitana).

E continua:

É que lá na cidade tinha energia, e aqui não tinha energia, lá a gente tinha a quadra, aqui nós não tinha o campo, lá a gente tinha o vídeo game, aqui não tinha, aí a gente fica pensando, pô!, a gente veio fazer o que aqui? Ai, daí em diante, de pouco em pouco, a gente vai construindo e vai vendo, se a gente não tem o campo a gente faz, não tem o vídeo game, mais tem a capoeira, pode entrar em outros esporte. A gente vai construindo com os companheiros uma nova forma de vida e parece que é melhor porque todos tão junto, todos colaboram, todos querem terra pra crescer (André).

Tanto no caso de André quanto de Joane é flagrante a disposição para viver experiências totalmente novas no MST. Muito mais importante que isso, percebem que podem construir essas experiências¹⁰⁶, essas novas formas de vida, esses espaços de sociabilidade, uma sociedade, enfim, mais justa. A professora Celecina Sales escreve a propósito dessa discussão:

Pertencer a um grupo ou a um movimento pode ser percebido pelos jovens como uma oportunidade de viver uma experiência nova, mas pode funcionar também como uma atividade que pretende ser provisória, temporária. (...) Para os jovens, pertencer ao MST pode ser uma escolha pessoal, pois o engajamento político tem múltiplos desdobramentos, significa muito mais do que a possibilidade de adquirir terra e trabalho, é principalmente a construção de uma subjetividade, quando perseguem um sonho coletivo de transformação da sociedade (SALES, 2006:174-5).

¹⁰⁶ “A trajetória histórica da formação do sem-terra como sujeito social é um processo educativo, de formação humana. Como tal, vai sendo produzido a partir da *experiência humana* (de pessoas concretas) de participar das ações que constituem cada um dos três momentos identificados na história do MST” (CALDART, 2000:106).

As entrevistas e as conversas informais que realizamos nos mostraram que, quando o jovem se vincula ao MST apenas porque os pais escolheram e eles evidentemente têm que acompanhá-los, o processo de identificação com o Movimento parece não fluir naturalmente e muitas vezes não acontece mesmo depois de anos acampados ou assentados. Em uma conversa no acampamento, um jovem da Tingui afirmou que o acampamento e tudo que se relacionava a este não lhe interessavam, não fazia parte do que ele esperava da vida, não conseguia gostar e nem entender as tarefas coletivas, as reuniões demoradas, as conversas políticas, enfim, não se sentia pertencendo ao MST.

Conforme escreveu Maria Rita Kehl, vivemos em um tempo e em uma cultura dominada pelo consumismo, narcisismo e individualismo. Ora, essas características dificultam a convivência com o outro ou a preocupação com a coletividade. Afirma:

O principal, entretanto, é o compromisso com o Bem Comum, com algo que transcenda nossas vidas passageiras e o fugaz prazer de nossos corpos. (...) A atitude consumista moderna é dissolutora desses ideais. Essa é sua maior nocividade. Ela rompe o fio da tradição e nada põe no lugar. É uma cultura do imediato, do descompromisso consigo, com o outro e com o devir de todos (KEHL, 2004: 85).

Essas entrevistas também nos mostraram (o caso de Joane e André são exemplos disso) que o processo de identificação acontece de forma espontânea quase sem se perceber, como nos contou Gileno Damascena Silva:

Eu tomei a decisão de me acampar já acampado. Porque em 97, como eu era do sindicato rural e do PT eu me sentia na obrigação de travar a discussão da reforma agrária no município super- conservador que é município de Boquim. (...) Eu como direção do sindicato fiz questão de participar das reuniões e apoiar. (...) Então participei de todas nas comunidades, que eram as reuniões de base, convocando a companheirada para participar da ocupação. Então em 29 de junho de 1997, dia de São Pedro, nós fomos para a ocupação e eu saí de casa dizendo para a família que eu retornaria no outro dia, pois eu estaria indo de fato para apoiar. Era essa a minha idéia até aquele momento. Chegando no acampamento, eu fui me comprometendo e fiquei uma semana no acampamento e quando eu voltei eu disse para a minha família que a partir daquele momento eu ia fazer parte do MST (Gileno).

Pois, se como nos ensinou Thompson e Hall, a identidade é o resultado de experiências conjuntas, que se acumulam, transformam-se e se constroem na história, com a imposição cria-se outra “estrutura”, mas não a identificação. Nos termos thompsonianos:

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei (THOMPSON, 1987:10).

Stuart Hall escreve praticamente no mesmo sentido: “Foi nesse sentido que a “experiência” foi concebida, não como uma fonte autenticadora, mas como um efeito: não como um reflexo do real, mas como uma ‘relação imaginária’” (HALL, 2003:139).

Também a jovem Gislene dos Santos Reis, de 25 anos de idade, acampada na Tingui e atual representante do Estado de Sergipe na Direção Nacional MST, assume que apesar de sua mãe ter participado de todo o processo de organização da ocupação, ela e as duas irmãs estudavam na cidade e só tiveram contato com o acampamento tempos depois.

Então em 1999 foi aonde efetivamente eu tive contato com o acampamento. Eu já tinha feito visitas antes, mas não era periodicamente, não era constante. Em 99 eu passei a freqüentar o acampamento porque concluí o ensino médio e não porque não tinha nenhuma perspectiva de estudo mais, pois minha família não tinha condições de bancar um curso pra mim ou alguma coisa nesse sentido. Então eu comecei a me envolver com Movimento e ajudar minha mãe no acampamento (Gislene dos Santos Reis, entrou na Tingui com 15 anos e atualmente tem 25 anos e é acampada na mesma área. Também representa Sergipe na Direção Nacional do MST).

Podemos então compreender que o ato de reconhecer-se como pertencendo ao MST acontece nas práticas cotidianas do Movimento. Isto é, não adianta os pais forçarem seus filhos ao engajamento, ou o próprio MST induzir seus jovens militantes a assumir seus ideais, ou que a ausência de outras opções os conduza à militância. A experiência tem mostrado que, quando as razões são estas, os jovens não permanecem por muito tempo identificados com o Movimento. Mesmo porque, como escreve Celecina Sales, o pertencimento ao MST pressupõe “a construção

da subjetividade” com sua concepção de mundo, valores, objetivos, que se distingue do jovem não vinculado ao MST.

Também Roseli Caldart pensa que:

Esta experiência humana de participação em um movimento social como o MST produz aprendizados coletivos que, aos poucos, se conformam em cultura, naquele sentido de jeito de ser, hábitos, posturas, convicções, valores, expressões de vida social produzida em movimento, e que já extrapolam os limites desse grupo social específico. Isto não quer dizer que todas as pessoas que vivenciam estas ações coletivas aprendem a mesma coisa e da mesma maneira. (...) Cada sem-terra aprende a sê-lo do seu jeito e no seu ritmo empurrado pelas circunstâncias que forçam esta consciência da necessidade de aprender (CALDART, 2000:106).

Além disso, a formação da identificação se dá de forma diversa entre os jovens. Alguns deles, inclusive, percebem essas diferenças e concorrem entre si para estabelecer quem de fato tem mais direito de se sentir MST. No acampamento Tingui existem jovens que participam desde as reuniões de base; os que chegam com os pais na ocupação; os que chegam alguns dias depois da ocupação; e os que chegaram ao longo do tempo, ou mais recentemente.

Os que participaram da ocupação falam com orgulho sobre sua experiência. É como se os primeiros fossem pioneiros e carregassem consigo “*a mística da ocupação*”, muito citada nas entrevistas. É comum se ouvir: “*vocês são novatos e não conhecem a história da Tingui*”. Também disputam sobre quem participou de mais cursos e manifestações ou quem mais contribuiu para resolver problemas ligados ao acampamento.

Quem chegou depois não vê o acampamento do mesmo jeito. Não entende direito o que é ser sem terra. Não sabe as dificuldades que passamos nos despejos e, por isso, não tem a dimensão dos riscos dessa reintegração de posse que está nas mãos da juíza. (André)

Essa situação de chegada e saída de jovens na Tingui não é comum em outros acampamentos; principalmente no começo da ocupação da Tingui existiram algumas renovações de famílias, embora essas renovações não tenham implicado necessariamente no aparecimento de “novos” sem terra, pois grande parte era oriunda de outras áreas. Na verdade, o MST adotou a estratégia de não deixar diminuir o número de famílias acampadas, sempre em torno de 270, por três motivos: por ser um acampamento de onze anos, pela capacidade de assentamento da área e

por uma questão de segurança. Ou seja: “quanto mais gente acampado, mas forte somos” (frase citada por um dos coordenadores do acampamento).

No campo da coordenação política do acampamento, houve também renovações e alternâncias de militantes. Dentre estes destacamos a presença da jovem Dilma Lima dos Santos. Sua trajetória como militante começou com reuniões de base para as quais foi chamada por outros jovens. Daí em diante não quis mais fazer outra coisa da vida a não ser freqüentar os cursos de formação nos quais diz ter entendido o sentido de “pertencer ao MST”, participou e organizou ocupações e acampamentos (como a Tingui); atualmente, Dilma é da direção estadual do MST de Sergipe. Em uma passagem de sua entrevista, revela:

Desde quando comecei a participar das reuniões de base percebi que meu lugar sempre foi no MST, mas o que me deixou mais segura disso foram os cursos de formação e a coordenação política de acampamentos. Eu me sentia fazendo parte de algo importante não apenas pra mim, mas pra muita gente que já não tinha esperança na vida, que não suporta mais tanta injustiça social, que não queria mais ficar sentado esperando milagre. Entendi que ser companheiro é construir juntos uma sociedade mais justa (Dilma).

Com relação à presença efetiva dos jovens no acampamento, Dilma atesta que toda organização política, social e cultural pressupõe a juventude assumindo tarefas e se posicionando.

Nas suas palavras:

(...) tinham muitos jovens e eles participavam do acampamento. Nas assembléias, quem tocava nas aberturas das assembléias, cantavam o hino, eram os jovens e as crianças. (...) eles participavam das atividades e dos cursos. Eram eles que organizavam os espaços onde se realizavam as reuniões (Dilma).

A questão é: como os jovens efetivamente participam e participaram do cotidiano do acampamento Tingui? O espaço máximo de discussão e decisão é a Assembléia, que acontece ordinariamente de quinze em quinze dias, sempre nas terças-feiras. São sempre organizadas pela coordenação do acampamento, que decide a pauta, limite de horário e se convida alguém para fazer análise de conjuntura. Geralmente é acompanhada por um membro da Direção Estadual, que informa as novidades das negociações gerais e da própria Tingui. Os preparativos começam logo cedo, com a limpeza e ornamentação do barracão da assembléia, organização da mística e mobilização do acampamento. Enquanto isso os coordenadores se reúnem em local isolado para

selecionar os pontos a serem debatidos, quem apresenta cada ponto e quais as sugestões da coordenação.

A limpeza, ornamentação e mística ficam a cargo dos jovens que se organizam um dia antes ou no momento em que a coordenação se reunia. Os jovens também se organizam para colocar na pauta da assembléia os pontos específicos que os interessam, geralmente ligada às atividades esportivas, principalmente capoeira e futebol, à educação, à organização da resistência para os prováveis despejos. Porém, os jovens reclamam que seus pontos são tratados com preconceitos e relegados ao segundo plano. Vejamos o que diz André a esse respeito:

É bem difícil porque eles dizem (os companheiros adultos): jovens, crianças... 'vai pra lá menino!'. Ai acham que os jovens não tem uma disposição... 'não, você vai atrapalhar!'. E a juventude tem muitas propostas, tem muita força e quer fazer as coisas, mas as oportunidades ficam um pouquinho a desejar. Ai a gente corre atrás! Agente quer oportunidades de fazer os trabalhos, organizar e participar. A juventude quer participar, e daí nós cobra, cobra, até abrir o espaço para a gente trabalhar (André).

Como ficou claro na citação acima, esses espaços são conquistados. Não é tarefa fácil para os jovens ganharem o respeito dos adultos sem terra e, conseqüentemente, assumirem posições importantes na coordenação política do acampamento. Acreditamos, todavia, que essas dificuldades enfrentadas pelos jovens no interior do acampamento contribuem para sua maturidade individual e política, além do que compreendem desde já o significado de lutar pelos seus ideais bem como constituem o cenário para o processo de identificação com o MST. Pois, segundo Thompson: "Utilizo, portanto, a terminologia do conflito de classes enquanto resisto a atribuir identidade a *uma* classe. (...) Porém, parece-me que a metáfora de um campo de forças pode coexistir com frutiferamente com o comentário de Marx no *Grundrisse*" (THOMPSON, 1979:41). Isto é, a luta social é uma atividade desenvolvida em todos os espaços percorridos pelos indivíduos; e seu processo não é feito apenas de consensos e união, porém também de contradições e enfrentamentos, inclusive com os parceiros.

Ressaltamos que, na divisão de tarefas do cotidiano do acampamento, são os próprios jovens que organizam as místicas que tanto encantam e atraem jovens para a militância no MST. Gislene nos relata que uma das motivações para reconhecer-se como sem terra foi o contato com a mística, responsável por sua "permanência no Movimento"; ao lado do necessário processo de conscientização e compreensão da prática e dos ideais do MST. Em seus termos:

(...) eu tive duas motivação principais: a mística e seu envolvimento com a arte que me chamou muita atenção, então foi o elemento assim que eu acredito ainda hoje que foi o mais forte dessa permanência no Movimento; a outra foi a questão da conscientização que eu fui tendo com o tempo de entender o que era o processo de Reforma Agrária, o porquê que o MST tinha palavras de ordens, o porquê da luta, os problemas de enfrentamento de ocupação de terra, dos despejos que tinha, como que eu enxergando aqueles despejos, a forma como se dava. Então eu pude conviver com essa realidade e a partir dessa realidade eu ia percebendo algumas coisas que antes, é, com o meu conviver principalmente com a cidade eu não tinha percebido. Então eu fui me desenvolvendo, é, assim uma opinião própria, de concordar com os princípios do Movimento, entender a sua dinâmica de como é que funciona, a sua organicidade e fui me envolvendo cada vez mais (Gislene).

Voltando a estrutura organizacional do acampamento. De acordo com o que observamos e com o que nos foi relatado, existe um outro espaço de decisão, os Grupos de Famílias, que se reúnem de 15 em 15 dias, todas as terças-feiras. Os objetivos são: fazer estudo, trabalho coletivo e para discutir os pontos que envolvem sua organicidade e as questões relativas aos seus membros. Quando os pontos ultrapassam o poder de decisão dos grupos e/ou envolvem mais de um grupo ou o acampamento como um todo, a instância deliberativa passa a ser a assembléia. Ou seja, quando os pontos são “mais simples” são resolvidos nos grupos e quando são “complicados” são resolvidos na assembléia. Dessa forma, uma terça-feira é reunião dos grupos e outra é reunião da coordenação e assembléia.

Uma das melhores diversões do acampamento é o grupo de capoeira. Esse grupo nos ajuda a manter unidos, pois mesmo que não tenha reunião do grupo de jovens todos se encontram nas rodas de capoeiras, que além dos esporte a gente debate vários ponto do acampamento da luta e dos jovens. Muitos jovens ficam no acampamento porque tem o grupo de capoeira (José Jaime tem 16 anos e é filho de acampado da Tingui).

Quando falam sobre a organização da segurança do acampamento, os acampados lembram das dificuldades dos primeiros dias, pois além das condições precárias do acampamento, especulava-se que os proprietários estariam organizando um grupo armado para tirá-los a força. O clima era de muita insegurança e as equipes de seguranças se revezavam dia e noite. Segundo eles, ainda hoje existem as equipes de seguranças que se revezam no portão de

entrada do acampamento, porém é menor e só circula no acampamento se houver algum alarme¹⁰⁷. Em uma dessas noites, pude acompanhar a equipe de segurança. Eram cinco homens e uma mulher, que entre papos e cafés passaram a noite no “barraco de vigília”. Estes lembraram com certo saudosismo:

Tempos bons! A gente sofria muito, mas era muita animação e união. Era muito perigoso e cansativo, mas uns se sacrificavam para que os outros pudessem dormir. Era muita conversa e muito sonho. Hoje a coisa tá diferente, só tem reclamação (anotações no caderno de campo).

Nesse momento o outro retrucou:

(...) olhe nós aqui conversando e lembrando das coisas boas. Pior é tá na cidade e não ter do que lembrar, ainda não saiu a terra, mas nós estamos morando e plantando e contando história (anotações no caderno de campo).

Perguntei-lhes se os jovens participavam da segurança do acampamento. Ao que responderam ser uma das regras da segurança adotadas no passado e respeitadas ainda hoje é não permitir menores de 18 anos na vigília. Têm alguns jovens que ficam na responsabilidade dos pais ou quando ele próprio é acampado, mas sempre com mais de 18 anos. Durante o dia, alguns jovens e crianças ficam no espaço, mas nunca na responsabilidade de vigiar. Quando se nota algo estranho ou existe a possibilidade de despejo, o número de pessoas na equipe de segurança aumenta consideravelmente e as regras de vigilância se tornam mais rígidas.

Essas regras são colocadas em prova, principalmente nos momentos de conflitos. Para os acampamentos, salvo em caso de pistolagem, os riscos da ação policial¹⁰⁸ numa reintegração de posse (despejo) põem as famílias sempre em alerta.

Ainda no primeiro ano, houve “despejo”. Na verdade foi uma estratégia para fugir do enquadramento na Medida Provisória nº 2.183, de 24 de agosto de 2001, que altera o a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e que passou a vigorar com as seguintes alterações:

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter

¹⁰⁷ É muito comum nos acampamentos sinais de alarme que só os acampados conhecem. Um dos mais comuns é foguetão (fogos de artifício).

¹⁰⁸ Ao longo dos últimos anos, com raras exceções, o cumprimento da reintegração de posse tem sido extremamente violento.

coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (MELO, 2006:252).

Sobre essa estratégia comenta André Calos da Silva:

(...) saímos para a beira de pista para o INCRA fazer a vistoria. Não foi totalmente um despejo, foi um acordo que fizemos com o INCRA para fazer a vistoria, pois não poderiam fazer a vistoria com a gente lá dentro (André).

Essa mudança do local do acampamento marcou muito os jovens, pois eles tiveram que se reorganizar em um novo ambiente e passaram a viver uma nova realidade, agora fora da área. Uns entenderam como uma estratégia do MST, outros entenderam como um despejo. Mas como essa situação não se estendeu por muito tempo, todos os acampados e jovens acampados entenderam que a ação foi de fato um “acordo tácito” com o INCRA, já que o MST conhecendo a estrutura funcional da instituição decidiu pela estratégia da desocupação momentânea.

Feita a vistoria e reconhecida mais uma vez a improdutividade da terra, os acampados retornaram para a fazenda Tingui e continuaram com seu cotidiano de atividades agropecuárias, culturais e sociais. Transformaram os antigos barracos de lona em casas de taipa e construíram uma escola de alvenaria a qual funcionava como um espaço de educação informal, formação e reunião.

Além disso, os jovens acampados criam um grupo de capoeira que não se limita a ser apenas uma prática esportiva, mas como espaço de sociabilidade, de discussões políticas e de organização da prática da juventude no MST e, mais especificamente, no acampamento. De acordo com o depoimento de alguns jovens, esse grupo foi o embrião da formação do grupo de jovens do acampamento o qual assume tarefas importantes em outros acampamentos e assentamentos como mobilizadores e formadores da juventude do MST. Exemplo disso é que a atual coordenação da juventude da região metropolitana foram todos participantes do grupo de capoeira.

Ao que parece, essa curta temporada de acampamento na estrada não desanimou os acampados da Tingui. Ao contrário, a confirmação da improdutividade da terra forneceu a energia necessária para que os acampados se desenvolvessem em muitos aspectos, principalmente sob o aspecto social e cultural. Todavia, tempos depois as famílias são

surpreendidas com um outro pedido de reintegração de posse; desta vez solicitada pela Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - COHIDRO (Governo do Estado). Pois, o Governo do Estado havia comprado parte das terras onde está situado o acampamento para o projeto de irrigação empresarial Jacarecica II¹⁰⁹ e, com isso, comprou a briga para si. Por isso, hoje se tem duas liminares de reintegração de posse, uma solicitada pelo proprietário da fazenda e outra pela COHIDRO, sendo que esta segunda está suspensa.

Sob ameaça dessa nova reintegração de posse, as famílias recorreram à Ouvidoria Agrária Nacional. Para tanto, alegaram que sendo a propriedade do Estado não se justificava o argumento legal de que a fazenda Tingui havia sido ocupada. Por conseguinte, solicitaram uma nova vistoria; mais uma vez a fazenda foi considerada improdutiva. Diante disso, os proprietários recorreram à justiça federal alegando “esbulho processório”, continuando até hoje *sub júdice*.

Ao longo desses onze anos foram muitas as ameaças de despejo, pois existem liminares concedidas pelo judiciário, mas as negociações são constantes para que estas não se cumpram. As justificativas são variadas: o grande número de acampados, mesmo com o revezamento dos dias de frequência diariamente ficam mais de cem famílias no acampamento entre os que moram e os que cumprem os dias¹¹⁰; o grande número de acampados e assentados da região¹¹¹ que vivem ao redor da Tingui; o fato de já possuírem habitações de taipa e alvenaria; a grande produção agropecuária, com sítios de banana, maracujá, etc; como são muitos moradores naturalmente são muitas crianças, dentre outras coisas. Os riscos de um conflito de grandes proporções seria muito provável.

Entretanto, existe uma justificativa ainda mais forte para a permanência do acampamento Tingui segundo seus acampados. Esta é, de acordo com José Jaime de 16 anos:

Eu sei que sou muito novo, mas foi aqui na Tingui que eu entendi o que é união, o que é não tá sozinho. A gente divide as dificuldades e as conquistas também. Eu agora sei que não é natural quando eu passava fome ou via outras

¹⁰⁹ Perímetro irrigado com uma área com 1998 ha. Dividida em 76 lotes para pequenos agricultores ligados a FETASE e ao MST (Assentamento Dandara) e 17 lotes destinados a empresários agrícolas, com indicação para exploração de fruteiras, hortaliças e pecuária de leite, porém sub-utilizado com o plantio de cana-de-açúcar.

¹¹⁰ As regras são três dias e três noites no acampamento. Os outros dias os acampados tem liberdade para trabalhar fora ou até mesmo morar fora. Porém, como é um acampamento “velho” e está dentro da terra, o número de famílias morando é muito maior que nos outros acampamentos do Estado.

¹¹¹ Vizinho ao acampamento existe o Projeto Jacarecica II com 150 famílias assentadas e o acampamento Mario Lago, com mais de 98 famílias acampadas.

peças passando fome quando têm alguns com tantos carros, vivendo com tanto luxo. Isso é injusto e posso dividir com meus companheiros a vontade de lutar contra isso. Foi aqui na Tingui que encontrei união, por isso nenhum fazendeiro consegue tirar a gente daqui, porque a gente é forte junto (José Jaime).

Essa esperança que encontramos entre muitos jovens do acampamento Tingui parece está ausente em alguns acampados pioneiros. Mesmo porque 11 anos de espera para ter sua terra legalmente e sair da situação de insegurança do acampamento, é tempo de sobra para “enferrujar” qualquer disposição e esperança.

Em uma das rodas de conversas à espera da reunião da Coordenação do Acampamento, discutimos sobre os espaços da juventude no acampamento de hoje e sobre o futuro dos jovens no assentamento. Um senhor de 52 anos levantou o mão e, aparentando certo desânimo, chamou a atenção para a seguinte questão:

Também acredito no futuro dos jovens neste acampamento. Veja a minha situação e a de muitos aqui. Quando cheguei neste acampamento eu tinha 41 anos de idade e muita força para trabalhar. Hoje estou um velho bom de morrer. Tenho 52 anos e não tenho a mesma disposição para a roça, e ainda não sabemos quantos anos a gente passará aqui até sair a terra. Já sei que quem vai tomar conta da terra são os jovens (Anotação de caderno de campo).

Aproveitando a questão colocado por esse acampado pedimos que os outros comentassem. Éramos doze pessoas, com idades bem diferentes (três com pouco mais de 15 anos; sete numa média de 30 a 50 anos e dois com mais de 60 anos) com posições internas também diferentes (dois eram coordenadores). As onze pessoas reagiram veementemente à comparação com “velho bom de morrer” e disseram que ainda eram jovens, numa clara demonstração que era ruim ser velho.

Esse medo de se identificar com os “velhos”, muito presente na sociedade moderna ou “esse ideal da juventude como melhor estação da vida” (RIBEIRO, 2004: 27), estão presentes na maioria dos comentários ou das discussões no acampamento e nos outros espaços de discussão do MST. Sobre esse medo do envelhecimento destacou Norbert Elias:

(...) Dito de outra maneira, a identificação com os velhos e com os moribundos compreensivelmente coloca dificuldades especiais para as pessoas de outras faixas etárias. Consciente ou inconsciente, elas resistem à idéia de seu próprio envelhecimento e morte tanto quanto possível (ELIAS, 2001:80).

O que caracteriza, contudo, a resistência quanto ao “próprio envelhecimento” dos acampados da Tingui não se restringe ao ideal de juventude da modernidade, mas diz respeito às oportunidades (terra para trabalhar) que não lhes foram dadas em um tempo em que seu corpo e sua mente encontravam-se em pleno vigor. Não é estranho, portanto, encontrar em um acampamento de 11 anos pessoas que o construíram desde o início em um estado de desânimo.

Por fim, na pesquisa de campo que realizamos no acampamento Tingui percebemos que a forma como seus acampados construíram seu cotidiano, como seus jovens despontam como grupo sócio, político e culturalmente organizado, como os despejos e o longo período de acampamento os fortalece e os enfraquece simultaneamente, parecem ter contribuído para o auto-reconhecimento de sua juventude como sem terra. Talvez porque se trate de um acampamento (geralmente os acampados são mais “ligados” aos ideais do MST e são mais abertos à formações coletivas), o fato é que na Tingui nos “foi mais fácil” apreender como alguns jovens se identificam com as práticas do MST que entre a juventude do assentamento Quissamã. Situações contraditoriamente parecidas: o Quissamã tem as características “naturais” de ser uma conquista de 16 anos e a Tingui de ser uma resistência de 11 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao que parece, a idéia de identificação e não mais de identidade analisada por Hall, ajuda sobremaneira a pensar as diversas formas pelas quais os jovens Sem Terra se auto-reconhecem identificados com os ideais e práticas do MST. Vimos que parte dos jovens criados no assentamento Quissamã mostra-se menos identificados com o MST (inclusive optam ou são “forçados” a optar por profissões diferentes dos seus pais) do que os jovens pioneiros que construíram não apenas o assentamento, mas também colaboraram com sua história. Além disso, percebemos que, numa rápida comparação com essa nova geração do Quissamã, um grupo considerável de jovens do acampamento Tingui mostrou-se mais engajado com as práticas do MST. Ora, como entender que jovens em uma mesma faixa etária, oriundos de uma mesma realidade social, com objetivos semelhantes e orientados ideologicamente por um mesmo movimento, possam simplesmente desenvolver processos diferenciados de ligação identificatória?

Para Stuart Hall, transformações sociais, históricas, políticas e culturais estão em pleno andamento nas sociedades atuais. Em face dessas transformações, parece que não podemos mais falar de uma identidade unitária que reúna e suprima todas as diferenças e distâncias. Mas ao contrário, implica reivindicar as particularidades específicas que sustentam a construção das identidades, quer sejam diferenças étnicas, quer sejam diferenças econômicas ou culturais; e mais, quer sejam de um grupo ou de um povo. Por conseguinte, ao invés de unidade o que existe seria uma pluralidade de identidades que de modo algum é excludente, isto é, uma pessoa pode se identificar, simultaneamente, com múltiplos grupos identitários; quando requer para si modos de agir e de pensar de um grupo feminista, de um sindicato e ainda assim ser brasileira.

Com isso, Hall entende que a identificação é um processo; no mesmo sentido em que Thompson fala de classe como fazer-se, ou seja, constituir-se no processo histórico. A identidade com o MST não é algo dado ou a priori para todos indistintamente, depende das circunstâncias cotidianas que os próprios sem terra constroem. Mas principalmente, depende do que Hall chama de “assumir posição” no mundo em que vivemos. Por isso que os próprios jovens entrevistados

nos deram pistas importantes das razões dessas diferenças; pois, à medida que são acampados ou assentados, militantes ou apenas jovens sem terra, estes se posicionam de maneira diversa quanto ao seu lugar no cotidiano retratado, às suas expectativas gerais, às formas de agir do MST (místicas, ocupações de terras, assembléias, manifestações, etc.).

Gileno Damasceno revela em sua entrevista como os ideais “claros” do MST que atuam sem ilusões o “seduziram” para a militância. Em seus termos:

Foi a clareza da luta que o Movimento Sem Terra faz. Tem clareza da importância da reforma agrária e como ela deve ser feita. Essa clareza me fez entrar para a organização, mas foi na prática, como acampado, que entendi que o MST faz uma luta sem ilusões. Uma luta difícil, bonita, que tem a mística, que tem o envolvimento da juventude e que acredita que nesse país a reforma agrária ajudará a resolver os problemas gravíssimos da sociedade. (...) É uma luta bonita, mas com a consciência de que não depende apenas da vontade do MST, mas também de uma compreensão da sociedade, de uma articulação com outras forças (Gileno).

Nesse trecho e na seqüência de sua entrevista, este jovem posiciona-se de forma que consideramos “madura” e conseqüente na militância que desenvolve no MST. Pois o que o move para a luta já é uma compreensão do MST como movimento que deseja mudanças profundas na sociedade, mas objetivamente encontra entraves estruturais que dificultam sua realização. Essa concepção do MST, que só a prática pôde confirmar, define a posição e a identificação de Gileno no e com o MST.

Para Camilo Feitosa, outros motivos o encaminharam para a identificação com o Movimento. O mais importante foi um curso de formação política que participou no Centro de Formação Canudos.

Mesmo tendo nascido no MST, como filho de lideranças: passei toda a minha infância e começo da adolescência em acampamentos, assentamentos, reuniões, passeatas, eu só passei a me sentir ligado ao MST quando por acaso entrei na sala onde estava acontecendo a 1ª Escola Estadual no Quissamã. Era Pernambuco que tava coordenando o curso. Conversei com ele e aceitei o convite para assistir às palestras. Assistir à palestra de História do Brasil e de Economia Política; achei que não entendia muita coisa, mas tinha vontade de aprender. Passei a estudar mais e também me dei conta da importância do MST. Um movimento que discutia com tanta gente diferente aqueles assuntos, que mostrava que era possível criticar e transformar a realidade que vivemos (Camilo).

Continua Camilo:

Essa coisa de me sentir tão próximo de uma luta ou de uma organização social, só sinto com o MST. Porque eu também sou do movimento estudantil secundarista, participo ativamente, mas não é a mesma coisa. No Movimento eu contribuo no Setor de Juventude, como você sabe, e lá eu compartilho praticamente tudo com meus companheiros; acreditamos na revolução, temos esperança que vamos mudar a sociedade (Camilo).

Essa visão do jovem Camilo acerca do MST e do seu sentimento de identificação é diferenciada da visão de Gileno. No primeiro, encontramos uma postura de militante impulsiva, radical e carregada de sonhos¹¹²: acredita na transformação da realidade social pela via do MST. Pelo que pudemos apreender nas entrevistas e conversas informais, os entraves da própria realidade não são considerados e quando são, o jovem Camilo acredita que o MST os superaram sem grandes problemas. Em Gileno, diferentemente, deparamo-nos com uma postura mais ponderada e reflexiva, receia os obstáculos e entende que nem sempre são facilmente ultrapassáveis. Talvez seja assim porque, embora ambos sejam jovens, existe uma diferença acentuada de idade (quando se auto-reconheceram do MST: 14 anos Camilo e 28 anos Gileno).

Pensamos, contudo, que não seja somente isso. A identificação com uma classe, ou com o MST tal como nos ensina Thompson, é uma relação histórica que deve “estar sempre encarnada em pessoas e contextos sociais”. Sendo assim, os indivíduos a vivenciam e a realizam de formas variadas; o que os unem como classe ou como movimento social seria:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 1987:10).

Acrescentamos ainda que, essa postura apaixonada que caracteriza a militância de Camilo e de outros, pode, eventualmente, frustrar-se diante das contradições internas e externas da prática efetiva do MST (como acampado, dirigente, assentado, técnico). Em minha trajetória como militante e no trabalho de pesquisa que realizei, assisti e ouvi jovens que foram do

¹¹² “Na linguagem da sociologia, ser jovem significa, sobretudo, ser um homem marginal, em muitos aspectos, um estranho ao grupo. (...) A meu ver, essa posição de estranho é um fator mais importante que a efervescência biológica para explicar a mutabilidade e receptividade, e tende a coincidir com as atitudes de alienígenas de outros grupos e indivíduos que, por outras razões vivem à margem da sociedade, como as classes oprimidas, os intelectuais independentes, os artistas, etc.” (MANNHEIM, 1968:75-6).

encantamento ao desencantamento com a mesma entrega. Os motivos para a decepção momentânea ou definitiva (saída do MST) variam: dificuldade de realizar os projetos coletivos, centralismo interno, “morosidade pra sair a emissão de posse de uma fazenda, imagina para a reforma agrária”, etc. Na verdade, muitos jovens se chocam com a contradição entre a teoria que representa uma situação ideal repassada pelos cursos de formação e as condições reais do cotidiano enfrentado pelos sem terra.

Outro exemplo da capacidade que tem o cotidiano do MST¹¹³ para encantar os jovens é José Jaime. Afirma ter ficado muito empolgado com os cursos de formação, com as viagens para fora do Estado, mas foi a mística que mais o atraiu para o Movimento. Conta-nos que quando ajudou a organizar pela primeira vez uma mística ficou muito emocionado, sentiu como se pudessem realizar de fato tudo que iriam “teatralizar” na abertura do encontro:

Eu já tinha participado de outros encontros aqui na Tingui, mas foi o primeiro que organizei a mística. Nunca tinha me sentido daquele jeito. A gente unido, pensando num tema, na forma como ia apresentar: um falava, o outro falava. Parecia que todo mundo queria botar as coisas pra fora, e fomos falando, falando...até que a gente percebeu que todos queriam acabar com o latifúndio, queria terra pra plantar, queria educação, dignidade. Então resolvemos que a mística seria isso: um tempo que não existia mais essas coisas ruins (fazendeiro, pistoleiro, injustiça, fome). Daí a gente fez a mística. E foi tudo tão bonito porque parecia que a gente pode e vai viver esse tempo. (...) Depois disso percebi que eu sou da galera do MST até morrer (José Jaime).

Diante disso entendemos que, o cotidiano do MST é, por excelência, formador e promotor de identificação dos jovens. As relações sociais estabelecidas pelos jovens e sem terra de modo geral no cotidiano do MST (através das reuniões, assembléias, marchas, atividades coletivas, místicas, ocupações) agem sobre os padrões identificatórios que já o caracterizam, alterando sua estrutura e reconstruindo sua identidade. De forma alguma defendemos que os jovens abandonam outros elementos identificadores, como valores, tradições culturais ou idéias específicas; mesmo porque esses jovens têm uma história de formação própria ou podem realizar projetos fora do ambiente do MST, que não são simplesmente substituídos por outros.

Esse cotidiano, por fim, deve ser compreendido a partir de dois momentos fundamentais que constituem a história de luta do MST e o processo de identificação de jovens com seus ideais:

¹¹³ “As vivências educativas de aqui se trata não são necessariamente as ações realizadas pelo MST como uma intencionalidade pedagógica e cultural. São aquelas ações próprias da materialidade principal da atuação do Movimento, em uma relação direta com os momentos de sua história de luta” (CALDART, 2000:107).

o momento em que aflora com intensidade a paixão pela causa e a confiança na transformação da sociedade e de si mesmo; e um outro momento que é o da reflexão madura sobre as reais dificuldades de se construir e de se fazer parte de um movimento social e de uma sociedade que reivindica a existência de um tal movimento. Senão nos descobriremos como aqueles indivíduos citados por Thompson: “Gostaria que você escrevesse um poema em versos brancos, dirigido aos que, em consequência do fracasso total da Revolução Francesa, abandonaram todas as esperanças de melhoria da humanidade, e estão naufragando num egoísmo quase epicúreo (...)” (1987:194).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Juventude Rural: Ampliando as Oportunidades*. Raízes da Terra, MDA, ano 01, nº 01, 2005.
- ABRAMOVAY, Ricardo (Coord). *Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos Novos Padrões Sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRAMO, Helena W. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. IN: ABRAMO, Helena W. & BRANCO, Pedro P. M. *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Perceu Abramo/Intituto da Cidadania, 2005.
- ARÏES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BERGAMASCO, Sônia M. & NORDER, L. O que são Assentamentos Rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BETTO, Frei. *Caminhos da Mística. Cadernos: Fé e Política nº 09*. Petrópolis: 1993.
- BOFF, Leonardo. *Alimentar Nossa Mística. Cadernos: Fé e Política nº 09*. Petrópolis: 1993.
- BOGO, Ademar. A Mística, Razão da Persistência. IN: *A Luta pela Reforma Agrária e por Mudanças Sociais no Brasil – Documento Básico*. São Paulo: MST, 2005.
- BOGO, Ademar. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A “Juventude” é uma Palavra. IN: *Questão Sociológica*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A Delegação e Fetichismo Político. IN: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. IN: *Usos e Abusos da História Oral*. Ferreira, M. M. (org) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BRITTO, Sulamita (Org). *Sociologia da Juventude, I: Da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. IN: FERREIRA, Marieta M. (ORG.). *História Oral e Multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Finepe, 1994.
- CARNEIRO, Maria José. O Ideal Rurbano: Campo e cidade no imaginário de jovens rurais. IN: SILVA, F. C. T., SANTOS, R., COSTA, L. F. C. *Mundo Rural e Política: Ensaio interdisciplinares*. Rio de Janeiro, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da Agricultura no Brasil: Uma reflexão crítica. In: Schneider, S. (Org.) *A Diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: Projeto e Valores. IN: ABRAMO, Helena W. & BRANCO, Pedro P. M. *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma Pesquisa Nacional*. São Paulo: Perceu Abramo/Intituto da Cidadania, 2005.
- CARNEIRO, Maria José. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. IN: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (ORG.). *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- CARNOY, M. Gramsci e o Estado. IN: Estado e Teoria Política. São Paulo: Papirus, 1994.
- CASTRO, Elisa Guaraná. *Os jovens estão indo embora?: Juventude Rural e Reforma Agrária*, in: Revista. Proposta nº 107/108 DEZ 2005/MAR 2006.
- CASTRO, Elisa Guaraná. Relatório: *Perfis dos Jovens Participantes de eventos dos Movimentos Sociais Rurais (2006)*. (Impresso).
- CECAC. *Plano de Recuperação do Assentamento Quissamã*. Aracaju: CECAC/INCRA, 2006. (Documento impresso)
- COSTA, Antonio C. G. da. (et alli). *Brasil Criança Urgente*. A Lei 8069/90. São Paulo: IBPS/Columbus Cultural, 1990.
- COSTA, Jurandir F. Perspectivas da Juventude na Sociedade de Mercado. IN: *Juventude e Sociedade: trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perceu Abramo/Intituto da Cidadania, 2004.
- DAHRENDORF, Ralph. Sociologia e Sociedade Industrial. IN: FORACCHI, M. & MARTINS, J. S. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- DAMATA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

- ELIAS, Norbert. *Lúcifer sobre as Ruínas do Mundo*. IN: *Os Alemães. A Luta pelo Poder e a Evolução do Habitus nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- FERNADES, Florestan. *Os Dilemas Políticos dos Jovens*. IN: *A Força do Argumento*. São Carlos: UFSCar, 1998.
- FERNANDES, Bernardo M. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FIABANI, Ademir. *Mato, Palhaço e Pilão: O Quilombo, da Escravidão às Comunidades Remanescentes [1932-2004]*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- FINK, Bruce. *O Sujeito Lacaniano*. Rio de Janeiro: JZA, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GATTAZ, C. *Fazendo História Oral: Entrevista: Construindo a Igualdade e a Diferença*. IN: *Braços da Resistência: uma História Oral da Imaginação Espanhola*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GOHN, Maria da G. *O Mundo Rural: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*. IN: *Mídia, Terceiro Setor e MST. Impactos Sobre o Futuro das Cidades e do Campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *A Organização da Escola e da Cultura*. IN: *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GROPPO, Luís A. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- GUIGOU, Jacques. *Problemas de uma Sociologia da Juventude Rural*. IN: BRITTO, S. de (Org). *Sociologia da Juventude, II: Para uma Sociologia Diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HALL, Stuart. *DA Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- HALL, Stuart. *Quem Precisa de Identidade*. IN: SILVA, Tomaz T. *Identidade e Diferença. A Perspectiva dos Estudos Culturais*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- KEHL, Maria Rita. *A Juventude como Sintoma da Cultura*. IN: *Juventude e Sociedade: trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Percebe Abramo/Intituto da Cidadania, 2004.
- LEAL, Edilene M. C. *Racionalização e Liberdade em Marx Weber: Possibilidade de Emancipação do Indivíduo Contemporâneo*. São Cristóvão: EDUFS, 2008.

- MANNHEIM, Karl. O Problema da Juventude na Sociedade Moderna. IN: BRITTO, S. de (Org). *Sociologia da Juventude, II: Para uma Sociologia Diferencial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MANSAN, Paulo R. A. *A Construção Identitária da Juventude nos Movimentos Sociais da Via Campesina Brasil*. Campina Grande: UFCG, 2008.
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *Crianças do Trabalho*. Goiânia: UFG/Plano, 2005.
- MARTINS, José de Souza. A Questão Política no Campo. IN: *Expropriação e Violência*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 7ª ed. São Paulo: Global, 1988.
- MEIHY, José C. S. Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELO, João Alfredo T. (Org) *Reforma Agrária Quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- MENEZES, Marilda A. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória, IN: *Vivência*. Nº 28, 2005, Natal – UFRN/CCHLA.
- MENEZES, Marilda A. *Juventudes Rurais do Nordeste: Trabalho, migração e movimentos sociais*. Pesquisa CNPq – Edital MCT/CNPq 02/Universal 2006.
- MENEZES, Marilda A & SILVA, Maria A. M. *Migrantes Temporários: Fim dos Narradores*. In: *Neho-história*. revista do Núcleo de Estudos em História Oral. Nº1. novembro 1999.
- MENEZES, Marilda A; OLIVEIRA, M. G. C. e MIRANDA, R. S. *Juventude em Assentamentos rurais*. 24ª Reunião Brasileira de Antropologia. Recife, 2004.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MISNEROVICZ, Valdir. O Acampamento como Lugar de Formação Humana: Desconstrução e Reconstrução. 2007 (impresso).
- MOLINA, M. & FERNANDES, B. *Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA)*. Brasília: MEC/INEP, 2005.
- MORAIS, Clodomir S. História das Ligas camponesas do Brasil. IN: STÉDILE, J. Pedro (org). *História e Natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MORISSAWA, Mitsu. *História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MST. *Caminhos da Educação Básica de Nível Médio para a Juventude das Áreas de Reforma Agrária*. São Paulo: MST, 1987.

- MST. *Como Implementar na Prática os Valores do MST*. São Paulo: MST, 1998.
- MST. *Como Organizar os Assentamentos Individuais*. São Paulo: MST, 1994.
- MST. *Construindo o Caminho II*. São Paulo: MST, 2001.
- MST. *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST, 1986.
- MST. *Entendendo a Realidade para Acertar a Prática*. São Paulo: MST, 1993.
- MST. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. Caderno de Formação nº 30. São Paulo: MST, 1998.
- MST. *Método de trabalho Popular*. Caderno de Formação nº 24. São Paulo: CONCRAB/MST, 1997.
- MST. *Mística: Uma Necessidade no Trabalho Popular e Organizativo*. Caderno de Formação nº 27. São Paulo: MST, 1998.
- MST. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: 3º Congresso Nacional*. Caderno de Formação nº 12. São Paulo: MST, 1987.
- MST. *O MST: A Luta pela Reforma Agrária e por Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: MST, 2005.
- MST. *O Funcionamento das Brigadas do MST*. São Paulo: MST, 2005.
- MST. *Plano Nacional do MST: 1989 a 1993*. Caderno de Formação nº 17. São Paulo: MST, 1989.
- MST. *Preparação dos Encontros Estaduais e 9º Encontro Nacional do MST*. Caderno de Formação nº 25. São Paulo: MST, 1997.
- MST. *Programa de Reforma Agrária*. Caderno de Formação nº 23. São Paulo: MST, 1998.
- MST. *Sem Terra Enfrentam Repressão*. Aracaju: MST, 1989. (Panfleto).
- NOVAES, Regina. Juventude, Exclusão e Inclusão Social: Aspectos e controvérsias de um debate em curso. IN: FREITAS, Maria Virginia, & PAPA, Fernanda C. (Org.). *Políticas Públicas e Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PINHEIRO, Odete Godoy. Entrevista: uma prática discursiva. IN: *Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PIZETTA, Adelar J. *A formação no/do MST: Trajetória e Desafios de um Processo Coletivo*. São Paulo: texto impresso, 2004.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. IN: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CDDOC- FGV, 1992.

- RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fia da energia. IN: *Juventude e Sociedade: trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perceu Abramo/Intituto da Cidadania, 2004.
- SALES, Celecina de M. V. *Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos Rurais do MST*. Série BNB Teses e Dissertações N° 3. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- SANTOS, Esmeraldo L. Juventude, Formação Política e Identificação no MST. Revista *Libertas*, Juiz de Fora, Edição Especial, p. 66 – 79, fev /2007.
- SCHAFF, Adam. A Relação Cognitiva. O Processo do Conhecimento. A Verdade. IN: *História e Verdade*. São paulo: Martins Fontes, 1995.
- SILVA, Rosemiro M. & LOPES, Eliano S. L. *Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe*. São Cristóvão: EDUFS, 1996.
- SILVA, Rosemiro M. *A Luta dos Posseiros de Santana dos Frades*. São Cristóvão: EDUFS, 2002.
- SILVA, Vanda. *Sertões de Jovens: Antropologia e Educação*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SOARES, M. J. O Processo Formativo-educativo dos Trabalhadores Rurais do MST/SE: A Prática Pedagógica dos Monitores-Professores. (Tese de doutorado pela UFRN em 2006).
- SOBRAL, M^a Neide. *História Oral da Vida Camponesa: Assentamentos de Reforma Agrária de Sergipe*. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.
- SOUZA, Jessé (org.). A Cerca do Lugar da Moralidade na Política. IN: *A Atualidade de Max Weber*. Brasília: Unb, 2000.
- SPINK, Mary J. (org.). Entrevista: uma Prática discursiva. IN: *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*. 3^a ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- STÉDILE, J. Pedro & Fernandes, Bernardo M. *Brava Gente*. São Paulo: Perseu Abrama, 1999.
- STÉDILE, J. Pedro & Gorgen, Sérgio A. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Pagina Aberta, 1993.
- STÉDILE, J. Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.
- THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas: Unicamp, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I: A árvore da liberdade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria: Uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zaha, 1981.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios sobre la Crisis de la Sociedad Preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth. *Juventude Rural: Vida no Campo e Projetos para o Futuro*. Recife: CNPq/UFPE, 2006.
- WEBER, Max. A Política Como Vocação. IN: *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- WEISHEIMER, Nilson. *Juventudes Rurais: mapa de Estudos Recentes*. Brasília: MDA/NEAD, 2005.
- WEISHEIMER, Nilson. *Os Jovens Agricultores e seus Projetos Profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinha, Feliz/RS*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado / UFRS, 2004.
- ZANETI, Hermes. *Juventude e Revolução. Uma Investigação sobre a atitude Revolucionária Juvenil no Brasil*. Brasília: Edunb, 2001.

Jornais, revistas e sítios:

Le Monde Diplomatique, agosto de 2007, p.10-11.

Jornal de Sergipe, 13/05/89, p. 07.

Raízes da Terra, MDA, ano 01, nº 01, 2005.

<http://www.neoarte.net/sergipe/mst02.htm>

ANEXO:

MAPA DO ESTADO DE SERGIPE

Fonte: DNCR/SE
Escala: 1:400.000

